



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
TURISMO

**GRUPO DE MULHERES CAMPONESAS (GMC) NO TERRITÓRIO SUL
SERGIPANO/BRASIL E A IMPLEMENTAÇÃO DO
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

ARACAJU – SE
2023

KAUANE SANTOS BATISTA

**GRUPO DE MULHERES CAMPONESAS (GMC) NO TERRITÓRIO SUL
SERGIPANO/BRASIL E A IMPLEMENTAÇÃO DO
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

Dissertação apresentada para defesa como requisito para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo – PPMTUR, do Instituto Federal de Sergipe (IFS).

Orientadora: Eliane Dalmora.

ARACAJU – SE
2023

KAUANE SANTOS BATISTA

**GRUPO DE MULHERES CAMPONESAS (GMC) NO TERRITÓRIO SUL
SERGIPANO/BRASIL E A IMPLEMENTAÇÃO DO
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

Dissertação apresentada para defesa como requisito para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo – PPMTUR, do Instituto Federal de Sergipe.

Aprovada em ____ de ____ de 2023.

Prof.^a Dr.^a Eliane Dalmora
Instituto Federal de Sergipe – PPMTUR
Orientadora

Prof. Dr. Cláudio Roberto Braguini
Instituto Federal de Sergipe
Membro Interno

Prof.^a Dr.^a Gláucia Barretto Gonçalves
Universidade Federal de Sergipe
Membro Externo

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado Profissional em Turismo, concluído no Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo – PPMTUR, do Instituto Federal de Sergipe.

Prof.^a. Dr.^a. Eliane Dalmora
Instituto Federal de Sergipe – PPMTUR
Orientadora

É concedido ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo – PPMTUR, do Instituto Federal de Sergipe, a permissão para disponibilizar e reproduzir cópia desta dissertação e emprestar para fins didáticos.

Kauane Santos Batista

Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo – PPMTUR
Instituto Federal de Sergipe.

Prof.^a. Dr.^a. Eliane Dalmora

Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo – PPMTUR
Instituto Federal de Sergipe.
Orientadora

Batista, Kauane Santos.
B333g Grupo de mulheres camponesas (GMC) no território sul
sergipano/Brasil e a implementação do turismo de base comunitária. /
Kauane Santos Batista. – Aracaju, 2023.
139f.: il.

Dissertação – Mestrado Profissional em Turismo – Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.
Orientador: Prof.^a. Dr.^a. Eliane Dalmora.

1. Turismo de Base Comunitária. 2. Turismo sustentável. 3.
Atrativos turísticos. I. Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia de Sergipe - IFS. II. Damlora, Eliane III. Título.

CDU: 338.48

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai, que hoje não está mais presente entre nós. Que me ensinou a ser essa mulher que sou. Pai, o senhor faz muita falta. Também dedico à minha vó Maria Lucia e a todas as mulheres envolvidas nessa pesquisa, feita para e com mulheres que dedicam o seu tempo para desenvolver essa atividade encantadora, conseguindo transmitir a sua história de vida e a beleza da gastronomia no seus fazeres campesinos.

“Reconhecer que as mulheres negras são intelectuais em vários campos de pensamento. Para uma mulher negra ser escritora, é preciso fazer muito carnaval primeiro”.

Conceição Evaristo na obra Poesia publicada.

AGRADECIMENTOS

O desenvolver de uma dissertação requer, sobretudo sua entrega, dedicação e concentração. Em alguns momentos é necessário estar sozinho, para organizar as ideias e desenvolver o raciocínio lógico dentro e para pesquisa. Ouvi, ainda no início do curso, que seria necessário abdicar de tudo e principalmente de quem não nos apoiassem, todos os fins de semana, todos os passeios, por pouco até todos os amores.

Ai de mim, se tivesse levado a tudo isso como um mantra ou como o maior peso na totalidade deste conselho! A caminhada teria sido infinitamente mais amarga. A suavidade veio, justamente pelos amores, amigos, risos, fins de semana e passeios. Não posso ser só, sou povoada por muita ancestralidade que reconhece e se antecedeu nessa jornada!

Agradeço à minha mãe Rosenara Santos Batista, mulher negra forte que através dos seus ensinamentos mostrou-me que a vida, embora árdua, é boa, e que deve ser vivida da melhor forma. Aos meus irmãos Ádrel que chamo carinhosamente de Zezé, Ícaro e Hevilla que por tantas vezes nessa vida tem tomado minhas dores e minhas lutas para fazer o meu fardo mais leve. Esse título, sem o amor de vocês, seria só mais um.

Às minhas mães de coração, pelo acalento e amor a mim doados todas as vezes que eu, precisei e foi muitas vezes as quais me encontrei desnorçada. As ligações, atenção a mim colocada, embora discretos, foram de fundamental importância. Ao meu companheiro Luiz Fernando, obrigada por todo o incentivo e prestatividade quando necessário. Sua generosidade foi fundamental nessa caminhada, Grata.

Aos meus amigos Marcio Santos, Rebeca Reis, que em virtude de muitas situações, agiram como verdadeiros irmãos. Como a caminhada é prazerosa na vossa companhia. Marcio, sem suas contribuições acadêmicas, racionais e sensatas, lhe asseguro, não chegaria até aqui nesta academia, tão pouco nesta vida.

Rebeca, um texto nunca vai resumir a sua importância. A ambos, obrigada. Àqueles que, embora sem laços sanguíneos, me receberam como família e não deixaram um só momento de me incentivar a continuar, Ana Maria Guimarães, Lindaura Leandro, Melka Kainan, Ysis Eloá e Rafael Tavares Correia em memória, agora em um lugar ainda mais especial. Não é a distância que vai decidir o rumo de nossas amizades.

Aos queridos amigos conquistados através do PPMTUR e do NEA, que me acompanharam e torceram desde a primeira seleção. Pedriane, Tamires, Maria Eloisa, Maria

Rosa, Geyslane, Professor João Bosco e Viviane. Vocês me ensinaram que as diferenças são fundamentais para o sucesso.

Ao Grupo de Mulheres de Umbaúba pela parceria em equipe através do MCP, na figura de Ivonilde Henrique, onde reconheço ter adquirido bem mais que experiência e aprendizado de vida e acadêmica. Ali aprende também a viver em coletivo. Em especial a todas mulheres deste grupo, Zuleide, Marilene, Jovita, Ceça, Eliane, Egna, Erika, Maria de Lurdes, Maria Angélica, Irailde e Ivonilde e todos familiares os quais hoje sou tia e amiga e pertencente a estas famílias, que me direcionaram ao caminho da pesquisa participativa. A humanidade por vocês a mim apresentada me encantou e devo este carinho também a vocês.

Aos meus colegas de trabalho de iniciação científica. Em especial a Tamires e Elo, companheira de trabalho, de angústias e de alegrias. Por coincidência ou por forças inexplicáveis, a vida me apresentou a vocês.

Mandioca, Macaxeira e Farinha dentre outros a mim apresentados nunca mais serão somente raízes e frutas, são aprendizados e conhecimentos *impiricus* e acadêmicos.

Aos meus colegas de luta do Movimento Camponês Popular, aqui representados por Jocélio, Ana Maria, Edson, Maria de Geru, Phelipe Calado, Felipe Sena, Alexandre, Biene, Antônio Carlos dentre muitos que amo. Por todas as ajudas de maneiras variadas. Obrigada.

A todos os professores do PPMTUR e do Curso de Mestrado Profissional em Turismo que mesmo em, contexto de saúde mundial tão difícil não deixaram de executar de forma brilhante o seu trabalho.

As minhas colegas de turma de mestrado, Maria Eloisa e Maria Rosa, que desde o início da nossa trajetória contribuíram com o desenvolvimento do meu trabalho e com o meu desenvolvimento, não poderia esquecê-las jamais. Obrigada.

Aos amigos generosos Marcio, Fernando e Sami que mesmo sendo de áreas diferentes do mundo do turismo, se dispuseram a ir a campo realizar tarefas e “analisar” o espaço rural. As observações a partir de outros olhares e os sorrisos abundantes estarão sempre em minha memória. A minha amiga e companheira presente de luta Pedriane Oliveira, sua presença e disposição em me ouvir e ajudar sempre foram fundamentais. Agradeço imensamente pela sua existência nessa caminhada.

A minha orientadora e coorientadora Dr.^a. Eliane Dalmora e Dr.^a. Irinéia Rosa do Nascimento. Ambos os trabalhos me incentivaram ao caminhar na academia. A humanidade, naturalidade e astúcia em ajudar a resolver problemas acadêmicos e/ou particulares, para mim, foi de grande valia. Gratidão pelos conselhos para a vida. Professores doutores Licio Valério, Claudio Braguini e Carla Norma, muito obrigada pelos ensinamentos.

À FAPITEC, pelo apoio financeiro sem ele seria difícil conciliar estudos e idas ao campo para pesquisa. Há muitas outras pessoas não citadas, mas que diretamente e indiretamente me apoiaram e incentivaram. Amigos e colegas que sempre compartilharam da construção dessa pesquisa que foi muito necessária, eu os agradeço.

Por fim, à fé que tem me sustentado em todos os momentos. A vida me surpreendeu neste período de curso, ora com situações muito positivas e outras vezes com situações negativas de natureza pessoal. Mas houve sempre uma força suprema a me levantar e guiar. As decisões acertadas, embora pareçam minhas, são regidas na verdade pela confiança nas promessas vindas de um poder maior.

RESUMO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) se coaduna mais facilmente com a realidade social, econômica e ambiental das comunidades tradicionais, o que inclui os agricultores familiares camponeses organizados em grupos. A organização coletiva se efetiva no enfrentamento de relações competitivas desiguais, que se estabelecem no momento da comercialização e da agregação de valor aos produtos da agricultura familiar. Neste contexto de organização para o mercado o turismo se estrutura numa abordagem do rural como um espaço de serviços ambientais, de reprodução das tradições e da cultura camponesa, expressa na gastronomia, nas festividades e na religiosidade popular. Trata-se de atrativos turísticos atento aos desejos de um público que busca a convivência com o ato de cultivar alimentos, cuidar de animais e saborear os alimentos saudáveis de cada (eco) região. Este estudo objetivou analisar os sistemas de produção para identificar os potenciais de implementação do TBC, no contexto do Grupo de Mulheres Camponesas de Umbaúba (GMC), SE. A caracterização consistiu na identificação da agrobiodiversidade, organização do trabalho pelos membros da família camponesa e o papel do processamento na configuração da renda familiar, utilizando-se da ferramenta participativa nominada Mapa do Uso da Agrobiodiversidade, Entrevistas Semiestruturadas e Vivências junto as famílias das 12 mulheres pertencentes ao GMC. As ferramentas participativas favoreceram o debate para compreender os seus valores e fazeres de base camponesa, a positividade do grupo organizado no trabalho coletivo e o protagonismo para assumir o TBC como uma dinâmica econômica nova. A tomada de decisão para a implementação do TBC, incluindo análise das potencialidades e fragilidades para a realização das adequações na implementação dos roteiros de visitação e na gestão dos recursos turísticos locais, foi resultado da pesquisa ação. Através da abordagem de sistemas foram definidos os indicadores de sustentabilidade e quantificados os componentes das unidades de produção agrícola, nominados em nos seguintes Sistemas de Produção: Parcialmente Autônomos (SPA) e Simples (SPS). Nos SPS havia limitantes para a oferta de atrativos turísticos e ao acolhimento de visitantes. A geração de renda era pouco expressiva para investimentos no turismo e para a produção de alimentos diversificados e integrados a racionalidade ecológica de otimização do uso dos recursos visando conservação e sustentabilidade da produção, portanto livre de agrotóxicos. Já os SPA apresentaram afinidades para o TBC, com atrativos turísticos já disponíveis devido a diversidade, integração e relativa autonomia. Foram identificados os seguintes atrativos turísticos: trilhas ecológicas, saberes dos cultivos da roça e seu processamento, reconhecimento e indicação e plantas nativas e de uso medicinal, convivência e manejo dos animais, pesca artesanal, cozinha coletiva com a oferta de café e almoço típico nordestino e a hospedagem nas residências familiares. A multifuncionalidade, foi observado nos SPA, indicando que há uma compreensão de gestão econômica dos estabelecimentos otimizando os potenciais locais e a disponibilidade de atrativos ambientais e culturais. Nesta caminhada havia abertura para implementar o TBC com a disposição do coletivo em realizar as adaptações e ajustes visando efetividade do serviço turístico.

Palavras-chave: Turismo sustentável, Atrativos turísticos, Organização social.

ABSTRACT

Community Based Tourism (CBT) fits more easily with the social, economic, and environmental reality of traditional communities, which includes peasant family farmers organized in groups. The collective organization is effective in confronting unequal competitive relations, which are established at the time of commercialization and adding value to family farming products. In this context of organization for the market, tourism is structured in an approach to rural areas as a space of environmental services, of reproduction of traditions, and of peasant culture, expressed in gastronomy, festivities, and popular religiosity. These are tourist attractions attentive to the desires of a public that seeks coexistence with the act of growing food, caring for animals, and tasting the healthy food of each (eco)region. This study aimed to analyze the production systems to identify the potentials for the implementation of CBT, in the context of the Umbaúba Peasant Women's Group (GMC), SE. The characterization consisted in the identification of agrobiodiversity, work organization by peasant family members and the role of processing in the configuration of family income, using the participatory tool called Agrobiodiversity Use Map, Semi-structured Interviews and Experiences with the families of 12 women belonging to the GMC. The participatory tools favored the debate to understand their values and peasant-based practices, the positivity of the group organized in collective work, and the protagonism to assume the CBT as a new economic dynamic. The decision making for the implementation of the CBT, including the analysis of the potentialities and weaknesses for making adjustments in the implementation of visitation routes and in the management of local tourist resources, was the result of the action research. Through the systems approach the sustainability indicators were defined and the components of the agricultural production units were quantified. They were named in the following Production Systems: Partially Independent (SPA) and Simple (SPS). In the SPS there were limitations to the offer of tourist attractions and to the reception of visitors. The generation of income was not very expressive for investments in tourism and for the production of diversified and integrated food with the ecological rationality of optimizing the use of resources aiming at the conservation and sustainability of production, therefore free of pesticides. On the other hand, the Spas presented affinities for the CBT, with tourist attractions already available due to their diversity, integration, and relative autonomy. The following tourist attractions were identified: ecological trails, knowledge of crops and their processing, recognition and indication of native and medicinal plants, coexistence and management of animals, artisanal fishing, collective kitchen with the offer of coffee and typical northeastern lunch and accommodation in family homes. Multifunctionality was observed in the SPAs, indicating that there is an understanding of economic management of the establishments optimizing the local potentials and the availability of environmental and cultural attractions. On this path there was openness to implement the TBC with the willingness of the collective to make adaptations and adjustments aiming at the effectiveness of the tourism service.

Keywords: Sustainable tourism, Tourist attractions, Social organization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização dos povoados Guararema, Pau Amarelo e Riachodo Meio, no município de Umbaúba, Sergipe	50
Figura 2	Linha do tempo até a chegada da pesquisa	66
Figura 3	Produtos processados/beneficiados (provenientes dos rocados)	69
Figura 4	Árvore dos sonhos, com os bilhetes do sonho de cada integrante	72
Figura 5	Forno para produtos (<i>esq.</i>) e prensa (<i>dir.</i>) do grupo de mulheresde Umbaúba	73
Figura 6	Farinheira (<i>esq.</i>) e forno de farinha (<i>dir.</i>) d'o grupo de mulheresde Umbaúba	73
Figura 7	Oficina sobre organização social - Comunidade Riacho do Meio/Umbaúba – SE.	77
Figura 8	Árvore dos Sonhos na comunidade Riacho do Meio	78
Figura 9	Cultivos desenvolvidos nos quintais: Mertiolate (<i>centro</i>), Cacau (<i>esq.</i>) e Mandioca (<i>dir.</i>)	82
Figura 10	Comercialização em feira livre municipal	83

LISTA DE QUADROS, TABELAS

Quadro 1	Descrição dos Potenciais Turísticos Rurais	56
Quadro 2	Especificidades da mata e quintais produtivos de acordo com os saberes locais	79
Quadro 3	Indicadores de Sustentabilidade para a oferta do serviço turístico	91
Quadro 4	Caracterização dos Sistemas de Produção da agricultura familiar camponesa	95

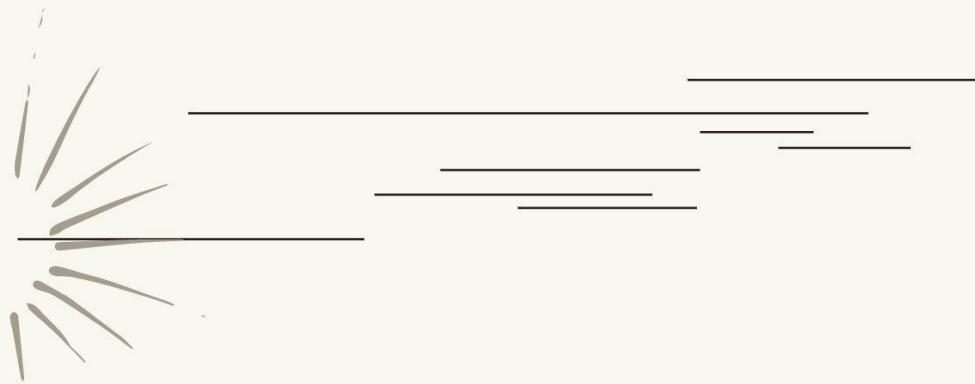
LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1	Indicadores de Sustentabilidade do Encanto das Jaqueiras	99
Diagrama 2	Indicadores de Sustentabilidade da UPA Caminho das Manivas	100
Diagrama 3	Indicadores de Sustentabilidade do Vale dos Laranjais	102
Diagrama 4	Indicadores de Sustentabilidade no Refúgio dos Olhos D'Água	105
Diagrama 5	Indicadores de Sustentabilidade dos Fazeres Medicinais	107
Diagrama 6	Indicadores de Sustentabilidade da UPA Tradição Camponesa	109
Diagrama 7	Indicadores de Sustentabilidade da UPA Rota do Rio	111

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 2	DAS BASES TÉORICAS DA PESQUISA	26
2.1.	<i>Avanços e potencialidades do turismo no contexto da agricultura familiar camponesa</i>	27
2.1.1.	<i>O turismo no espaço rural pluriativo</i>	30
2.1.2.	<i>Protagonismo camponês nos propósitos do TBC</i>	31
2.1.3	<i>A Multifuncionalidade e Pluriatividade da agricultura familiar</i>	37
2.2.	<i>Os alimentos dos roçados: sabores nordestinos valorizados pelo turismo</i>	43
CAPÍTULO 3	METODOLOGIA	48
3.1.	<i>População e local de estudo</i>	49
3.2.	<i>Cenário/Universo da pesquisa</i>	52
3.3.	<i>O método de abordagem</i>	57
3.4.	<i>O percurso metodológico</i>	59
3.5.	<i>As ferramentas participativas</i>	60
3.6.	<i>O Produto Tecnológico</i>	61
CAPÍTULO 4	PRIMEIRA COLHEITA: TRAJETÓRIAS E PONTENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TBC	64
4.1.	<i>Organização Coletiva para o Turismo do Grupo de Mulheres Camponesas de Umbaúba</i>	65
4.2.	<i>Coletividade e seus sonhos: saberes e sentidos</i>	73
CAPÍTULO 5	SEGUNDA COLHEITA: MESMOS SONHOS, OUTROS VALORES	84

5.1.	<i>As comunidades Riacho do Meio, Pau-Amarelo e Guararema: dos fazeres e saberes camponeses, o TBC e seus aspectos produtivos, socioeconômicos e socioambientais</i>	85
5.2.	<i>Caracterização dos atrativos turísticos na abordagem sistêmica</i>	89
5.3.	<i>Sistemas de produção e os potenciais para o turismo</i>	92
5.4.	<i>O TBC no Sistema de Produção Parcialmente Autônomo</i>	96
5.5.	<i>Sistema de produção simples: caminhos para o TBC</i>	97
5.6.	<i>O Catálogo</i>	112
CAPÍTULO 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS		115
CAPÍTULO 7 REFERÊNCIAS		119
CAPÍTULO 8 APÊNDICES		128
<i>I</i>	<i>Termo / Registro de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE</i>	129
<i>II</i>	<i>Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimento</i>	132
<i>III</i>	<i>Roteiro de Entrevista Semiestruturada 1: dados gerais dos participantes</i>	133
<i>IV</i>	<i>Roteiro de Entrevista Semiestruturada 2: sobre o TBC</i>	134
<i>V</i>	<i>Roteiro de Entrevista Semiestruturada 3: das especificidades produtivas e socioambientais</i>	135
<i>VI</i>	<i>Carta de Anuência</i>	139
<i>VII</i>	<i>Flores do Centro Sul: um passeio entre às vivências do grupo de mulheres camponesas de Umbaúba / SE</i>	65



INTRODUÇÃO



1. INTRODUÇÃO

O Turismo no espaço rural nordestino está sendo estruturado fortalecido, através tomada de conhecimento de grupos organizados e as parcerias interinstitucionais com o propósito de dinamizar a economia e valorizar o patrimônio cultural e natural das regiões e localidades. Gradativamente esta alternativa econômica se estrutura, conforme as distintas realidades locais, se configuram variados destinos do turismo, tais como: de aventura, ecológico e agroturismo. Os equipamentos turísticos envolvidos nestes seguimentos se interrelacionam, por vezes, com a agricultura familiar campesina em determinados cenários de transição agroecológica¹.

O Turismo de Base Comunitária (TBC) considera como elemento central a autogestão dos processos associativos. Nesse sentido, as comunidades estão cada vez mais conscientes do seu potencial turístico, dos seus bens patrimoniais, ou seja, do seu conjunto de recursos humanos, culturais e naturais, incluindo aí formas inovadoras de gestão de seus territórios (MALDONADO, 2009, p. 29). O TBC constitui, provavelmente, um contraponto ao turismo de sol e mar, emergindo fortemente no cenário dos ambientes naturais, sendo ele uma escolha pela população urbana ao buscar o contato com a natureza no espaço rural.

Esse imaginário do turista em meio rural o remete ao lazer sem as atribuições da cidade, conformando uma experiência saudável. Esse fenômeno envolve, geralmente, as culturas regionais, como no caso da gastronomia. As populações urbanas buscam vivências nos ecossistemas preservados, nas paisagens jardinadas e nos espaços isentos de poluição sonora, longe do trânsito acelerado, elementos causadores de certa fadiga diária. A sua perspectiva turística é o descanso, além do lazer, inclusive, enquanto uma forma de tratamento da saúde física e mental – frente às tensões do mundo do trabalho cotidiano.

A gestão do espaço turístico rural em comunidades promove experiências e aprendizados diversificados, efeito de uma demanda crescente e contempla uma oferta de atrativos que valorizam aspectos locais e regionais, desde as suas trilhas, monumentos históricos, festividades, comidas típicas, cavalgadas, esportes radicais, pedaladas, arborismos, dentre outras ações em turismo (SILVEIRA, 2001).

O presente estudo versará sobre as demandas por vivências turísticas envolvendo as práticas da agricultura camponesa e o tradicional preparo nordestino dos alimentos vinculados

¹ Transição Agroecológica: “[...] um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica [...]” (CAPORAL, pág.12, 2004).

a mandioca, macaxeira, coco, milho e batata doce. O universo de pesquisa é o Território Sul Sergipano envolvendo, mais especificamente um Grupo de Mulheres Camponesas de Umbaúba (GMC), que pertencem às comunidades rurais de Riacho do Meio, Guararema, Pau Amarelo, Palmerinha e Queimadas. O GMC pela sua trajetória de produção e organização social, apresentou, nas saídas de campo iniciais, certas características ao desenvolvimento do TBC.

Visando contemplar tais demandas turísticas e dar maior amplitude na oferta em Sergipe, a Secretaria de Turismo (SETUR) gerou uma divisão do estado em cinco polos turísticos: Velho Chico; Tabuleiros; Serras Sergipanas; Costa dos Coqueiros e Sertão das Águas. A cidade de Umbaúba está localizada no Polo Sertão das Águas e se caracteriza pela ampla oferta de serviços hoteleiros vinculados à circulação de caminhões na BR 101 (SETUR, 2019).

Conforme o Plano Estratégico Estadual de Sergipe (2019-2020), o turismo é uma atividade síntese da economia por envolver o patrimônio natural, histórico e cultural do estado e englobar os mais diversos segmentos. Trata-se do Turismo de sol e praia, Turismo de negócios e eventos, Turismo Náutico, Turismo Histórico-cultural, Turismo de Aventura e Ecoturismo. Essa oferta favorece a presença de públicos com diferentes perfis, contemplando religiosidade, cultura, gastronomia, história, artesanato e meio-ambiente, dentre outros.

Recentemente, a SETUR denota interesse em desenvolver programas e ações em turismo rural e ecoturismo, até o TBC. Esta iniciativa fortalece múltiplas atividades, desenvolvidas pelas comunidades tradicionais e agricultores familiares, sendo alguns destes engajados na produção de alimentos livre de agrotóxicos e na auto-organização em mercados multifuncionais da economia solidária. Observam-se potenciais para agroecologia, pois, segundo Caporal (2009), ela constitui,

[...] um papel central na dimensão local, por ser portadora de um potencial endógeno, rico em recursos, conhecimentos e saberes que facilitam a implementação de estilos de agriculturas potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sócio-cultural (*ibidem*, p. 09).

A opção pela agroecologia na conversão dos sistemas de produção para a sustentabilidade se vincula à tendência mundial de incentivar o desenvolvimento regional em sua singularidade nos territórios, ofertando produtos diferenciados. Assim, a geração de novas possibilidades de roteiros turísticos em zonas rurais é incentivada, tendo em vista a demanda de turistas que procuram um consumo diferente ao seu cotidiano urbano, ao buscarem por alimentos tradicionais saudáveis. Concomitante, o turismo neste início do século XXI cresce

regionalmente, com a necessidade pelo turista da rusticidade e simplicidade, presente nas comunidades rurais, valorizando, desta forma, as manifestações socioculturais das práticas em agroecologia (BRASIL, 2010).

Gradativamente, amplia-se essa oferta no turismo por espaços bucólicos, por paisagens naturais em ambientes agrícolas, com sentido ético-estético, como contraponto às aglomerações turísticas dos espaços urbanos artificialmente construídos. Trata-se, portanto, de um perfil de turista que busca uma conexão da vida com o seu bem-estar e saúde, o que lhe proporcione um senso de pertencimento. Situação essa que pode se expressar através da gastronomia, artesanato, música, dança, assim como nos contos populares. Trata-se de produtos e serviços turísticos locais e regionais de característica peculiar, próprios de uma identidade cultural das pequenas comunidades rurais: “onde persiste uma agricultura de baixa insumação, tal qual a desenvolvida pela agricultura campesina” (DARIO *et al.*, 2007).

Recentemente, o perfil dos turistas tem se diversificado e novas oportunidades em TBC se apresentam nesta comunidade rural. Porém, é preciso avançar nesta seara no Brasil, como destaca Dáros (2006, p. 33): “há que se adotar estratégias ofensivas como novas estratégias de marketing com investimentos públicos, melhorias na infraestrutura, na capacitação de pessoas, na divulgação e dos produtos e destinos”.

Esses desafios se dão na própria oferta dos serviços e na sua articulação com os promotores das atividades turísticas. A fragilidade dos produtos turísticos rurais pode ser assim enumerada: recursos humanos sem acesso pleno à informações e formações profissionais na área; baixa efetividade nos rendimentos e a procura sazonal dos serviços; escassa divulgação e promoção do TBC; fragilidade na inserção da cadeia produtiva turística; falhas na participação individual dos grupos e no exercício de direitos comuns, respeitando o interesse de um coletivo organizado (MALDONADO, 2009).

Somado a isto, ainda predomina na agricultura brasileira, problemas socioambientais graves, abrangendo regiões e continentes. Entre os problemas é destaque: os incêndios florestais e o uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura, comprometendo a fertilidade do solo e contaminação dos lençóis freáticos, mudanças no microclima e clima global, a perda da biodiversidade e os agravos à saúde das populações rurais. Regiões inteiras estão sendo comprometidas com as extensões dos desmatamentos, o avanço das apropriações das terras para monoculturas, a contaminação dos mananciais por agrotóxicos, as mudanças climáticas e o isolamento dos praticantes em agroecologia.

Esses problemas são preponderantes e ainda são justificados pelos defensores do agronegócio no território rural com o argumento do *'mal necessário'*, os quais defendem um modelo de produção intensivo capitalista, contrapondo às evidências científicas² dos problemas socioambientais. A apropriação de terras na produção de *commodities*, baseada no uso de agrotóxicos e transgênicos, é cotidianamente aclamada pelos meios formadores de opinião pública, criando as condições ideológicas para que se instaure um clima de descompromisso frente às consequências sociais e ambientais. Este modelo de insumos externos e de cultivo transgênico promovido pela agricultura industrial, segundo Altieri (2012), têm por consequência a simplificação dos ambientes, afetando sua biodiversidade dizimando espécies silvestres, habitats naturais causando a homogeneização das paisagens e erosão de recursos genéticos – provocando assim, instabilidade nos agroecossistemas.

Desde uma perspectiva de sustentabilidade o TBC em comunidades rurais pode estabelecer uma intervenção nessa realidade, em que o agronegócio atua e o individualismo emerge, tornando-se de extrema relevância a composição de trabalhos científicos no campo do Turismo, os quais possam revelar novos caminhos à agricultura familiar campesina no estado do Sergipe, Brasil. Entretanto, desafios de inserção do TBC ocorrem e as questões sociais do meio rural evidenciam problemas a serem identificados e verificados no campo, o que nos leva à questão norteadora (1) e à problemática (2) derivada deste .

1. O processamento realizado pelo grupo de mulheres caracteriza os alimentos regionais e as especificidades dos fazeres e saberes locais como atrativos turísticos que possibilitam a inserção do TBC no contexto da agricultura familiar camponesa?

2. É possível desenvolver o TBC em Umbaúba/SE nas suas comunidades rurais? Como realizar a oferta de serviços turísticos na contracorrente desta tendência homogeneizadora? Como resgatar novas dinâmicas socioeconômicas que valorizam e integram os costumes, hábitos e saberes ecológicos?

Metodologicamente, no que tange a escolha do método para lidar com esta questão e sua problemática, emerge a opção pelo TBC. Efeito do processo de mediação participativa oferecida pelo TBC, o qual possui ferramentas eficazes para esta problematização, ainda que

² Sobre as evidências científicas, o Relatório de Impacto Ambiental da ONU (2022) expõe que nós podemos também ajudar alterando a forma como manejamos áreas produtivas, como propriedades rurais, para que elas retenham mais carbono e restaurem os habitats naturais em áreas que foram desmatadas ou degradadas.

seja difícil a sua inserção comunitária, enquanto conceito – as melhores práticas depois revelariam outras possibilidades às famílias camponesas como poderemos observar. Esse instrumental trata-se de uma releitura do mundo com formação político-ecológica. A problemática acima permeia vários pensadores, como Husserl (1910) e Heidegger (1945), quando falamos na relação da sociedade com o meio-ambiente e da sua integração na economia associativa, solidária e, portanto, inclusiva representadas pelo TBC quando evidenciado o Turismo nos espaços rurais.

Os praticantes da agricultura camponesa denotam eficácia na produção de alimentos saudáveis e as experiências replicadas, envolvendo as comunidades locais, geram aportes para produção sustentável de alimentos. A agricultura familiar camponesa produz diversidade e conhecimentos no resgate do alimento regional e saudável como exemplo do milho crioulo, livre de transgenia, a mandioca e macaxeira para produção de farinha, tapioca, puba e amido. Especialmente, nesse território de Umbaúba/SE, os quintais produtivos exibem saberes tradicionais e nas suas receitas baseadas em sabores próprios – onde os ingredientes daroça constituem e valorizam a tradição da alimentação saudável. Essa defesa e respeito aos povos e sua identidade alimentar que sustenta as economias locais, dando maior importância à agricultura familiar é um ponto de apoio que revelou no campo de pesquisa pérolas da Segurança Nutricional e Alimentar (NORDER, 2009).

A pesquisa foi desenvolvida junto a um grupo de mulheres integrantes da Associação de Camponeses e Camponesas do Estado de Sergipe (ACCESE), envolvidas no policultivo da cultura da mandioca, macaxeira, frutas e outras diversidades destinadas a alimentação da família e a sua comercialização em feiras livres.

Em síntese, a pesquisa caracterizou o preparo dos alimentos típicos da cultura nordestina em sua relação com o calendário agrícola, a diversidade dos seus quintais e roçados – assim como evidenciou a mobilização destas mulheres para inserir o TBC no grupo. Tratou o estudo ainda de caracterizar os atrativos turísticos, resgatar e valorizar os saberes da terra, visando a integração do TBC como proposta de desenvolvimento socioeconômico local e regional.

A relevância científica na composição de estudos nas zonas rurais sergipanas reside na promoção do turismo sustentável e na decorrente geração de emprego e renda estruturada e associativa, pois a inovação tecnológica reside na capacidade de autogestão e efetivação de direitos às famílias camponesas.

O Grupo de Mulheres se reúne semanalmente para a comercialização dos produtos em circuitos diretos. Porém, inicialmente, sua apresentação denotava ausência de uma marca, a qual no decorrer da pesquisa foi criada e hoje destaca a origem e a condição social e

agroecológica (quando no caso) da sua produção. Com base nesta situação, em debate com o Grupo, foi decidido como produto tecnológico deste estudo a construção coletiva e colaborativa de um Catálogo dos Fazeres e Saberes Camponeses com suas memórias culturais – o diagnóstico da produção derivou os elementos visuais à essa caracterização.

Em consonância com a proposta de pesquisa, a dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo traz a revisão teórica sobre a temática do turismo no espaço rural, turismo de base comunitária, bem como os avanços e potencialidades do desenvolvimento turístico no contexto da agricultura familiar camponesa, focalizando as características do espaço rural em termos de oferta de serviços e atrativos turísticos, para além da produção agrícola. A busca pela agregação de valor aos produtos agrícolas tem locus no fazer camponês, coberto de sabores típicos da cultura regional nordestina, transformando os produtos da roça em alimentos saudáveis.

A afirmação da racionalidade camponesa se dá na inserção em mercados regionais, baseado na venda direta, no preço justo e na economia de insumos de uso interno ao sistema de produção. Neste contexto o TBC se coaduna com a agricultura familiar imersa em mercados regionais diferenciados, aberta a adoção de estratégias multifuncionais, refletindo na valorização da cultura e da natureza regional, assim proporcionando novas adjetivações para o desenvolvimento do turismo rural.

No segundo capítulo são detalhados os procedimentos metodológicos, o levantamento de dados tendo como pressuposto a participação dos investigados no processo da pesquisa por meio de ferramentas lúdicas e interativas, utilizando-se das oficinas administradas em grupo para que ações fossem implementadas no discorrer sobre a realidade pesquisada. O produto gerado é resultado da pesquisa-ação, os seja, é resultado da própria demanda claramente definida pelas mulheres.

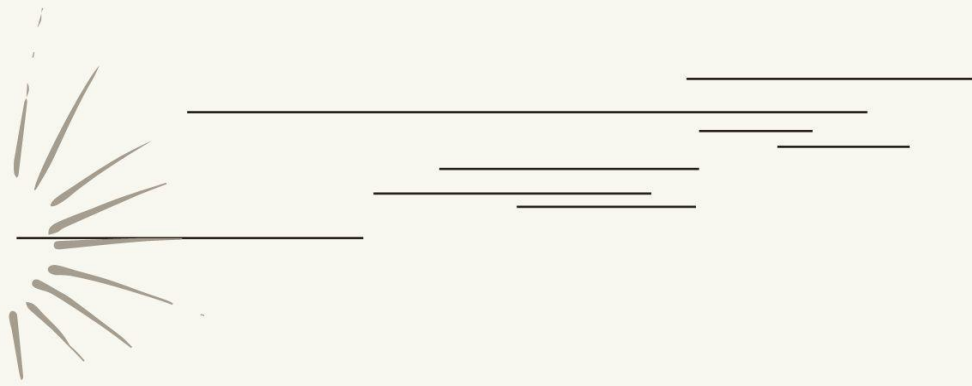
No terceiro capítulo é traçada, com base em entrevistas, a trajetória de inserção do município e o GMC nas políticas de desenvolvimento turístico municipal e regional. Também é relatado os aspectos do associativismo e o engajamento do coletivo para a realização das metas. Através da aplicação de ferramentas como à *Árvore dos sonhos* e *Do que estas Mãos Sabem e Podem Vir a Fazer*, tem-se um diagnóstico dos fazeres e saberes potenciais para a implementação do Turismo de Base Comunitária, enfim definindo as responsabilidades e a participação ativa de cada mulher integrante na execução dos roteiros de visitação turística.

No quarto capítulo é realizado um diagnóstico socioeconômico e ambiental, na perspectiva de análise de sistemas de produção, abordado as características diferenciadas das unidades de produção agrícola (UPA) de cada uma das mulheres integrantes do grupo. Através

da análise MESMIS tem-se um quadro das condições efetivas para a oferta dos atrativos turísticos nas UPA, incluindo: vivências na produção, participação em colheitas, trilhas ecológicas, troca de saberes, degustação de alimentos colhidos diretamente no campo. Configura-se então um perfil dos diferentes sistemas de produção, as relações entre a agrobiodiversidade e a soberania alimentar, a cultura gastronômica a gestão sustentável, a produção de alimentos diversificados e a autonomia camponesa. Por fim gera-se o *Catálogo de Narrativas Foto-Textuais* de fazeres e saberes do grupo de mulheres camponesas de Umbaúba, intitulado como *Flores do Centro Sul: um passeio entre as vivências do grupo de mulheres camponesas de Umbaúba/SE* (Apêndice VII).

Em relação ao objetivo geral da pesquisa, tratou-se de realizar um estudo sobre a organização de um grupo de mulheres do município Umbaúba/SE, visando implementar o Turismo de Base Comunitária a partir dos fazeres e saberes expressos nas práticas gastronômicas de produção e processamento alimentar oriundos da agricultura campesina. Já os específicos:

- a. Analisar as práticas associativas e de cooperação do GMC para implementar o Turismo de Base Comunitária;
- b. Identificar a organização do trabalho das famílias envolvidas no beneficiamento, bem como dos seus produtos panificados derivados;
- c. Identificar as especificidades socioeconômicas, socioambientais e socioculturais, diferenciando os sistemas de produção, caracterizando a agrobiodiversidade, as práticas de cultivo, a dinâmica econômica das famílias e seus potenciais atrativos turísticos;
- d. Historicizar a construção do coletivo ou grupo de mulheres em relação aos aspectos da pluriatividade/multifuncionalidade da agricultura camponesa.
- e. Elaborar um catálogo ilustrativo com imagens e textos característicos dos atrativos turísticos ofertados pelo GMC e as especificidades de cada unidade de produção agrícola.



CAPÍTULO 1

DAS BASES TEÓRICAS DA PESQUISA



2. DAS BASES TEÓRICAS DA PESQUISA

Neste, capítulo apresenta-se a reflexão sobre o turismo rural e alguns autores que contemplam o viés socioeconômico das comunidades para o turismo no espaço rural, trazendo a preocupação social, ambiental, cultural e gastronômica.

Buscam através do Turismo de Base Comunitária conhecer e traduzir a necessidade do simbolismo local que está na gastronomia, entendendo que os saberes e fazeres retratam os sentimentos presentes durante o planejamento turístico .

Dentre os pontos, estão os avanços e potencialidades do turismo no contexto da agricultura familiar camponesa para dialogar com a abordagem sobre o turismo no espaço rural. Protagonismo camponês nos propósitos do TBC e a multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura familiar.

2.1. Avanços e potencialidades do turismo no contexto da agricultura familiar camponesa

Recentemente, o crescimento acelerado das médias e grandes cidades brasileiras gera a demanda das pessoas pelo contato com a natureza e com os animais como forma de entretenimento e lazer. As regiões que ficam próximas às cidades estão mais diretamente destinadas a este fim, geralmente se constituindo moradias de fins de semana e veraneios, se fortalecem como oferta de serviços envolvendo pequenos empreendedores (OLIVEIRA FILHO apud MOLETTA & GOIDANICH, 1999).

O fenômeno tem sido observado em grande ascensão nos locais de beleza paisagística excepcional, dotada de vida selvagem e de atrativos culturais únicos, incluindo florestas primárias ou secundárias, sejam estas: secas de altitude ou tropicais; áreas lacustres, insulares costeiras; manguezais ou salinas. Diversas comunidades estão se abrindo para o mercado graças a *um turismo com selo próprio*, combinando atributos originais e autênticos, mas sem perder a sua alma (MALDONADO, 2009, p.25).

Porém, no Brasil o desenvolvimento sustentável não é generalizado ainda enfrenta uma série de dificuldades para replicarem tais experiências de sucesso e no sentido de ampliar em escala territorial a inclusão das comunidades tradicionais e locais (CAPORAL, 2009). Os pequenos empreendedores para se inserirem nos princípios do TBC precisam avançar, se posicionando no princípio do protagonismo comunitário definido por CTNBIO (2018) como a sua inserção no “desenvolvimento das atividades e nas tomadas de decisão em todas etapas do

processo”.

Para tal inserção nos territórios, os gestores públicos e as agências de turismo podem colaborar divulgando e incentivando o desenvolvimento na perspectiva do Turismo de Base Comunitária (TBC). Neste sentido Mielke (2009, p.190), ressalta que “a ineficácia de um ou mais desses processos faz com que mais de três quartos desses projetos de TBC sejam frágeis e/ou insustentáveis a longo prazo”. O referido autor avalia que para o avanço dos propósitos do TBC ainda há que se superar as seguintes fragilidades: (a) divulgação e inclusão no mercado turístico; (b) gestão dos recursos existentes, capacitação econômica, de hospitalidade e de acolhimento; (c) tomada de decisões e gestão de pessoas; (d) abertura e busca de parcerias visando a cogestão financeira, ampliação e implementação de infraestruturas diversas.

Para a superação destas fragilidades sugere-se o caminho de parcerias envolvendo a mediação das iniciativas públicas com parceiros do terceiro setor e do meio empresarial, orquestrando-se doadores e financiadores, consultores, educadores, extensionistas e agências operadoras. Tal proposição atende ao princípio da valorização da história e da cultura o que implica em compartilhar e resgatar a história e a memória coletiva, atendendo o princípio da conservação da sociobiodiversidade, incluindo além da oferta de serviços ambientais, com conservação das paisagens, ecossistemas e o patrimônio sociocultural (CTNBIO, 2018). Para atingir estes parâmetros o TBC inclui a busca de políticas públicas e a adoção de novas metodologias e experiências, proporcionando uma outra inserção dos camponeses, em especial para aqueles imersos em práticas tradicionais, habilidades artísticas, religiosas e culturais.

O princípio da sociobiodiversidade é mais facilmente apropriado para agricultores que se distanciam do uso de tecnologias da revolução verde (composto de insumos químicos, agrotóxicos, mecanização intensiva em sistemas simplificados, monoculturas, entre outros). Neste contexto o TBC pode ser inserido se implementado nas bases de produção agroecológica, pois, segundo Machado & Machado Filho (2014), tais bases se estabelecem no resgate da identidade camponesa baseado na agrobiodiversidade, autonomia alimentar e na cultura regional. Em conformidade Bartholo; Sansolo e Bursztyn (2009, p. 17) especificam que o TBC se configura em “palavras e expressões como participação, protagonismo social, empoderamento, afirmação cultural, benefícios diretos, ganham destaque nesse contexto e começam a se articular com o tema da conservação ambiental e o bem viver nesses espaços rurais”.

Assim a Agroecologia e o TBC se complementam, trazendo para o espaço rural novas possibilidades de renda e novos desafios na gestão do estabelecimento agrícola, demandando habilidades de acolhimento, comunicação, sentido estético da paisagem rural, espaços naturais

conservados e o resgate da cultura popular, religiosidade e lazer.

No entender de Moraes, Irving & Mendonça (2017) o TBC pressupõe o engajamento coletivo, o consentimento de todos os envolvidos no propósito, englobando a história recontada de encantamentos próprios, o meio ambiente, a biodiversidade agrícola, manifestações culturais e o modo de vida dos agricultores que se identificam como camponeses. A promoção do TBC implica em novos olhares do território, autogerido por coletivos atuantes e caracterizados pela adoção de iniciativas inovadoras. Portanto, as novas oportunidades de negócio dentro do espaço rural provocam mudanças na gestão dos estabelecimentos rurais, planejando melhorias e novos arranjos na distribuição dos usos da terra, delineando paisagens esteticamente agradáveis ao olhar do turista visitante.

Com base na proposição da CTNBIO (2018) o princípio da partilha cultural se concretiza no contato com os visitantes, onde há troca de experiências e os agricultores são motivados adelinear jardins e diversificar seus quintais, ordenando paisagens e valorizando as plantas arbóreas, medicinais e a conservação dos recursos naturais. Os turistas que buscam experiências e vivências com camponeses e o espaço rural tem o perfil de busca por novas experiências e valores, geralmente visam sair da rotina do turismo de sol e praia. Trazem questionamentos e preocupações com o consumo, com os valores da sociedade dominante, geralmente são ávidos por alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e os elementos da cultura popular (tais como a dança, história popular e a gastronomia). Tais avanços condizem com o princípio da educação, preconizado por CTNBIO (2018, p. 12), em que:

O TBC deve ser concebido enquanto processo educativo para todos os envolvidos. As atividades oferecidas devem buscar proporcionar, tanto para o visitante quanto para as comunidades, experiências que estimulem os sentidos e a reflexão, contribuindo para o aprendizado e para o conhecimento do patrimônio natural, histórico e cultural existente nas UC e influenciando positivamente experiências futuras.

A proposição do TBC no princípio da transparência, segundo CTNBIO (2018), pressupõe organização e gestão comunitária com clareza, comunicando a todos os valores culturais e naturais deste espaço rural, os resultados obtidos no campo das finanças. Os reais promotores dessa atividade são a comunidade, assim se afastando do controle direto do setor público e do privado.

O TBC também apresenta proximidades com os princípios da economia solidária, em especial quando a produção e o consumo são geridos pela família. Comumente os agricultores familiares estabelecem laços de solidariedade e complementaridade, favoráveis ao acolhimento de turistas e a troca de experiências e aprendizagens o que coincidem com os

aspectos da economia solidária:

Uma modalidade de integração econômica centrada nas pessoas, no meio ambiente e no desenvolvimento sustentável, socialmente justo, visando a satisfação das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, constituindo-se como o fundamento de uma globalização humanizadora e contribuindo à dignidade de vida das gerações presentes e futuras (Dubeaux & Batista, 2017, p. 227).

Para os promotores e atores desse caminhar ecológico através do turismo, onde se organizam em comunidade, é fundamental para compor um conjunto de atrativos e investimentos complementares. Dentro dessa nova atividade na unidade rural não deixamos de destacar o papel do camponês na terra, o que permite a manutenção da população campesina nas áreas rurais.

2.1.1. O turismo no espaço rural pluriativo

Além da produção agrícola outras atividades no espaço rural têm desempenhado e se estruturado um papel fundamental na diversidade e se caracterizando como um espaço plural (WEISSBACH; 2011, p. 30). Nesta perspectiva das atividades dentro dos espaços rurais, delimitados pelas atividades e caracterizando suas funcionalidades, diferentes da cidade onde se encontram indústrias, serviços públicos e centros financeiros, entre outros. Os espaços rurais geralmente se caracterizam por atividades agrícolas predominantes.

Conforme Schneider (2003), na década de 1990 o rural passou a ser entendido não apenas como exclusividade da atividade de produção agrícola. Ampliam-se as trajetórias e com o fortalecimento das múltiplas possibilidades de rendas e as novas demandas para o espaço rural enquanto território de lazer, conservação, reprodução da tradição e da cultura do homem rural, em contraponto a sociedade urbana/industrial, técnico/informacional. Trata-se de características específicas que distinguem o rural do urbano e garantem a sua diferenciação e influência cultural.

Mesmo com a existência das tendências de urbanização do campo, ou simplesmente pelas tardias melhorias no espaço rural brasileiro, este preserva distinções devido a oferta de serviços ambientais (são espaços relativamente conservados, paisagens amplas e rústicas, convivência com animais domésticos e silvestres, baixa densidade demográfica, folclore e tradições, cultura regional, gastronomia típica, religiosidade, festas típicas, terapias, alimentação saudável, entre outros aspectos (WEISSBACH; 2011, p.37).

A qualidade ambiental que pode ser proporcionada amplia a procura do espaço rural para o turismo, nas mais diversas modalidades de turismo (comunitário, rural, laser e entretenimento, aventura, ecológico, pedagógico, entre outros). Entretanto estas características

não se coadunam com a antiga dicotomia rural/urbano, quando o rural era definido como um espaço avesso as novas tecnologias e aos ideários da sociedade globalizada.

Numa versão atualizada o turismo no espaço rural pode contribuir para uma nova configuração do rural, na geração de renda e num novo formato de gerir os empreendimentos agrícolas familiares e das populações tradicionais, gerando novos postos de emprego no espaço rural, valorizando e resgatando os diversos saberes/conhecimentos, habilidades e gerando emprego/trabalho à população local, bem como, sensibilizando e criando consciência socioambiental.

O desenvolvimento do turismo no espaço rural então se dá com a comunidade organizada para a oferta de atrativos turísticos vinculada aos produtos locais, tais como o artesanato, os alimentos dos quintais produtivos e os recursos naturais. Ademais é positivo a forma de negociar e comercializar diretamente com o consumidor, agregando valor ao produto, eliminando os atravessadores nefastos, como afirma WEISSBACH (2011, p.41): “tanto para aquele que vende, que o faz por um preço melhor que o negociado como intermediário, quanto para o comprador, que o faz a um preço menor. A compra direta tem por vantagem a aquisição de um produto fresco (recém-colhido ou produzido)”.

A implementação do turismo no espaço rural requer melhorias na infraestrutura nas unidades rurais e na comunidade: são elas estradas, telecomunicações, saneamento básico, entre outras necessidades. O resultado são as melhorias na comunidade, possibilitando condições de bem-estar e vida com qualidade para a população local.

Outras considerações a serem pautadas é a geração de trabalho no território rural, trazendo suporte nas localidades rurais, agregando aspectos econômicos, sociais e ambientais. Comumente há falta de pessoas motivadas para se manterem no espaço rural, resultado de rendas não condignas ao trabalho agrícola, somadas a ausência de políticas públicas efetivas, com continuidade e com amplitude.

2.1.2. Protagonismo camponês nos propósitos do TBC

Embora a agricultura camponesa seja uma atividade de grande prevalência no espaço rural, ela não é única atividade exercida na unidade produtiva, pois o desenvolvimento rural é multisetorial e realizado por multiatores. Nesta perspectiva Chicico (2012) pondera que o TBC se apresenta como uma alternativa para as populações rurais incluindo as comunidades periféricas, pois gera uma nova forma de olhar e inovar os recursos naturais e culturais e sua utilização, e desse modo maximizar as chances de competitividade e de integração no mercado

turístico local, regional até o global.

Esta perspectiva é reafirmada por Cavaco (1996) e Coriolano (2003) constatando que o uso dos recursos próprios do lugar, favorece o protagonismo do agricultor, os recursos naturais, culturais e produtivos, fortalecem a sustentabilidade das atividades diversificadas e, conseqüentemente, a geração de renda das famílias camponesas, dando visibilidade aos elementos da cultura regional.

Em síntese, Chicico (2012) constata que o TBC se mostra exequível mesmo em regiões periféricas de baixa inserção tecnológica, se apresentando como uma oportunidade para a inovação e conseqüentemente diferenciação e diversificação de atividades produtivas, com a ressalva de que as comunidades estejam munidas de abertura ao aprendizado, cooperação e solidariedade, daí a importância do capital social nesse processo. Em adição, ALBAGLI & MACIEL expõem a singularidade desta relação com o capital social:

O capital social está vinculado as atividades executadas dentro do coletivismo dessas comunidades que estão consolidadas com redes de relações sociais como fonte de poder local e influência comunitária, contudo, não constitui uma tendência nova. Esse conceito diálogo está implicitamente projetada nos trabalhos de autores como Durkheim, Marx e Simmel e teve como principais difusores, autores como Pierre Bordieu, James Coleman, Robert Putnan (2007, p. 7).

Diferenciando-se das formas do capitalismo, existe outras formas de trabalhar o capital social, que na sua essência é de caráter intangível e está na relação entre os indivíduos, o que o torna mais complexo no âmbito de compreensão e mensuração do social, como refere Pattussi et. al.:

Enquanto capital físico é completamente tangível, pois está alojado na forma material observável, capital humano é menos tangível, pois está presente nas habilidades e conhecimentos adquiridos por um indivíduo”. Capital social é ainda menos tangível, pois está alojado na relação entre indivíduos e grupos de indivíduos. Do ponto de vista ideológico, capital social pode ser o “empoderamento” da cidadania, o pluralismo e a democratização. Visto dessa forma, o capital social é um recurso complexo que oferece explicações sobre como os dilemas da ação coletiva podem ser superados (2006. 1526).

A perspectiva teórica do capital social deve integrar todas as dimensões do mesmo, sendo eles vínculos, conexões e ligações, conforme ressalta Patussi, et. al:

Vínculos referem-se a relacionamentos horizontais próximos entre indivíduos

ou grupos com características demográficas similares [...]. “Vínculos” contribuem para a qualidade de vida através da promoção do apoio e do entendimento mútuo. “Conexões” referem-se a redes mais amplas de relacionamentos com outros indivíduos/comunidades. “Conexões” são vitais para ligar indivíduos e comunidades a recursos ou oportunidades que estão fora das suas redes de relacionamentos pessoais. Por último, “ligações” referem-se às alianças com indivíduos em posições de poder, particularmente poder sobre recursos necessários para o desenvolvimento social e econômico (2006, p. 1527).

Nesta ordem de proposições, o TBC se constitui numa oportunidade para a inovação no espaço rural, valendo-se das diferentes formas de capital social e, desta forma, superar as limitações do desenvolvimento. Para tal concretização é necessário que os indivíduos orientem suas ações na busca constante de conhecimentos e saberes do cotidiano local e suas histórias, de modo que consigam se abrir para novas oportunidades de utilização dos recursos, e por essa via promover o desenvolvimento do local ou região.

O capital social é um contributos para a implementação do TBC porque ele traz a inovação e o empreendedorismo para as pessoas envolvidas nessa atividade que realiza melhorias nas condições de vida das comunidades rurais.

O turismo, conforme Chicico (2012 *apud* CRUZ, 2010), implica uma série de ações que levam a transformação na forma de gerir o espaço onde se pretende desenvolver a atividade e pode gerar impactos diversos na economia local, sendo necessário acompanhar a inserção do turismo de modo a evitar impactos socioambientais (CHICICO; 2012)

A base do turismo está fundamentada no espaço que ele vai estar ocupando em tempo e espaço, sendo uma atividade que gera rendimento financeiro na sua execução sendo que esse valor agregado a esta atividade se transforma em atrativo turístico trazendo potencialidades na comunidade e gerando expectativas para um melhor destino. O espaço assim caracterizado por Santos (2006, p.61): “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações e funções, não considerados isoladamente, mas como o contexto único no qual a história se dá.”

Entretanto, a transformação do espaço em um espaço turístico ou destino turístico, não é feita sobre uma “*modalidade comunitária*”, mas sim num lugar onde já exista construção histórica, cultural, natural e social, visando a melhoria de vida, isto, pode ocorrer desde lugares intensamente habitado até em áreas rurais de menor densidade populacional.

Chicico (2012) adverte que os sujeitos envolvidos na produção do espaço, vivenciam e atuam segundo a própria disponibilidade de recursos do local, constituindo o que Cruz (2010) denomina de agentes produtores do espaço composto de cidadãos, o Estado e o Mercado, cuja mediação reivindica mais ou menos a regulação das relações sociais e o suporte da

infraestrutura para o desenvolvimento socialmente inclusivo e comprometido com o meio ambiente.

No sentido da produção do conhecimento e saberes comunitários do espaço turístico, Knafou (1996) considera que esta é desencadeada pelos turistas, mercado e pelos planejadores e promotores territoriais. Já Silva & Fonseca acrescentam os residentes como agentes fundamentais, participantes da implementação do turismo no espaço rural:

Os residentes podem participar da produção do espaço turístico de formas distintas: passivamente, quando aceitam as determinações dos agentes turísticos hegemônicos (Estado e Mercado) e, de forma omissa, compactuam com a racionalidade dos atores que imprimem a lógica que deve pautar a produção da destinação turística, ou ativamente, quando se manifestam através dos movimentos sociais e como cidadãos que cobram e exigem seus direitos (2010, p.184).

No mesmo raciocínio dentro do espaço turístico, Cruz afirma:

Não são apenas estado, mercado e turistas que produzem os espaços relativos aos afazeres turísticos, mas também as sociedades que vivem e nascem nesses lugares, parte dela transformada, por força de novas contingências, em empreendedores turísticos ou, mesmo em muitos casos, atuando como contraracionalidades às determinações hegemônicas (2007, p. 23).

Confirmando os autores acima, fica claro que um destino turístico surge por meio das modalidades e ações desenvolvidas por diferentes agentes sociais que atuam no espaço, seja ele urbano ou rural. Contudo para o TBC a participação das pessoas é o diferencial, os interesses são coletivos, porém há formas próprias do mesmo se efetivar considerando as características de cada espaço.

Como destaca Chicico (2012), o TBC é um modelo em que se pressupõe a comunidade ou grupos como protagonistas no desenvolvimento da atividade turística, com o papel de agente responsável pela gestão da atividade, desde o provimento da acomodação até ao entretenimento.

Este papel compete as comunidades locais o desenvolvimento dessa atividade, com ajuda ou não do poder público municipal ou estadual, atraindo turistas e agentes sociais voluntários para execução do TBC no espaço rural, ressaltando que estas ações são consideradas na promoção dos atores sociais envolvido diretamente no desenvolvimento da atividade turística.

A ideia fundamental do turismo sustentável é de que a comunidade local deve participar ativamente no planejamento do turismo e, quando possível, controlar a indústria do turismo local e suas atividades.

Na busca de alguns conceitos em relação as atividades turísticas surge o conceito de comunidade local é um conceito com grande perspicácia na sua definição, sendo muito complexo encontrasse alguns mecanismos mais efetivos que obtivesse participação em todo o processo de desenvolvimento do turismo (SWARBROOKE, 2000). O autor chega a citar que, o termo reporta a ideia de que a comunidade local seja composta pelos indivíduos que ali residem em possível destinação turística, porém nos diálogos sobre o conceito observam-se questões complexas que mostram que o conceito vai além da sugestão que o termo suscita. Nesta ótica Swarbrooke (2000) questiona a quem exatamente se refere o term comunidade local?

[...] uma população, mas com vários grupos de interesse diferentes? Qual a área geográfica que ela cobre? Ela inclui imigrantes ou somente os residentes nativos? O que dizer sobre as comunidades de minorias étnicas com culturas marcadamente diferentes da população majoritária? Ela inclui pessoas que moram fora da área, mas que têm interesse na comunidade, em termos de proprietárias de imóveis ou de empresas, por exemplo? Há uma elite dominante ou a comunidade é administrada por um sistema político democrático? (*ibidem*, p. 60).

O autor acima segue questionando sobre o modo de envolvimento da comunidade na gestão da atividade turística no quesito da participação democrática, na autovalorização do conhecimento local para assegurar que as decisões tomadas sejam em benefício do coletivo, reduzindo possíveis conflitos entre os turistas e a comunidade local, envolvendo para que a comunidade aplaine o caminho do turismo. De acordo com Chicico (2012), o TBC demanda a coesão do coletivo nas concepções de apropriação dos recursos naturais, assim como na oferta dos produtos turísticos.

No entender de Chicava (1999) as iniciativas da comunidade pressupõem um envolvimento ativo, propenso ao crescimento e às mudanças e demandasdo serviço turístico. O TBC requer que a comunidade seja autônoma na gestão do turismo, tornando-se atores sociais protagonistas da atividade a ser executada além disso serem ativos no mercado turístico. Swarbrooke (2000, p. 69) considera que a comunidade pode se envolver ativamente por meio de consórcios de câmaras de comércio locais, associações, coletivos informais, cooperativas e comunidades locais, detentoras de ações de capital em novos desenvolvimentos na implementação do turismo sustentável e solidário. Para este autor neste modelo de turismo para que o controle da renda e do lucro da atividade turística fique nas mãos da comunidade é necessário a formação e treinamento das pessoas em gestão, além da implementação de uma estrutura legal de suporte.

A Fundación para la Inovacion Agraria - FIA (1999) pondera que se deve integrar nas dinâmicas locais a oferta do folclore, artesanato, tradições locais, atividades recreativas (como montanhismo, pesca, caça e desportos náuticos) e atividades educativas temáticas.

Entendendo que a forma, que a comunidade é a agente no desenvolvimento do turismo, Graziano da Silva *et al.* (1997) propõe para além da oferta do produto turístico, que a apropriação e conservação do meio natural e cultural preserve a sua identidade e originalidade, pelo sentimento de pertencimento ao local e a conservação dos recursos, sua permanência e resistência ao sistema. Assim o autor reafirma a importância do Estado no desenvolvimento sustentável para a promoção do turismo no espaço rural.

O setor público no âmbito municipal tem a função de mediador do processo e além disso é o agente social promotor das ações locais, assim acarretando o desenvolvimento do turismo promovido pela comunidade, levando a integração de vários setores da cultura e do desenvolvimento sustentável para o TBC.

Castells (2001) reafirma o papel do poder público, colaborando com incentivos, e subsídios, estimulando a participação, proporcionando formação e debates nas comunidades em relação aos prós e contras da atividade turista. O que compreende a afirmativa que, o autor frisa que o país ou região que opta pelo turismo como vetor para o desenvolvimento deve preparar-se para os impactos gerados por esta atividade.

Um país, ao desejar o seu desenvolvimento através do turismo, deve estar devidamente preparado para receber o impacto que ele proporciona. Quer se enfatizar que melhor preparado, não no que diz respeito aos seus aspectos estruturais, mas, sim, no tocante à conscientização do seu povo particularmente no que diz respeito aos seus valores culturais [...] Os recursos turísticos que atraem os turistas para os centros receptores são, com o tempo esmagados. Nesse caso, tanto o turista como o nativo perdem, o turista o incentivo em deslocar-se para polos turísticos descaracterizado, e o nativo, o visitante que era o seu ganha pão, sua fonte de renda (CASTELLS, 2001, p.55).

O autor sugere que as atividades turísticas podem ser classificadas como primária, a seção de políticas para o desencadeamento das ocorrências turísticas que se incumbe inicialmente de educar e regularizar a comunidade para a prática do turismo. Ainda nessa prática, Ramos Filho *et al.* (2004) consideram necessário a elaboração de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento local e regional centrada na inclusão social e meio ambiente, como forma de promover o desenvolvimento sustentável do TBC.

Entendendo que o TBC é uma forma ou modalidade de turismo considerado como não destrutivo, a população ou grupos e comunidades como todo o entorno ali presente estão passíveis de grandes mudanças resultantes do contato com o turista naquele local. O turista, é

visto como agente primário na turistificação ou seja o desencadear de um processo de implantação da infraestrutura turística em lugares com potencial turístico, a exemplo de São Miguel do Gostoso/RN (ANPTUR, 2016). Este agente pratica as ações de turismo no universo da agricultura familiar campesina, geralmente marginalizada do desenvolvimento territorial. O que traduz as práticas de convivência comunitária para o turista, onde se dá a utilização do meio ambiente, dado que, o espaço e os elementos que o constituem é que na originam os destinos e os desejos turísticos.

Contudo, conforme (CRUZ, 2007) as experiências de TBC trás novos critérios para a qualidade da vida das comunidades, de valorização e preservação dos espaços naturais e do patrimônio imaterial, assim constituindo destinos pertencentes a um nicho “especial”. Para Carvalho (2007), tal resgate implica no elogio ao autóctone, emergindo um sentimento nostálgico pelo lugar. Até o presente momento as literaturas abordam parcialmente estas questões, daí a importância de uma metodologia participativa na pesquisa comprometida com o ecodesenvolvimento.

2.1.3. A multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura familiar

As comunidades campesinas, ao longo dos tempos, se reproduzem, se reestruturam e coexistem sem perder parte dos elementos constituintes do modo camponês de fazer agricultura. A sua presença marcante é evidenciada nos dados da FAO (2014): dos 570 milhões de estabelecimentos e unidades agrícolas e agropecuárias presentes no mundo, 500 milhões (90%) são considerados autônomos, dirigidos e dependentes da mão de obra familiar. No que se refere ao tamanho, 475 milhões detinham menos de 2 hectares de terra, porém essas unidades rurais produzem aproximadamente 80% dos alimentos disponibilizados no mundo.

Apesar de sua importância persiste entre os camponeses a necessidade da luta pela autonomia, motivada pelas novas demandas do mercado que condicionam o campesinato a relações de dependência.

Mas quais são as características distintas do campesinato que garante seu papel de provedor de alimentos no mundo. O campesinato, em particular no Nordeste, busca a diversificação de atividades, constituindo segundo FULLER apud SCHNEIDER (1999, p.186): “uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimento, rendas em espécie e transferências)” Os

agricultores familiares, constantemente, realizam a pluriatividade como suplemento de renda familiar e como fonte de investimento na unidade agrícola a exemplo da irrigação, aquisição de insumos (fertilizantes, sementes, medicamentos, entre outros), e melhorias de infraestrutura.

Nas décadas mais recentes com o processo de globalização e industrialização, evidenciou-se no campo uma crescente exclusão dos camponeses dos mercados formais, impulsionados pela competitividade desleal entre os setores suporte da agricultura. De acordo com Brasil (2010), o meio rural foi vitimado por inúmeras transformações, principalmente nas relações de produção e de trabalho proveniente das novas demandas do mercado no processo de intensificação da globalização e da modernização agrícola, como problematiza (Chayanov, 1966, p.118 apud PLOEG, 2016, p.8-15).

(...) imaginemos uma sociedade sem camponeses. A seria chata e enfadonha, sem a diversidade de comida, o aroma dos temperos, a alegria das festas, a beleza das roupas, o sabor das bebidas e toda a riqueza da herança cultural, que foi gerada e transmitida por gerações de famílias de camponeses. A moderna indústria do turismo e os “negócios do ócio” no rural não sobreviveriam. Viver em um mundo urbano, secular e desencantado, rodeado de campos repleto de máquinas e monocultivos a perder de vista sem a presença dos idílicos e utópicos camponeses, certamente tornaria a aventura humana uma tragédia depressiva e insuportável (Chayanov, 1966, p.118 apud PLOEG, 2016, p.8-15).

Portanto, as populações urbanas também precisam desse contato com os camponeses. A partir dessa conjuntura, pensamos o território rural não somente como um espaço de produção e desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas, e sim também um espaço de lazer e vivência trazendo um olhar diversificado para as diferentes paisagens, onde as experiências de turismo no espaço rural e suas vivências diferenciadas das existentes no espaço urbano.

A valorização dos elementos locais traz um novo significado determinando o avanço das atividades turísticas em comunidades de diferentes culturas. Para tais experiências se Fabricio (2013) atribuiu ao TBC o papel de mitigar os problemas encontrados na realidade de diferentes grupos e comunidades camponesas.

No Brasil, a agricultura familiar que era de 4.139.369 agricultores familiares teve a redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar, em relação ao último Censo de 2006 (IBGE, 2017). O setor perdeu trabalhadores, entre outras causas, pelo envelhecimento da população ocupante do espaço rural, (BUAINAIN;

DI SABATTO; GUANZIROLI, 2004). Os indicadores da importância da agricultura familiar são apresentados por Castro (2012) até 77% das propriedades rurais, ocupam uma área de 80,89 milhões de hectares, o equivalente a 23% da área de produção agrícola total do Brasil. Apesar de ocupar a menor área há bons índices no resultado da geração de empregos para as famílias, constituindo sete de cada 10 empregos gerados no campo.

Sua importância é reafirmada no relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) "Estado da Alimentação e da Agricultura Camponesa" por ser responsável pela produção de alimentos biodiversos, estando atentos a 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão (IBGE, 2017).

Trat-se de uma comercialização regional e local, marcada por custos operacionais eficientes e por relativa eficácia na segurança alimentar sustentável, pois, como destaca Bontempo (2014), além da agricultura familiar produzir cerca de 23% dos alimentos consumidos, seus ecossistemas são fontes de agrobiodiversidade ao conservar 75% dos recursos agrícolas disponíveis no planeta.

Birrer et al. (2014), ao destacar as políticas voltadas aos povos e comunidades tradicionais nos últimos vinte anos, cita o Brasil como referência na Política Nacional de Biodiversidade (Decreto nº 4.339 de 22/08/2002) e na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040 de 07/02/2007).

Também há que se destacar os programas voltados para o fomento das atividades comerciais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). Tais programas vem consolidar os elementos destacados por Castro (2012), onde a agricultura familiar no nordeste revela sua importância regional, empregando 82,6% da mão de obra do campo e mantendo a produção da mandioca (80,4%), feijão (59,7%) e milho (12,7%) do total produzido no Brasil. A região também é a segunda maior região produtora de arroz e na produção frutícola irrigada.

Também em 2017, uma parcela dos agricultores familiares respondeu por 12,4% da produção regional de melão e 25,4% da produção de manga, culturas irrigadas desenvolvidas principalmente no Polo Açúcar-Mossoró (Rio Grande do Norte) e em Petrolina-Juazeiro (Pernambuco e Bahia) (IBGE e Sidra, 2019).

Portanto a agricultura familiar tem respondido positivamente, apesar das políticas públicas insuficientes, descontínuas e desajustadas as suas reais necessidades, denotando que o formato econômico e social do empreendimento é viável e multifuncional. Segundo

Aquino; Alves; Vaidal (2020), a agricultura familiar no Nordeste teve seu destaque e importância porque gerou emprego e ocupação, assim mantendo as pessoas no território rural, além de contribuir na produção dos alimentos mais consumidos e na permanência da população rural no campo assim representando, aproximadamente, três quartos do total de pessoas na zona rural. Conforme Santos (2011), trata-se de residentes no espaço rural, distantes das tensões das grandes cidades brasileiras com suas perversidades de demanda de recursos, alimentos, transportes e segurança.

Porém, o modo camponês de produzir se baseia na racionalidade da baixa dependência de insumos externos e o uso comedido dos recursos naturais, como forma de realização de uma agricultura permanente constantemente ameaçado pelos apelos tecnológicos e as políticas que os promovem, propagando a generalização de modelos descomprometidos com a saúde do agricultor, a conservação dos recursos naturais, as bases autônomas de produção e alimentos saudáveis.

Mudanças consideráveis na importância das atividades agrícolas e não-agrícolas expressos em novos potenciais de renda. Agricultores familiares e residentes no espaço rural se caracterizam mais intrinsecamente como pluriativos, as horas dedicadas a agricultura não necessariamente predominam, as rendas se complementam, muitas vezes configurando a desimportância da produção agrícola na busca por rendas dignas e complementares. Esse ator social conhecido como agricultor pluriativo, busca alternativas para a geração de renda familiar, pois conforme expõe Mattei (1998, p.17): “há um aumento no número de pessoas da família de agricultores que possuem emprego fora da propriedade e /ou que combinam diferentes atividades nem sempre ligadas exclusivamente à produção agrícola, muitas vezes vinculadas a economia informal”,

Uma outra dimensão que se evidencia no contexto da sociedade atual com relação a multifuncionalidade é apontado por Maluf (2002), são as novas funções sociais da agricultura, que inclui o campo dos serviços turísticos e ambientais, ou seja a agricultura gera bens coletivos e públicos, através da conservação dos recursos naturais (água, solos e biodiversidade) e do patrimônio natural (paisagens) e cultural, além da produção de alimentos de qualidade diferenciada. A partir destes potenciais o turismo propicia novas valorizações aos produtos, incluindo a manufatura de produtos “caseiros” e artesanais, resultando em uma coesão, uma articulação entre território, agricultura e desenvolvimento sustentável

Desse modo a multifuncionalidade se amplia, pois conforme Cazella; Bonnal; Maluf (2009) ela é própria da agricultura familiar, pela sua efetividade na produção de alimentos

saudáveis, gerando empregos, otimizando o uso dos recursos disponíveis, valorizando a agrobiodiversidade. Constitui o que Maluf (2002), caracteriza de um “novo olhar” na compreensão da agricultura familiar, considerando o modo de vida, a inserção nos mercados e a reprodução social. Em síntese, as múltiplas funções da agricultura incluem as atividades não diretamente associadas à produção de alimentos, exercidas pelos membros das famílias, assim indicando que a multifuncionalidade incorpora a noção de pluriatividade.

Desde a ótica da multifuncionalidade a agricultura se torna responsável pela promoção das demais funções, como ressaltam Gaviolli, Costa (2011, p. 454):

Além da produção, que podem se traduzir em atividades nãoagrícolas, como a agroindústria familiar, agroturismo e comercialização direta, ocupações que se originam na agropecuária e na paisagem agrícola e que são estreitamente relacionadas com estas. Essas atividades poderiam ser consideradas dentro do escopo da pluriatividade, na medida em que se constituem em atividades não agrícolas geradoras de renda, realizadas em combinação com a agricultura *stricto sensu*. A estratégia das famílias para garantir a reprodução social é diversa, é movida por situações concretas e as respostas aos condicionantes internos e as pressões do mercado fazendo com que a maior ou menor dedicação às atividades não-agrícolas e à pluriatividade varia no tempo e no espaço.

Tendo em vista que o modo de funcionamento das unidades familiares de produção agrícola e não agrícola, traz a compreensão do campesinato nesse espaço rural em aspecto global na sociedade capitalista moderna, trazendo as expectativas de novos projetos alternativos para a agricultura como o Turismo de Base Comunitária.

Dentro desse panorama ressalta-se os princípios da organização familiar na agricultura que comungam com alguns princípios do TBC. Como é destacado por Wanderley (1998), as unidades camponesas são movidas por princípios internos de funcionamento, que são diferentes das unidades capitalistas no seu regimento, ou seja a unidade familiar não se organiza sobre sua base de produção e execução de trabalho e da apropriação do trabalho alheio, da mais-valia, nesse processo o trabalho e a gestão é realizado indistintamente pelos membros da família.

Contudo Wanderley (1998) pondera que há o outro lado da situação, onde somente o agricultor familiar responde pela sua reprodução patrimonial, social e da preservação dos espaços naturais e culturais. Se aceitarmos que a agricultura familiar é apenas uma das dimensões do campo em que estão inseridos os membros das famílias rurais, podemos sugerir que a noção de multifuncionalidade possa oferecer elementos para a compreensão desse processo dentro das unidades familiar camponesa.

Como ressalta Bortelho (2005) ao romper com a abordagem setorial clássica, que

privilegia centralmente a lógica econômica, essa noção induz uma visão mais integradora na análise do papel da agricultura familiar e da participação das famílias rurais na sociedade local, recuperando uma característica comum ao campesinato: sendo as mesmas valorização da prática da agricultura e do seus saberes tradicionais, como expressão de um modo de vida, integrada ao conjunto do universo social e ancorada sobre um espaço local e regional dentro do território nessa perspectiva é onde visualizamos a multifuncionalidade da unidade camponesa para outras possibilidades de atividades como o TBC, gerando uma renda complementar camponesa:

Em primeiro lugar, a noção de multifuncionalidade da agricultura valoriza as peculiaridades do setor agrícola e do meio rural por sua contribuição e potencialidade não apenas na produção de bens privados e materiais. A principal inovação dessa abordagem, ao romper com o enfoque setorial, é ampliar o campo das funções sociais atribuídas à agricultura e, assim, reorientar o olhar dos formuladores de políticas (e da sociedade em geral) para o aspecto público dos serviços e bens oferecidos à sociedade pelas famílias rurais. Nesses termos, o agricultor seria estimulado a se dedicar com maior compromisso ao desempenho de tais “funções” sendo, para tal, remunerado pela sociedade através do Estado. É possível também pensar que tais serviços (como a preservação da paisagem, por exemplo) possam ser apropriados, de maneira particular, pelos que exploram o turismo, sendo esse turismo de caráter comunitário e familiar onde o gestor dessa atividade econômica é a própria comunidade assim preservando sua cultura e saberes tradicionais e populares, dentro dessa lógica o comércio em geral e que são remunerados por este serviço (que eles não ajudaram a preservar), diretamente, pelos respectivos usuários (os turistas) (*ibidem*, p.52).

Coerente com essa perspectiva da multifuncionalidade nas unidades camponesas se observa e deixa de ser a unidade produtiva e passa a ser a família rural considerada em sua totalidade, no conjunto da realidade rural estão integrados a produção as manifestações (culturais, sociais, ambientais) dos membros familiares e da comunidade.

Desta forma, surge o olhar do camponês através da lente da agricultura multifuncional, onde se torna visível a contribuição não diretamente produtiva dessa população para a dinâmica econômica, social e cultural da sociedade,

A pesquisa empírica dos autores acima corrobora com o entendimento de que a pluriatividade no contexto da agricultura familiar brasileira não necessariamente emerge de uma perspectiva de desenvolvimento ideal, marcado por uma agricultura de tempo parcial e/ou proveniente do “*novo rural*” como define Carneiro (2005) o agricultor pluriativo “[...] pode ser visto como o resultado de um processo de precarização da agricultura familiar e das dificuldades que esta enfrenta em uma realidade dominada pelas cadeias agroindustriais da cana e da laranja.” (*ibidem*, p. 466).

Nesta abordagem Schineider (2003) inclui no escopo da pluriatividade as atividades não agrícolas, geradoras de renda vinculada a precarização do mundo do trabalho, dado pelo trabalho temporário (trabalho em indústrias, no corte de cana e na colheita da laranja, entre outros) mesmo que é uma condição de precarização da agricultura familiar. Para além desta situação busca-se analisar a importância daquelas atividades “*não agrícolas*” promotoras de certa autonomia da agricultura familiar, tais como: a agroindustrialização, o turismo rural e a produção agroecológica de alimentos saudáveis e biodiversos resultando na conservação dos recursos naturais, do território e da paisagem rural. Entre as motivações dos agricultores para se dedicarem a atividades não agrícolas está a tendência da queda geral dos rendimentos provenientes da produção agrícola, como destaca Carneiro; Maluf (2010), nesta dimensão a multifuncionalidade tem revelado o resgate de funções-chaves que incluem a reprodução econômica das famílias rurais, a segurança alimentar e sustentabilidade.

A multifuncionalidade é parte das estratégias camponesas de afirmação social e de geração de renda, tradicionalmente agricultores familiares desempenham atividades dentro e fora da propriedade, incluindo além da produção agrícola os serviços turísticos de diversas categorias: de experiência, ecológico, rural, pedagógico, artesanato e gastronomia. Os Tratase de novos valores e o reconhecimento dos saberes populares, afirmando novos olhares para o espaço rural, a exemplo dos alimentos caseiros com sabores peculiares, próprios de um local, caracterizando os saberes ancestrais das famílias.

Com a valorização lança-se um olhar amplo gerando valores e, por exemplo, desenvolvendo alternativas de trabalho durante o longo período de ausência de chuva do Nordeste. Considerando as dificuldades de reservar água para a agricultura, a viabilização do artesanato e o turismo ao ser incorporada pela comunidade, de modo participativo e integrado a uma rede de serviços integrados, garante a reprodução social do campesinato no campo. Esse novo olhar multifuncional da unidade camponesa proporciona a conservação ambiental e os recursos naturais pertencente à comunidade e ao território rural, alinhando a importância da conservação das florestas e rios, bem como sua recuperação. Nesse formato de agricultura também é proposto o Turismo de Base Comunitária, favorável para o aprimoramento nas unidades familiares.

2.2. Os alimentos dos roçados: sabores nordestinos valorizados pelo turismo

O desenvolvimento da gastronomia regional e local, tem se inserido numa perspectiva holística por agregar o alimento aos fatos cotidianos de cada povo, enlaçados em memórias,

sentimentos e prazer, se constituindo inclusive em um dos elementos do patrimônio imaterial. De acordo com esta visão Peccini (2013) ressalta que a culinária regional nordestina, é centralizada nas reflexões sobre o patrimônio imaterial, em que as tradições dos sabores locais são responsáveis pela predominância de seus produtos dos roçados por tornar a comunidade a agente protagonista do conhecimento, a partir de suas práticas que remetem às histórias e memórias de seus saberes

A identidade do camponês é instituída e denomina sua construção a partir dos costumes da sua vivência no campo. Conforme Santiago; Medina; Brasileiro (2019) o alimentar-se, não significa apenas o saciar da fome, mas transmite saberes e fazeres de tradições que são construídos social e culturalmente, isto porque a escolha de determinados alimentos, em detrimento de outros, reflete a complexidade dos processos econômicos e socioculturais dos territórios, que condicionam, nos diversos contextos, o que se come e como se come

A associação entre o universo da culinária e o turismo, quando bem construídas, podem ser o principal atrativo turístico de um destino turístico, como comungam Botelho (2006) e Barroco (2008). Para esses autores, o potencial que a gastronomia possui em atrair pessoas para o destino, torna-se o diferencial, o elemento que interliga a memória sensorial (sabores, aromas, cores e texturas) e a memória espacial (lugar, espaço), corroborando com Santiago; Medina; Brasileiro (2019). Menasche (2016) problematiza que o contexto da globalização reforçou a tendência da homogeneização dos alimentos e o crescimento do consumo dos industrializados, no entanto, surge o contraponto que evidencia os alimentos regionais, artesanais e locais. O rural passa a ser valorizado e procurado pelas paisagens, costumes, festas, alimentos e vivências, constituindo sistemas alimentares incluindo:

[...] receitas herdadas, pratos tradicionais, produtos e ingredientes locais, espécies e variedades nativas, práticas de alimentação cotidianas e rituais, utensílios e objetos que conformam a cultura material relacionada à produção e consumo de alimentos, mecanismos de sociabilidade em que se dá a sua circulação e, ainda, espaços-mercados e feiras, entre outros. (MENASCHE, 2016, p. 8).

De outras formas, as comidas consideradas típicas da cultura nordestina, provenientes do milho, mandioca e macaxeira são absorvidas pela indústria, assim se inserindo nos supermercados, casas de congelados ou “*disk pamonha*”. Nesta perspectiva de apropriação a indústria cultural se aproxima das manifestações religiosas e festas típicas, porém, introduz os elementos de luxo e beleza, com coreografias ensaiadas e incorporando novos elementos artísticos. Substituem os cenários que retratavam o homem rural simples com roupas

remendadas e chapéu de palha rasgado, linguagem pitoresca e produção caseira, tecnicamente rudimentar. Até mesmo o enredo atualizado da parte dramática de encenação do “*casamento matuto*” é renovado.

Os grupos se profissionalizam e incluem figurinistas, costureiras e coreógrafos, assim transformando as quadrilhas em verdadeiras empresas de publicidade, despojando as pessoas comuns na participação dos ensejos. Neste contraponto, Benjamim (1987, p. 35) avalia ser frequente o relato de experiências exitosas sobre a atividade agrícola e por sua vez o desenvolvimento do turismo no meio rural, respeitando as características e peculiaridades da vida no campo, favorecendo e fortalecendo a agricultura de base familiar que se expressa como uma possibilidade de diversidade na produção e de qualidade de vida no meio rural. O autor acima também destaca que a celebração dessas manifestações culturais tem a sua origem na tradição pagã dos povos da Europa, Ásia e África, que festejavam as divindades protetoras da fertilidade e da colheita quando se aproxima da chegada do verão no Hemisfério Norte e que foram transportadas para o calendário agrícola e católico. Não é apenas uma coincidência a data das manifestações. Os antigos rituais agrários, no Velho Mundo, por ocasião do solstício de verão (que ocorre entre os dias de junho), marcavam o início da colheita dos cereais.

Os alimentos da agricultura familiar vêm ganhando reconhecimento na gastronomia regional devido a um público específico que valoriza o produto local, colonial, orgânico e os elementos da cultura popular, incluindo o diferencial no seu sabor e a peculiaridade da produção agroecológica. Nesta linha de Barbosa (2009) considera que os produtos artesanais, denominações de origem e produtos culinários integram uma rede semântica que consiste na articulação do ato de se alimentar e a atitude política para o resgate e valorização da cultura e da tradição. Portanto, a valorização dos alimentos artesanais e agroecológicos, de proveniência da agricultura camponesa, está tendo um enorme destaque na mesa dos consumidores, e então aproxima as relações do campo com a cidade. Isso ocorre devido à recente proximidade entre os agricultores e seu público-alvo de consumo direto, realizado em feiras livres e temáticas (agroecológicas).

A intermediação direta dos camponeses com os consumidores, fortalece o comércio justo e nele se estabelece um bonito diálogo, envolvendo a troca de conhecimentos gastronômicos e de receitas caseiras, se efetivando como a renda principal familiar. Os vínculos então estabelecidos entre os camponeses e clientes e traduzem em uma espécie de fidelização dos clientes, se estabelecendo um processo de aprendizagens onde os próprios consumidores atuam como degustadores, facilitando o aperfeiçoamento do produto,

conforme a preferência do fiel consumidor. Neste contexto, o consumidor conta com o potencial de utilizar suas práticas e escolhas de consumo como modo de participar da esfera pública. Isso porque, a partir da escolha de uma mercadoria ao qual não sabe sua procedência, os consumidores podem buscar concretizar a adesão a valores e transcender a noção de utilidade de um objeto, o qual se configura como os valores que os indivíduos almejam se engajar.

Com essa preocupação para abertura de novos espaços de comercialização direta do campesino Portilho et al (2011) identifica uma nova modalidade de renda proveniente do TBC, trazendo a valorização do território rural frente às novas ruralidades existentes na atualidade, onde esse turista quer vivenciar as atividades agrícolas, na colheita, no manejo animal e na cozinha, com os saberes e sabores tradicionais do roçado. Aos povos originários no território nordestino, os quais nos agraciaram com um pedaço de sua cultura alimentar, a gastronomia brasileira, em especial a nordestina, apresenta ampla diversidade de alimentos, resultado das múltiplas influências culturais.

Conforme Cavalcanti apud Shinohara (2013) identifica que a alimentação nordestina deriva da culinária tupi e africana, sendo constituída por alimentos peculiares e exóticos. Reflexões sobre as influências na alimentação e sua origem indígena são recentemente ressaltados Shinohara (2014) com base no Mapa da Alimentação Brasileira que destaca a mandioca e o milho como alimentos próprios da cultura regional de maior rentabilidade para os agricultores que herdaram o saber dos povos indígenas na domesticação desse alimento.

Por gerações foi disseminada uma lenda indígena, descrita por Albertim apud Shinohara (2014) que retrata a peculiaridade da mandioca na base da alimentação: guerreiros daquela tribo obtiveram bastante força quando se alimentavam da mandioca. No decorrer do tempo e nos diversos espaços do território nacional, Lima; Almeida & Ferreira filho (2005) identificam que a mandioca foi sendo consumida e diversamente nominada como: Aipi, Aipim, Candinga, Maniva, Maniveira, Macaxeira, Moogo, Mucamba e como importante fonte de alimentação humana e animal é amplamente aproveitada no processamento como farinha, amido, fécula e ração, as raízes de mandioca e de macaxeira ou aipim são pertencentes à mesma espécie, apresentam duas divisões em termos morfológicos, que é relacionada a quantidade de ácido cianídrico.

Almeida & Ferreira Filho (2005) distingue a mandioca mansa, aipim ou macaxeira cujo teor de ácido cianídrico por quilo de raiz fresca não ultrapassa de 50 mg. A mandioca brava exige processamento para retirar o ácido cianídrico que está acima de 100 mg por quilo de raiz fresca e é superior a 100mg. Os autores também destacam que sob o ponto de vista

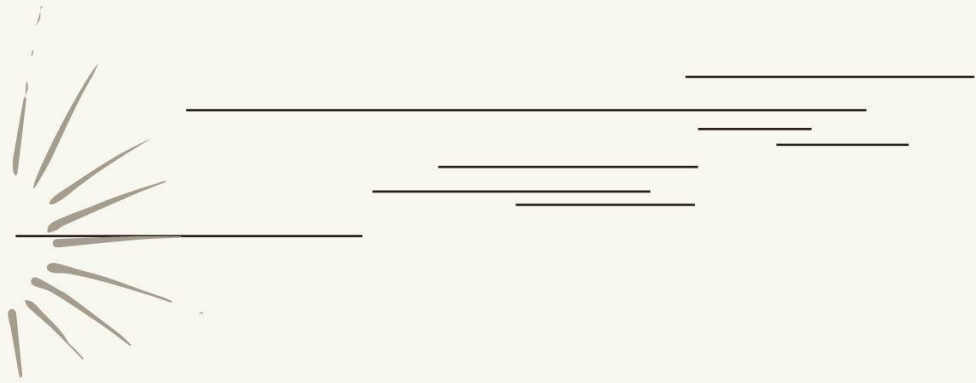
agronômico, as cultivares exploradas comercialmente podem ser agrupadas conforme sua toxicidade em: mandioca mansa, doce, de mesa, aipim ou macaxeira, de uso culinário - aquelas cujo teor de ácido cianídrico por quilo de raiz fresca não ultrapassa de 50 mg.

Shinohara et al. (2014) inúmeras o preparo das bebidas fermentadas, farinha, mingau, pirão, tapioca e goma, além da tapioca que origina o pé de moleque, a puba e o beiju. O autor destaca a importância da mandioca na adequação dos hábitos alimentares do povo afro-descendente, cuja cultura estava arraigada ao consumo do inhame.

A mandioca foi gradativamente dominante na alimentação pela fácil propagação no território nacional, pela adaptação de variedades aos diferentes ecossistemas foi cultivada nas roçadas e quintais dos agricultores familiares. Em síntese a mandioca e a macaxeira se revelam como alimentos adaptados aos ecossistemas e facilmente integrados à cultura alimentar regional, sendo reinventada nas diversas receitas da cultura local.

Porém, o domínio do trigo no território nacional tende a negar a importância deste tubérculo, facilmente cultivado nas localidades (SHINOHARA et al, 2014). O trabalho em torno da cultura da mandioca e o ato de processar a farinha envolvia as famílias de agricultores, trata-se de um momento de encontro da família e vizinhança. Adequações gastronômicas vão diferenciar a culinária nordestina, representada por pratos típicos diversos a base de macaxeira e mandioca, cuscuz de macaxeira feito a partir da massa puba (formada por fermentação das raízes em água).

Vê-se que este capítulo retratou desde o universo do turismo no espaço rural até a pluriatividade no território rural e suas multifuncionalidades campesinas trazendo as experiências da alimentação tradicional e saudável no contexto dos rocados nordestinos.



CAPÍTULO 3

METODOLOGIA



3. METODOLOGIA

*“Afagar a terra. Conhecer os desejos da terra. Cio da terra, propícia estação
E fecundar o chão”.*

Trecho da música O Cio da Terra, composta por Chico Buarque.

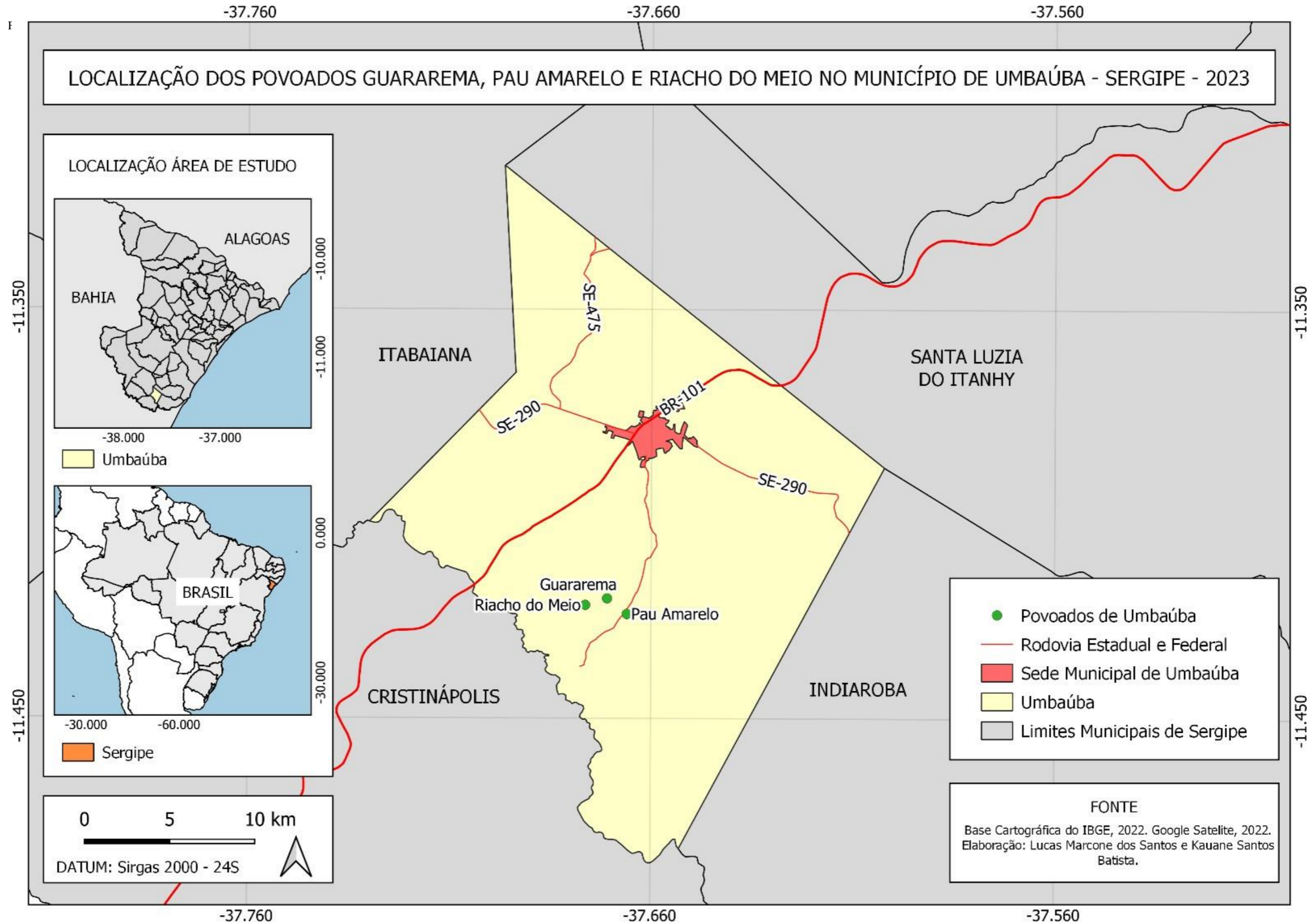
Este capítulo, concebido como o processo de planejar, cuidar e manejar o solo e sementes que resultarão na soberania e identidade do projeto de pesquisa, encontra estruturado e subdividido em quatro momentos, sendo esses passos elaborados a partir dos procedimentos técnicos e metodológicos, a abordagem, natureza que contribuem no desenvolvimento proposto e anunciado na introdução desta pesquisa.

3.1. População e local de estudo

O estudo foi conduzido na área rural do município Umbaúba, localizado na Mesorregião Leste Sergipano (coordenadas: latitude de 11°22'32" e longitude de 37°39'35") (IBGE, 2010), junto ao GMC de Umbaúba que fabrica panificados de forma artesanal, de acordo com os procedimentos metodológicos aprovados pelo Comitê de Ética do Instituto Federal de Sergipe processo 57023722.2.0000.8042. Pertencente ao bioma Mata Atlântica, o município está situado a 97 Km de Aracaju e tem como municípios circunvizinhos: Itabaianinha, Santa Luzia do Itanhy ; Indiaroba, Arauá e Cristinápolis.

A Figura 1 demonstra as delimitações e localização dos povoados Guararema, Pau Amarelo e Riacho do Meio, no município de Umbaúba, Sergipe.

Figura 1.



Segundo IBGE (2021), a população total de Umbaúba era de 25.800 habitantes, com 8.728 habitantes residentes na área rural, que perfaz 38,52% da população. A área rural consta de 27 povoados (Amargosa, Barrinha, Campinhos, Cipozinho, Colônia Sergipe, Dois Riachos, Estiva, Eugênia, Guararema, Imbé, Macaquinho, Major, Matadouro, Matarongome, Matinha, Palmeira, Pau Amarelo, Pedra do Rumo, Ponto Azul, Queimado Grande, Recanto, Riacho do Meio, Sabiazinho, Sol Nascente, Tabuleiro dos Cágados, Tauá e Vitória) (MENDES, 2012). O Município de Umbaúba está vinculado ao Programa Líder Sul, organizado pelo SEBRAE. E está se integrando ao município vizinho de Santa Luzia do Itanhy no roteiro Rota do Engenho. Em especial pela participação do GMC de Umbaúba, participando com a comercialização de artesanato e gastronomia.

Foram incluídos na pesquisa os povoados onde residem as componentes do grupo de mulheres em estudo, ou seja, Riacho do Meio, Guararema, Matinha, Pau Amarelo e Palmeira, com destaque para o povoado Riacho do Meio, onde se localiza a sede do GMC e a sua cozinha comunitária está instalada. A pesquisa foi direcionada ao grupo de 10 (dez) famílias camponesas de Umbaúba, integrantes da Associação dos Camponeses e Camponesas do Estado de Sergipe (ACCESE). Este grupo começou a se organizar coletivamente em 2014, atuando de modo informal. O estudo focou neste coletivo no qual os familiares estão envolvidos diretamente no processamento e mantêm o trabalho no estabelecimento rural. Geralmente, esse Grupo de Mulheres Camponesas (GMC) realizam o trabalho de processamento e de comercialização dos alimentos panificados e os homens realizam a produção agrícola – do qual fornecem parte dos ingredientes para o processamento.

A escolha metodológica por uma abordagem fenomenológica e sistêmica, onde a fenomenologia possibilitou que o Turismo onde derivou na escola dos instrumentos e ferramentas do TBC, efeito nas práticas que privilegiam o modo participativo e as oficinas, visando à formalização da associação e o sistemático na caracterização os potenciais nas unidades camponesas demonstrando os potenciais para o TBC, o que não se deu por completo até a finalização desta dissertação por efeito de tempo. E que lhes daria um apoio técnico para qualificar a definição do nome (realizado) e dos serviços apropriados para o acolhimento de visitantes (realizado).

A proposta de inserção do TBC decorreu de observações prévias em campo realizada por agentes do Movimento Camponês Popular (MCP), ao qual a pesquisadora integra. A pesquisadora também é participante do Grupo de Pesquisa em Agrobiodiversidade (segmento do Núcleo de Estudos Agroecológicos do IFS – NEA) ao qual mantém ações de extensão em parceria com o Grupo de Mulheres do Movimento Camponês Popular, objeto deste estudo.

A pesquisa-ação realizada inicialmente a título exploratório para definição da temática e dos produtos a serem propostos realizou visitas ao GMC. Nesta etapa foi observado como se deu a organização e consulta ao coletivo de mulheres camponesas sobre o interesse pela pesquisa, em especial, para definir um produto viável do trabalho atento às necessidades reais do processo.

3.2. O cenário e o universo da pesquisa

Os resultados da pesquisa foram construídos através do trabalho realizado em campo iniciado no período de junho de 2022 e finalizados no mesmo ano no mês de novembro de 2022. Mostra teoricamente que o turismo de base comunitária se apresenta como uma alternativa de geração de renda na agricultura familiar camponesa, pois o TBC é uma alternativa complementar aonde essa atividade não chegar para substituir as práticas familiares executadas no campo. Este modelo de projeto baseia-se na identificação e no aproveitamento das potencialidades turísticas.

Esse capítulo tratara das questões norteadas para observação e vivência em campo junto com a comunidade, onde será implementado o TBC considerando toda abordagem do desenvolvimento rural produtivo. Dentre os resultados da pesquisa observou-se que o TBC ainda não foi discutido no município de Umbaúba, que tem uma grande potencialidade para essa atividade, tendo em vista as condições para o desenvolvimento do segmento turístico rural. Com ressalva para o método de abordagem utilizado na pesquisa de Merleau-Ponty (1999), como abordado no *subcapítulo 3.1.* e tendo como permissa uma atividade constituída por atos (percepção, imaginação, especulação, volição, paixão etc.).

Para a implementação do TBC é necessário inicialmente que as comunidades tradicionais ou grupos que têm uma cultura popular tradicional tenham esclarecimento do segmento turístico em sua totalidade com diferentes perspectivas. Ressaltando que as comunidades como os coletivos locais devem estar cientes das vantagens e desvantagens desse segmento, estando aptos ao modelo de turismo que se enquadre ao seu território rural. Entretanto as comunidades envolvidas não detinham o conhecimento sobre o turismo no espaço rural, que lhe permitiram tomar decisões sobre a atividade.

Em face disso, as comunidades do município de Umbaúba se mostraram abertas à implementação e desenvolvimento do turismo de base comunitária, no caso nos povoados estudados, onde hoje existe uma alta para outros segmentos do turismo no município sendo executados e fomentados pela gestão municipal. Sendo assim, as autoridades locais considera

que existe um potencial para o segmento turístico rural na região e passa essas informações para população local, apresentando aos mesmos o turismo de aventura e a rota do engenho que se encontra localizada em outro município do território sul, como uma oportunidade de geração de renda familiar e expansão de seus produtos no mercado regional.

Outra condição para o desenvolvimento do TBC é a presença do capital social, pois o TBC se mostra como uma atividade complementar viável num meio em que o associativismo e a solidariedade passar ser uma ação coletiva dos agentes sociais envolvidos no processo. O TBC na sua concepção não se executa com competição entre os provedores da gestão que é coletiva, mas sim a cooperação nas tarefas a ser executadas, o que um visitante não encontra em uma das vivências encontrará na próxima.

Na área de estudo, as autoridades municipais ressaltaram que no município ocorrem iniciativas de turismo de aventura, com atividades de ciclismo, caminhamento em trilhas ecológicas. Ainda, tem-se a rota dos engenhos, onde os produtos gastronômicos e artesanais são provenientes das comunidades rurais de Umbaúba. Estas iniciativas são apoiadas pela secretaria de turismo municipal.

Estas atividades são individuais onde procuram integrar os seus serviços sempre através da gestão local com condições que atraiam o fluxo turístico para si. Existe competição nesses modelos, cada agente social ou operador da atividade trabalha individualmente em busca do crescimento do seu negócio.

Entretanto, vamos abordar outro ponto que é a taxa de analfabetismo no país, já que estudamos as populações com características camponesas. Segundo os dados da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (IBGE, 2018), a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil caiu de 7,2% em 2016 para 7,0% em 2017, mas não alcançou o índice de 6,5% estipulado, ainda para 2015, pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Sendo que os números absolutos, a taxa representa 11,5 milhões de pessoas que ainda não sabem ler e escrever. A incidência chega a ser quase três vezes maior na faixa da população de 60 anos ou mais de idade, 19,3%, e em comparação às pessoas pretas e pardas (9,3%) que é o dobro das pessoas brancas (4,0%).

Dentre as quatorze das 27 unidades da federação, o Nordeste tem em torno de quatro vezes o maior percentual da taxa de analfabetismo, esse abismo regional, porém, já conseguiu alcançar a meta do PNE, que registrou a maior taxa entre as regiões, 14,5%. As menores foram no Sul e Sudeste, que registraram 3,5% cada. No Centro-Oeste e Norte, os índices ficaram em 5,2% e 8,0%, respectivamente. Comparando-se com outros Estados, como demonstra o censo

(IBGE, 2017), Sergipe está em 27º lugar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e possui 0,665 de Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (IBGE, 2010), enquanto o município de Umbaúba (IBGE, 2010), que está situado no território das águas pelo Ministério do turismo, está com o IDEB do estado 22º e possui 0,579 de IDH.

Sobre o acesso e tratamento de esgoto, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) os índices de acesso à coleta de esgoto em Umbaúba correspondem a 1,52%, classificado em 73º lugar entre os 75 municípios, mesmo assim está com consideração adequada.

O Estado de Sergipe tem 35% de coleta e 9% de tratamento de esgoto, enquanto o município de Umbaúba é coletado o volume total entre 0,63% e 1,52% m³ de esgoto, sendo tratado o percentual entre 0,63 e 3,6% de esgoto, e também com percentual de 97,85% não é tratada e nem coletada no município conforme Agência Nacional das Águas (ANA, 2013). Tanto o nível de escolaridade quanto a infraestrutura do local, interferem no desenvolvimento do turismo no município.

Decorrendo para os demais aspectos, a principal ocupação do município por volta da década de 1970 era a mandioca, e sucessivamente a citricultura iniciada em municípios circunvizinhos. Na década de 1990, esta atividade entrou em decadência em decorrência de pragas e envelhecimento dos pomares, de falta de assistência técnica que resultou na instauração da crise da citricultura (ANDRADE, 2019).

Todo o território centro-sul, na zona rural ocorre a produção artesanal de farinha e tapioca, a pescaria artesanal como práticas tradicionais, que podem ser evidenciadas nas comunidades Riacho do Meio, Guararema e Pau Amarelo. Além destas atividades, estas comunidades também apresentam potencial para a cultura do coqueiro, cultura do cacau, confecção de artesanatos de junco e de material reciclado.

Além destes cultivos desenvolvidos nas roças ou nos quintais produtivos (existentes ao redor das residências para cultivo de hortaliças, frutíferas, ervas medicinais e criação de animais de pequeno porte), as comunidades envolvidas na pesquisa também apresentam potencial no Turismo de Base Comunitária (TBC), com atrativos naturais e culturais.

Porém, além da conscientização das comunidades em relação ao turismo e do associativismo junto com a cooperação comunitária, é necessário que ocorra recursos turísticos e identificação para possíveis atrativos para estimular o desenvolvimento do TBC. Entretanto foi visto que, o município de Umbaúba tem uma riqueza em seus recursos naturais e culturais. Dentro do município ocorrem vários cursos de água de diversas nascentes, podendo ser um destino turístico a ser visitado para as práticas de lazer. Foi verificado também a prática de

pesca artesanal e raspa de mandioca para fazer farinha dentre outras atividades complementar dentro da casa de farinha (como tapioca, massa de macaxeira, puba e goma), o que se mostra como uma oportunidade de vivenciamento para experiências turísticas no espaço rural com caráter original.

No entanto, a infraestrutura no meio rural é precária (acesso, saneamento básico, etc.) enquanto que, as condições na área urbana é melhor, onde se concentra 62,06% da população, versus 37,94% da população residente na área rural.

Na sede do município se encontram os destinos e equipamentos turísticos disponíveis para visitação. Entretanto verifica-se que há necessidade de maiores investimentos pelo poder público em infraestrutura básica, como melhoria das condições de acessibilidade no município, melhoria na rede de distribuição de água e esgoto, energia elétrica, melhoria na saúde pública e criação de um plano municipal de saneamento. No que respeita ao turismo, em vez de se estimular o turismo de massa, deve-se estimular o desenvolvimento de turismo de base comunitária, um modelo que busca a potencialização das comunidades rurais na oferta do produto turístico. Valorizando o modo de vida camponesa e não hábitos urbanos para o meio rural.

O município já possui financiamento público por meio do (MTUR e SETUR), para incentivar a oferta do turismo rural, através da Lei Aldir Blank além disso, o investimento que se busca no empresariado municipal e estadual, pode ser orientado para criação de parcerias e redes de relações que possibilita as comunidades camponesas a absorção de fluxos turísticos que passam pelo município. Dentro disso, para que seja possível o fluxo turístico   necessário que haja um comprometimento da gestão pública local como também das comunidades locais no desenvolvimento e implantação do TBC.

O governo local e as comunidades e municípios circunvizinhos tem um olhar e foco para o turismo de sol e praia, como sendo o único existente para aquele território, há necessidade de mudanç a nesse olhar e foco perante a população local, o que parte não somente da gestão pública e também da comunidade se preparando para atividades de gestão do turismo no espaço rural onde vão trazer conhecimento sobre esse modelo de turismo no território.

Portanto, há necessidade de mudanç a na estruturação da gestão do turismo, como se viu anteriormente, a orientação passada pelo governo local do estado é que o Plano Nacional do Turismo, onde o PRT no estado de Sergipe aparece para dar continuidade e aumentar o alcance das ações, incentivando a participação e a criatividade de cada região turística. Integrar os municípios de uma região é a melhor maneira de incluir esses municípios nos lucros trazidos pelo turismo. (SERGIPE, 2009).

Em tese pode se afirmar que o município de Umbaúba apresenta um potencial para implementação de um modelo de segmento turístico e no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária, pois esse modelo é rico em recursos naturais e culturais, assim se beneficia de uma boa rede de relacionamentos no contexto do mercado regional, a população vive de acordo com seus costumes e procuram sempre a valorização da sua identidade. Isso também faz parte de uma boa cooperação coletiva entre as comunidades, tendo em vista que essa cooperação não seja para o turismo em se através da atividade turística surgir nas comunidades os coletivos engajados para expressões associativistas e grupos nucleados atuando em áreas da agricultura campesina, pesca, atividades extrativistas, ambiental etc.

Possui também dentro dos territórios e polos turísticos, fontes de financiamento para a promoção dos valores culturais, do conhecimento popular, identidades e riquezas. Experiências humanas capazes de produzir energia que fortaleça o modelo de gestão cooperada, promovendo a participação consciente, a intervenção inteligente no local, a organização social transformadora e autônoma manifestada nos espaços das decisões coletivas em locais e espaços da gestão do processo de desenvolvimento sustentável garantindo se Sergipe destino dos sergipanos e de todos aqueles que chegam (SERGIPE, 2009)

Assim, podemos perceber que o processo de territorialização na região Sul- Sergipana gerou um fenômeno interessante no estado e favorece que cada região, outrora definida, tivesse um foco em alguns elementos, despertando as mais diversas possibilidades para os tipos de turismo possíveis (MESQUITA,2012). Veremos na Quadro 1, a descrição dos potenciais dos municípios que fazem parte da região sul-sergipana, os respectivos indutores para este território.

Quadro 1. Descrição dos Potenciais Turísticos Rurais.

Território	Municípios que fazem parte	Características
Sul Sergipano	Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy, Estância, Umbaúba, Itabaianinha, Tomar do Geru, Cristinápolis, Arauá, Pedrinhas, Boquim, Salgado.	Complexos turísticos, marinas, engenhos revitalizados com estâncias hospedeiras (ao estilo das “quintas” portuguesas) ou para recuperação da memória da cultura canavieira e dos hábitos rurais e das tradições populares.

Fonte: Adaptado de MESQUITA, 2012.

A partir dessa organização os obstáculos para implementação do TBC nos municípios que se constataram como inexistência de fluxos turísticos, denominados como destinos indutores, a falta de consciência em relação ao turismo rural, ocorre na insuficiência em infraestruturas

básicas, bem como equipamentos e meios de passar a ser umas estratégias viáveis para comunidade através de empreendimentos conjuntos e participativos. Sendo que, os resultados esperados se mostraram consideráveis na participação da comunidade na gestão do TBC.

3.3. Método de abordagem

Com o intuito de encontrar o caminhar da pesquisa e tendo aproximação com o grupo, o percurso metodológico da pesquisa teve como base de abordagem a corrente filosófica fenomenológica. Vale ressaltar que na pesquisa em geral, um único método costuma não ser suficiente para alguns resultados almejados durante o percurso do trabalho, sendo necessário apoiar-se em outras correntes filosóficas para se fundamentar. A corrente fenomenológica busca estudar a experiência e vivência humana através da observação e percepção da realidade que está sendo estudada, sendo então pautada nos sentidos e anseios dos agentes locais.

Como Merleau-Ponty (1999, p. 5) ressaltava sobre a fenomenologia, “*dividindo-se*” em da percepção e da consciência, “é o estudo das essências, e todos os problemas [...] uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua facticidade”.

Se para o autor a consciência de si é o próprio ser do espírito em exercício, sendo preciso que o ato pelo qual o sujeito tem consciência de algo, seja ele mesmo apreendido no instante em que se realiza, a leitura de mundo a partir dos sentidos, relações, do olhar dos sujeitos e relações com outros e com o meio inserido, pertencido e comportamental se dá com a imersão do sujeito e percepção do que o circunda. O “Eu” no mundo percebido.

Enquanto tenho funções sensoriais, um campo visual, auditivo, tátil, já me comunico com os outros, considerados também como sujeitos psicofísicos. Meu olhar cai sobre um corpo vivo prestes a agir, no mesmo instante os objetos que o circundam recebem uma nova camada de significação: eles não são mais apenas aquilo que eu mesmo poderia fazer com eles, são aquilo que este comportamento vai fazer com eles (*ibidem*, p. 469).

Logo, a fenomenologia se pauta nas histórias de vida, na análise de conteúdo, baseando-se na capacidade de interpretação do investigador, mas, principalmente, no debruçar dos sujeitos da pesquisa sobre si e o seu lugar. Assim o método fenomenológico converge com a proposta e realidade do estudo, visto que se trata da relação do “Eu” campesino, seu modo de vida comunitário com outros campesinos e natureza, dentro dos aspectos socioculturais,

socioeconômicos e socioambientais. A fenomenologia exige que haja uma ligação entre tudo aquilo o que acontece (os fenômenos), as experiências e os sujeitos, sendo a viscosidade, a aderência nesta ligação, a percepção, os sentidos e sentimentos.

De acordo com Panosso Netto; Nechar (2014), o método científico é considerado um instrumento que contribui para a interpretação dos fatos e fenômenos coletados durante a pesquisa, na sondagem da realidade. Quanto ao método de abordagem aplicado, como os instrumentos metodológicos utilizados no decorrer da pesquisa, tem-se a concepção que possibilita a compreensão da vivência dos agentes sociais envolvidos. Isso objetiva o pesquisador, na perspectiva de estabelecer teóricos que trabalhem com esta verdade científica, como expõe Sposito (2009).

Nesse sentido a busca de novas teorias, tratar de entender, interpretar as experiências, mas sua principal característica é a aplicação do conhecimento e singularidade vividas, bem como compartilhadas pelas mulheres camponesas. Desta forma o fato de investigar não é somente olhar para o que se encontra posto e sim apresentar as informações para o grupo e assim, construir o diálogo de gestão coletiva (Gil, 2008). De acordo com (Hursel, 1990). O ato de investigação não está somente no olhar do pesquisador para o estudo. A tarefa na essência e o olhar da fenomenologia “não é uma coisa tão trivial”, apenas um olhar, mas um olhar trivial e crítico sobre as coisas.

Neste contexto, denominasse que o autor faz ênfase na interpretação da essência como base do conhecimento. A ciência da investigação de forma rígida sendo, que esse termo científico fenomenologia significa estudo dos fenômenos, daquilo que busca na consciência, explicação. Assim, o método fenomenológico tende a considerar que toda ciência precisa ser vivida, pois a ciência consistira não somente do que é percebido pelo mundo, mas pela simples razão de que ela é constante de determinação ou explicação dela, segundo (MERLEAU-PONTY, 1999).

Contudo, importa reafirmar que o método fenomenológico, utilizado, buscou-se entender as relações de percepções e as observações das necessidades e anseios dos desejos do grupo, no caso em foco, das mulheres camponesas que compõe um grupo que trabalha com panificados derivados do roçado. Assim produzindo um produto artesanal (PANOSSO NETTO; CASTILLO NECHAR, 2014). Com isso, deve-se considerar que a ciência é produto da análise vivida de constantes modificações e explicações que traduzem à luz da sua essência o mundo sentido e percebido.

3.4. Percurso Metodológico

O trabalho em questão se coaduna com uma pesquisa de caráter fenomenológico. Souza (2017) esclarece que os estudos e as pesquisas circunscritos ao domínio da percepção convergem seus interesses à subjetividade, motivo pelo qual foram influenciados, direta ou indiretamente, pela corrente filosófica conhecida como Fenomenologia. A Fenomenologia é o estudo das essências e de todos os problemas, resultando em resumir as essências como: a essência da percepção e a essência da consciência, sendo uma ambição filosófica de tornar-se uma ciência exata, relatando o tempo e o espaço, e o mundo vivido (CARMO, 2000).

Em adição, reportando Carmo (2000), para Merleau-Ponty, a Fenomenologia da Percepção é uma visão fenomenológica do homem, do mundo e seus acontecimentos, sendo aberto para os fatores existenciais e, assim ter a compreensão do que possa devir pelos vários aspectos apresentados (MERLEAU-PONTY, 1999). Com isso, deve-se ter entendimento da história a partir da ideologia, da política e da religião ou até mesmo da economia, podendo haver compreensão de todas as maneiras em um mesmo tempo, pois tudo tem um sentido.

Com a motivação de construir e conhecer melhor o GMC foi dado um caminhar do estudo com a corrente fenomenológica onde buscamos, o existencialismo com a existência ou o “ser” estava relacionada com o foco da fenomenologia na experiência (MERLEAU-PONTY, 1994), que ressalta a experiência local dos agentes sociais, através da observação, vivência e percepção da realidade e suas necessidades.

A presente pesquisa tem a perspectiva no que se refere a coleta e tratamento dos dados do tipo quali-quantitativa, em que se utilizou-se a pesquisa-ação. Conforme Thiollent (1986), a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica, a qual é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Neste desenho de pesquisa, pesquisadores e participantes representativos da situação-problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo para formular soluções adequadas à realidade.

De acordo com Franco (2005), a pesquisa-ação crítica considera a voz do sujeito, sua perspectiva, seu sentido, mas não apenas para registro e posterior interpretação do pesquisador: o lugar de fala do sujeito fará parte da composição investigativa. Nesse caso, a metodologia não se faz por meio das etapas de um método, mas se organiza pelas situações relevantes que emergem do processo em si.

Daí essa ênfase no caráter formativo do estudo, pois o sujeito deve tomar consciência das transformações que vão ocorrendo em si mesmo no decorrer do processo de investigação. A autora ressalta ainda que é também por isso que tal metodologia assume um caráter emancipatório, pois mediante essa participação consciente – os sujeitos da pesquisa passam a

ter oportunidade de se libertar de mitos e preconceitos que organizam suas defesas à mudança e reorganizam assim a ‘sua’ auto concepção de sujeitos históricos. No levantamento dos dados primários foi utilizado como procedimento metodológico o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), baseado em Verdejo (2006). Como também metodologias participativas propostas por Boef; Thijssen (2007), Ruas (2006) e ECOAR (2008).

3.5. As ferramentas Participativas

Tendo como premissa o protagonismo dos/das participantes, na pesquisa empírica foram utilizadas as seguintes ferramentas participativas:

a. **Mapa da agrobiodiversidade dos quintais produtivos:** a técnica foi utilizada com o objetivo de identificar os alimentos produzidos nos quintais e roçados biodiversos das componentes do grupo, as práticas de cultivo relacionados a produção agrícola sustentável e o uso destes alimentos como ingredientes na confecção dos produtos culinários. A técnica consiste na identificação das criações e plantas cultivadas por cada família, suas características e a elaboração do mapa se darão com a participação dos membros da família, que farão o seu desenho (BOEF & THIJSEN, 2007);

b. **O que essas mãos fizeram e o que essas mãos podem fazer?** A ferramenta foi utilizada na caracterização dos componentes do grupo, possibilitando identificar os saberes e habilidades. A técnica permite o autoconhecimento e resgate da história de vida do grupo e sua identidade.

c. **Linha do tempo:** através desta ferramenta foi possível identificar a história do grupo desde a sua formação até os dias atuais.

d. **Árvore dos sonhos:** utilizada durante a oficina participativa sobre organização social e associativismo solidário. A técnica permitiu identificar as metas do grupo a partir da sua formalização em entidade jurídica.

e. **Vivência:** durante 21 (vinte um) dias, a pesquisadora vivenciou a rotina das integrantes do grupo, visando complementar as informações, compreender a organicidade do grupo e sua coesão, observando os potenciais do grupo no quesito da recepção de visitantes e acolhimento, elementos estes fundamentais para a qualificação dos atrativos em TBC. Também acompanhou o processo de comercialização. Ainda, para caracterização dos roçados das agricultoras foram

realizadas visitas *in loco*. Nesta ocasião foram registrados os cultivos e as criações desenvolvidas nos lotes das agricultoras e seus familiares, através da observação participativa da pesquisadora e aplicação de questionário junto às famílias.

f. **Entrevista semiestruturada:** trata-se de uma entrevista que é guiada por perguntas-chave determinadas anteriormente. Esta ferramenta facilita criar um ambiente aberto de diálogo e permite à pessoa entrevistada se expressar livremente, sem as limitações criadas por um questionário (VERDEJO, 2010). A ferramenta permitiu a obtenção de dados socioeconômicos sobre o grupo. As entrevistas seguiram o seguinte roteiro (perguntas chave): dados pessoais, nível de escolaridade, composição da família, tempo de participação e função exercida no grupo. a identificação dos alimentos que são utilizados como ingredientes nos produtos culinários fabricados pelo grupo.

As oficinas participativas foram realizadas durante as visitas ao Povoado Riacho do Meio, na residência de uma das integrantes do grupo, onde encontrava-se a cozinha comunitária e a casa de Farinha. A primeira oficina denominada de “Organização social e associativismo solidário na formação de mulheres camponesas” teve o objetivo de debater sobre as vantagens e desvantagens na formalização de uma associação, avaliando a pertinência da formalização individual do grupo como entidade jurídica. Na ocasião foram aplicadas as ferramentas “Árvore dos sonhos” e “O que essas mãos fizeram e o que essas mãos podem fazer?”.

A segunda oficina teve como tema o Turismo de Base Comunitária, com a explanação de conceitos básicos sobre turismo rural e TBC. Na terceira oficina, foram aplicadas as ferramentas: a linha do tempo com o objetivo de conhecer e resgatar a história do coletivo. Ainda, foi utilizado a técnica do Mapa da Agrobiodiversidade, visando reconhecer a produção agrícola desenvolvida em cada lote/quintais produtivos das participantes.

Os dados secundários foram obtidos através de artigos científicos publicados em periódicos das áreas estudadas relativas ao campo da pesquisa, livros e documentos formais dos parceiros etc. A análise dos dados primários se deu a partir da triangulação das informações coletadas no campo e na literatura de base, como uma forma de confrontar ou complementar as informações obtidas de forma participativa.

3.6. O produto técnico/tecnológico

O produto tecnológico elaborado foi um Catálogo de Narrativas Foto-Textuais denominado “*Flores do Centro Sul: um passeio entre as vivências do grupo de mulheres camponesas de Umbaúba / SE*”, com os fazeres e saberes do GMC. O que implicou em

identificar a procedência dos produtos utilizados na confecção dos panificados, apoiar na definição da missão e a identidade do grupo (logomarca). Tais componentes sintetizam a maturidade do GMC e do Produto Tecnológico (PT), enquanto coletivo e na possibilidade de aderência aos propósitos do TBC.

A elaboração do PT envolve a conexão entre as partes, ou seja, mestrandas do PPMTUR-IFS e o Grupo de Mulheres Camponesas de Umbaúba. Estabeleceu-se uma relação de confiança, possibilitando a participação ativa das mulheres na elaboração do diagnóstico de sua própria realidade e no planejamento estratégico do empreendimento, gerando a transparência necessária ao processo de pesquisa e evitando a omissão pelo GMC das informações relevantes para a síntese do Catálogo de fazeres e saberes enquanto um legado das memórias camponesas.

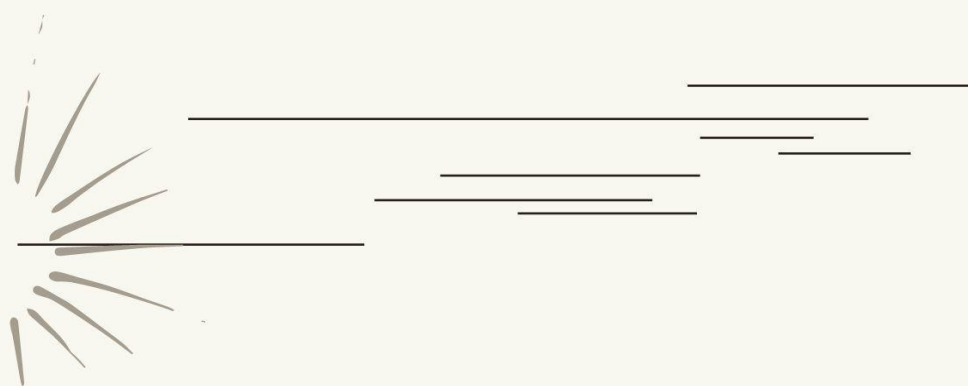
Neste sentido, a confecção do PT trata-se de um processo educativo, pois permite a fidelidade desde a sua construção participativa, com coerência (SCHNEIDER VIARO *et al.*, 2014). O estudo desenvolveu a etapa de problematização, definida por Péon (2009) e que consiste no levantamento de informações, caracterização da comunidade e de seus saberes tradicionais e culturais, delimitando o público-alvo, a comercialização dos processados e os conceitos envolvidos no processo, em contraste ao estudo de similares, identificando seus requisitos, limitações e restrições.

O produto imaterial derivado da pesquisa é a especificação dos atrativos a serem ofertados em um roteiro turístico em construção, integrado aos propósitos do TBC. Tal aproximação com o TBC se dá pela natureza particular dos empreendimentos da agricultura familiar camponesa, vislumbradas na inserção no mercado informal e as cadeias curtas de comercialização, favorável à redução dos custos de produção. Para o GMC, no decorrer do trabalho de campo, o TBC assumiu um papel de ser uma nova forma de agregar valor em seus produtos, possibilitando interagir com novos mercados, de inserção da agricultura familiar campesina.

Essa pesquisa constitui um aporte às bases rumo ao próximo passo na caminhada destas famílias, que é apresentar os serviços turísticos ofertados na unidade de processamento (panificados) e nos lotes individuais de cada família (produção campesina). Como produto tecnológico, o Catálogo é composto de informações pensadas no horizonte do TBC é abordado em capítulo específico, incluindo basicamente: localização geográfica; breve caracterização da família e dos atrativos turísticos ofertados; apresentação dos elementos da cultura, da natureza e da gestão da unidade de produção agrícola.

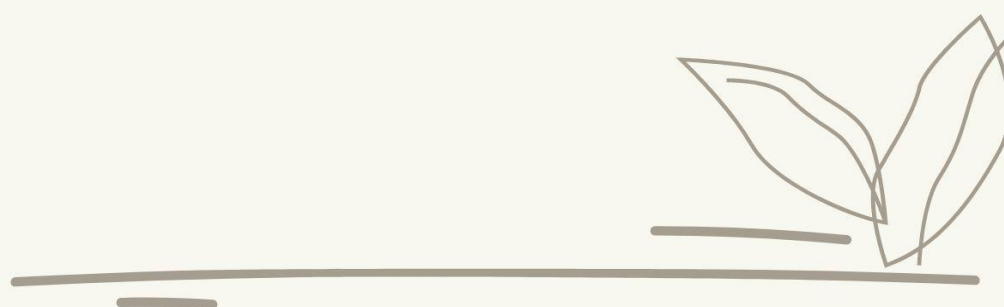
Este capítulo, podemos considerá-lo como o cuidar, o zelo no manejo do solo para o germinar das sementes e nascer das plantas. Logo, retratou a abordagem da pesquisa, que teve

como base a fenomenologia, a percepção do humano no espaço rural. Esse capítulo foi construído também através do diagnóstico local, houve a utilização de entrevistas semiestruturadas, como instrumento de levantamento de dados. As entrevistas foram aplicadas junto as integrantes do grupo e seus familiares e integrante do movimento Camponês Popular, (MCP) e do Núcleo de Estudos Agroecológicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (NEA / IFS). A técnica possibilitou o confronto de informações e a compreensão da dinâmica do grupo estudado.



CAPÍTULO 4

PRIMEIRA COLHEITA: TRAJETÓRIAS E POTENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TBC



4. PRIMEIRA COLHEITA: TRAJETÓRIAS E POTENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TBC

“Respeite o tempo da sementeira e da colheita e em seguida aguarde o milagre da transformação”

Paulo Coelho

Neste capítulo vamos trabalhar os resultados da pesquisa através das metodologias aplicadas em campo e oficinas trazendo os resultados alcançados durante o período do trabalho de caráter participativo que pode gerar potencialidades ao grupo, e realizamos um recorte teórico da história dessa formação coletiva, onde serão abordadas as trajetórias e potenciais para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) nas comunidades pesquisadas.

4.1. Organização coletiva para o Turismo no Grupo de Mulheres Camponesas de Umbaúba

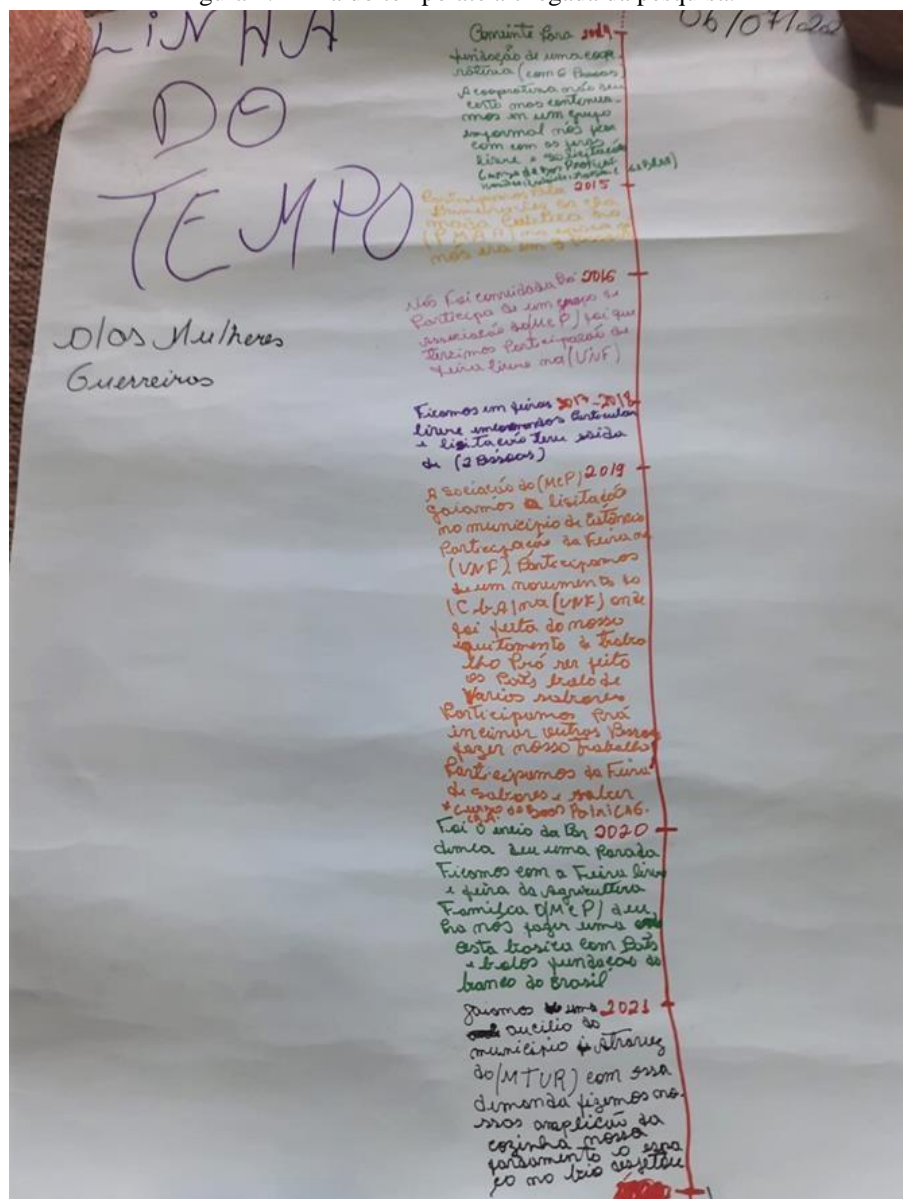
No terceiro capítulo, são abordados os aspectos do associativismo no que se refere a trajetória da organização e a missão do grupo, caracterizando os potenciais da organização para a implementação do TBC. Portanto, entende-se que a organização coletiva é uma das etapas primordiais para qualificar a inserção do empreendimento na perspectiva do TBC. A caracterização do grupo de mulheres teve com o intuito compreender a organização, suas especificidades e engajamento efetivo das integrantes, e a coerência na inserção do grupo nos ideários do TBC. Para esta análise foi realizado o exercício de triangulação, sendo os dados obtidos da aplicação das seguintes ferramentas participativas:

- a. O que essas mãos fizeram e o que essas mãos podem fazer, para identificar as metas, o trabalho cotidiano e as habilidades individuais;
- b. Linha do tempo para traçar a trajetória do grupo;
- c. Árvore dos sonhos para qualificar o grupo em termos de metas, fragilidades e potencialidades;
- d. Oficina participativa ***Organização Social e Associativismo Solidário*** foi aplicada para caracterizar e debater sobre a importância do associativismo e a experiência do grupo no campo;
- e. Vivência e entrevista semiestruturada detalhando a evolução econômica do grupo e o

engajamento no coletivo com a realização de parcerias interinstitucionais.

Com base na **Linha do Tempo e aplicação de entrevistas** foi identificado que o Grupo está em atividade desde 2014 e passa a integrar a ACCESE em 2017, com a perspectiva de formalizar legalmente o empreendimento associativo e realizar a comercialização dos produtos em mercados regionais através das chamadas públicas voltadas para a agricultura familiar, tais como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). A Figura 2 a seguir refere-se a linha cronológica do tempo em que o grupo está consolidado entre essas famílias camponesas.

Figura 2. Linha do tempo até a chegada da pesquisa.



Fonte: autoria própria, 2022

Com a inserção do grupo na ACCESE, houve a comercialização dos produtos para o PAA em 2020 e 2021; os produtos foram destinados para a merenda escolar nas Prefeituras de Umbaúba e Cristinápolis. Com este avanço na formalização o grupo ampliou sua capacidade produtiva e de investimento na infraestrutura da produção, melhorando os equipamentos da cozinha industrial. A organização das mulheres camponesas se caracteriza pelo engajamento coletivo em busca da realização econômica, se diferenciando de muitas outras experiências de organização camponesa.

O grupo de mulheres camponesas iniciou a sua organização com um quantitativo de três famílias onde se inseriram nas tratativas para montar uma cooperativa de processados. A motivação desta organização em grupo provém de experiências anteriores de três mulheres do grupo, então integrantes da Cooperativa de Mandioca do município, atualmente desativada. Primeiramente uma das mulheres, Ivonete, tinha mais experiência com o preparo dos bolos, aprendeu com a avó que os comercializava no bar e na padaria da cidade.

Quando ela passou a residir na comunidade, há 12 anos, aprimorou o seu conhecimento sobre o preparo dos panificados. De imediato, convidou as companheiras da antiga cooperativa para organizarem um coletivo de mulheres e assim providenciaram o alvará da vigilância sanitária do estado. No desenrolar da oficina o grupo debateu sobre as experiências de cooperação e as categorias jurídicas mais apropriadas para o contexto do novo grupo em formação consideraram que, se sentiriam mais à vontade como associação, por não dependerem de outras pessoas para gerir a cooperativa, pois do seu ponto vista não teriam aptidão para o fazer sem o apoio de consultoria.

Também entenderam que a cooperativa envolveria trâmites aquém das suas necessidades. Como associação informal de um grupo pequeno e coeso, evitariam grande parte dos problemas advindos de divergências, características de grupos maiores, e consideraram a cooperativa ser uma categoria mais difícil de gerir. Ainda com base na experiência adquirida, elas decidem dar continuidade ao trabalho coletivo convidando mais seis mulheres com habilidades complementares para fazer parte desse novo grupo.

Foram influenciadas por uma liderança local que abriu os espaços para a participação do grupo nas licitações do município acessando recursos do Programa de Aquisição de Alimentos -PAA e Programa Nacional de Aquisição de Merenda Escolar via PNAE. Para tanto foi preciso se vincular a associação juridicamente cadastrada e não negativada. Contempladas como fornecedoras de panificados para a merenda escolar do município. Também foram beneficiadas pela Prefeitura Municipal de Umbaúba com a disponibilização de banca na feira da agricultura familiar do município e realizaram o curso de Boas Práticas de Produção,

ofertado pelo SEBRAE/SE. Em 2015, o grupo estava com nove mulheres e foram contempladas do PNAE e PAA, via licitação do município e das chamadas públicas. Iniciaram com o fornecimento de beiju, bolo de macaxeira, bolo de ovos e pão de macaxeira.

Em 2019, via Movimento Camponês Popular (MCP), foram contempladas com a licitação do PNAE no município de Estância. O grupo de mulheres contribuiu com a produção de cinquenta mil bolinhos. Duas das integrantes do coletivo de mulheres faz parte do MCP, e então foram contempladas no edital o que estimulou o grupo a adquirir novos materiais (um forno, louças, embalagens e batedeira industrial) para atender a demanda. Como o programa pressupunha a compra antecipada em quantidade de produto e preço pré-definido, o grupo adquiriu os equipamentos novos com o crédito disponibilizado.

Foi executado pelo edital o valor de doze mil reais, no ano de 2016. Assim abrem-se para uma relação de confiança e fortalecimento através da parceria com o MCP. A partir de então, surgem novas oportunidades pela parceria ampliando o mercado para outros municípios da região, participando das chamadas públicas municipais e estaduais, além das feiras mobilizadas pelo movimento social. Em 2017 e 2018 permaneceram as encomendas via licitações e a participação em feiras. Em 2019 foi possível investir em novos equipamentos e adequações da cozinha o que facilitou o trabalho e a motivação do grupo.

O grupo também participou do Congresso Brasileiro de Agroecologia, sediado na Universidade Federal de Sergipe, em 2019, com o fornecimento de pães e a participação na Cozinha das Tradições, atuando como facilitadoras das oficinas sobre o fazer tradicional de alimentos característicos da culinária sergipana. Neste ano o grupo participou do curso de Boas Práticas pela Prefeitura de São Cristóvão.

A partir de 2020 o número de pedidos diminuiu devido a pandemia, porém MCP ganhou uma licitação na Fundação Banco do Brasil, para cestas básicas onde foram incluídos pães e bolos. Também a Secretaria da Cultura, através do Ministério do Turismo (MTUR) financiou o material para construção de um biodigestor, o fardamento do grupo e a ampliação da cozinha. Em 2021, novamente o MCP é contemplado com cestas básicas onde foram incluídos mil e duzentos bolos e pães.

Em 2021 foi realizada uma parceria com a Cooperativa de Cristinápolis para entrega de bolos para merenda escolar do município ao qual não teve continuidade em 2022. Porém, ainda em 2022 continuaram participando da feira de Aracaju e concorrendo aos editais de chamada pública do Fundo Casa, mantendo a parceria com a Cooperativa de Cristinápolis e Santa Luzia de Ithain, com entrega de bolos e pães para o município. Mais recentemente se inseriram na Rota do Engenho pela Secretaria de Cultura e Turismo do Município, fornecendo os

panificados para os visitantes.

Por meio das entrevistas semiestruturadas e as observações realizadas na vivência, apontadas no diário de campo, foi observado que as famílias agricultoras mantiveram peculiaridades no preparo artesanal dos alimentos típicos da culinária local, sem perder sua originalidade, especialmente nas receitas que contém milho, mandioca e demais alimentos de policultivo da agricultura camponesa, como o beiju, pé de moleque, doce de leite, pão de macaxeira, bolos de puba, macaxeira, milho.

O grupo é reconhecido localmente por manter nas suas receitas os sabores próprios da culinária regional nordestina, e relatam que são destaques nos festejos juninos do município pela forma camponesa de preparo dos alimentos (Figura 3).

Figura 3. Produtos processados/beneficiados (provenientes dos rocados).



Fonte: autoria própria, 2022.

Foi observado que as práticas de produção agrícola e o processamento são favoráveis aos princípios do TBC e seguem os seguintes princípios de base agroecológica de produção:

- a. Restrições ao uso de venenos agrícolas no cultivo de alimentos;
- b. Os alimentos processados são livres de corantes artificiais, acidulantes e conservantes, prejudiciais à saúde dos consumidores;

- c. Preferência por sementes crioulas e criações de raças rústicas e criadas ao ar livre;
- d. Os membros da família realizam, concomitantemente a gestão e o processo de trabalho;
- e. Os estabelecimentos rurais são caracterizados como familiares, de tamanho variado por tarefa, assim buscam manter a diversificação produtiva, garantindo em parte a alimentação da família conservação das áreas de reserva legal e de preservação permanente;
- f. A produção de milho é realizada com sementes de cruzamento aberta, livres de transgenia e a fertilização das terras é prioritariamente orgânica;
- g. A inserção no mercado por venda direta conecta produtores com consumidores, eliminando intermediários nefastos e agregando valor aos produtos da agricultura familiar.

Nas visitas foi possível o acompanhamento do cotidiano do grupo de mulheres e foi observado peculiaridades no preparo artesanal dos alimentos típicos da culinária local e nordestina, sem perder sua originalidade, especialmente nas receitas baseadas no uso de milho e mandioca. Trata-se de uma tradição regional, uma forma camponesa do preparo dos alimentos para as festividades que fazem parte do calendário municipal que busca trazer os sabores característicos e diferenciados das padarias industriais no local. Ivonilde traz na sua fala que a diferença dos bolos feitos por elas é que o sabor e a qualidade dos ingredientes são provenientes da roça esse é o diferencial dos panificados fabricados por elas. Seu preparo dado, por exemplo, pela forma como são produzidos os ovos de galinha nos quintais.

Em debate nas oficinas, o grupo deixou claro que a forma de preparo do alimento é tido por elas como uma particularidade, ao qual traz o seu diferencial. Portanto as receitas não são compartilhadas na sua totalidade, por uma questão de nicho de mercado. Um avanço neste sentido nos propósitos do turismo pedagógico, por exemplo, demandaria um registro de propriedade intelectual, como forma de proteção, uma preocupação do grupo como precedente. Visando preservar os direitos de segredo da receita, a presente pesquisa foi desautorizada em revelar as especificidades dos ingredientes e das receitas de seus panificados. Denotando, assim, maturidade do grupo na preservação de sua memória e cultura.

O mérito do grupo está no seu protagonismo em conduzir um empreendimento, saudando seus compromissos financeiros, sem gerar endividamentos, contando com a sua disposição para o trabalho organizado e coletivo. As ações do grupo foram se integrando aos Arranjos Produtivos Locais e aos produtos da agricultura camponesa, em especial devido ao processamento da mandioca e da laranja, iniciativas propositivas para o desenvolvimento local,

como foi detalhado no capítulo anterior.

A transparência financeira, a gestão participativa, o compartilhamento do trabalho e os potenciais individuais sendo respeitados é um exemplo de coesão do Grupo resultando no desenvolvimento local, solidário e sustentável. Também, há que se destacar as particularidades do produto turístico por envolver bens físicos e serviços relacionados a um determinado destino e as experiências proporcionadas aos turistas. Tal abrangência corresponde a definição de produto que inclui componentes materiais (monumentos, elementos da natureza, equipamentos de lazer, alimentos) mas também imateriais (acolhimento, hospitalidade, experiências e logística) (PÉON, 2009).

Cada associada estabelece o seu cronograma de trabalho com base na sua disposição e o tamanho do compromisso assumido pelo grupo. Isto caracteriza um empreendimento associativo, fiel aos princípios de ajuda mútua, transparência, participação democrática, que garante a sua coesão e continuidade. Certamente cada uma das famílias, de modo individual, não corresponderia a demanda de investimento atualmente alcançada. Foi através da soma no trabalho e na otimização dos poucos recursos, que o grupo se desenvolveu e tem clareza de seus limites, para avançar de modo mais incisivo no mercado.

Como demonstra a Figura 4, na aplicação da ferramenta metodológica Árvore dos Sonhos (ECOAR, 2008), as mulheres expressaram as motivações que lhes trazem força e animação para continuarem juntas. Elas entendem que é a união, o interesse em comum de crescer e a vontade de aprender que faz o sucesso do grupo. Seus desejos são: a melhoria da cozinha, ampliando o espaço e a legalização do grupo como associação.

Enquanto mulheres atribuladas desejam ter mais tempo para o trabalho fora das tarefas cotidianas da casa, tendo mais condição de crescer na unidade de processamento. Mas para isso é preciso ter mais demanda de produtos com frequência regular. A exemplo de quando ocorreu a pandemia e a demanda recuou devido ao recesso das escolas que diminuíram os programas de compras da merenda escolar oriundas da agricultura familiar.

Figura 4. Árvore dos sonhos, com os bilhetes do sonho de cada integrante.



Fonte: autoria própria, 2022.

Observou-se que há fragilidades nos espaços da unidade agrícola. Sendo algumas das estruturas apontadas como a casa de farinha que se dá pela precariedade da estrutura e a cultura da rusticidade do processamento, não mais adequada às regras básicas de sanitização e controle de qualidade. Nas instalações da cozinha caseira de processamento há fragilidades nas normas de segurança e na prevenção a acidentes, além do espaço da cozinha ser pequeno frente ao volume de produção gerado.

Dessa forma o investimento na melhora poderá lhe trazer maiores rendimentos para a capitalização, novos investimentos para a continuidade e as reformas da estrutura. Como podemos perceber nos registros iconográficos das Figuras 5 e 6, são necessárias adequações físicas na casa de farinha e cozinha, devido as fragilidades e visando os aparatos no que se refere ao atendimento de excelência no turismo.

Figura 5. Forno para produtos (*esq.*) e prensa (*dir.*) do grupo de mulheres de Umbaúba.



Fonte: autoria própria, 2022.

Figura 6. Farinheira (*esq.*) e forno de farinha (*dir.*) do grupo de mulheres de Umbaúba.



Fonte: autoria própria, 2022.

4.2. Coletividade e seus sonhos: saberes e fazeres

Essa metodologia foi realizada no intuito de resgatar e conhecer as habilidades dessas mulheres e sua história de vida na imersão das comunidades envolvidas na pesquisa-ação, contribuindo para sua autoafirmação no campo e autoestima campesina e relevando o autoconhecimento popular, proporcionando a integração entre os atores sociais. Outras interações foi trazer a perspectiva do futuro das mulheres na visão do coletivo e o que elas podem contribuir no seu protagonismo e engajamento no âmbito social,

onde essa interação está entre as e os integrantes estabelecendo incluso vínculos familiares entre essas famílias que estão engajadas em atividades caracterizadas pela multifuncionalidade do espaço rural. Foi aplicada ferramenta participativa constando do desenho das mãos de cada participante, escrevendo sobre cada dedo as habilidades provindas das questões: *O que esta mão sabe fazer? O que esta mão pode fazer?*

As mulheres integrantes do coletivo informal participaram visando caracterizar a participação de cada uma no grupo, suas motivações e ideais. Do total das mulheres, 75% trabalham na lavoura, colaborando com o cultivo alimentos diversos como: mandioca, milho, macaxeira, feijão, amendoim, favas e diversas frutíferas com destaque para citricultura. Dessas, 12,5% têm habilidades e participam do manejo de animais. A dedicação aos serviços domésticos é executada por 63% das mulheres associadas. Portanto, as mulheres se identificam como agricultoras familiares exercendo funções múltiplas e participação ativa na agricultura. Quanto a execução de trabalhos no processamento dos panificados é exercida de modo e tempos diferenciados por cada uma das participantes.

As participantes informaram que o aprendizado na fabricação de bolos, pães, doces foi transmitido entre as gerações, passando de mães para as filhas. Trata-se de saberes locais, uma culinária típica, sendo que os ingredientes dos roçados podem estar presentes nestas receitas, os distinguindo de outras regiões. Ainda ressaltaram que algumas receitas sofreram influências do público consumidor que apontavam as possibilidades de alteração da receita original.

As inovações foram sendo absorvidas para atender as demandas do mercado, aspecto ressaltado na comercialização dos produtos do roçado como produto turístico. Entende-se que a indústria do turismo tem como estratégia reconhecer os potenciais desse mercado gastronômico como atração e destino tentando atrair públicos diversificados para esse nicho da cultura alimentar regional (LONG, 2018).

Das participantes, 75% das mulheres mencionam ter habilidade para comercialização dos produtos do seu quintal, sendo comum levarem os produtos para venda direta na feira-livre do município. Esta feira é realizada três vezes na semana e nessas ocasiões, além dos panificados, comercializam a produção dos seus quintais. Há uma especificidade na organização do trabalho coletivo, ao qual varia conforme as habilidades e disponibilidade de tempo de cada uma.

Assim o grupo foca na capacidade individual e na disponibilidade de cada uma, considerando que muitas delas já possuem mais de 50 anos de idade. Nessa divisão das atividades relativas ao processamento, uma das participantes exerce a função de gestão dos

negócios, realiza a comercialização, pagamentos, compra de produtos e abertura de mercados. Ainda é responsável pela organização do espaço físico da unidade de processamento e a embalagem dos produtos.

Também foi registrada a habilidade específica de uma das integrantes no processamento da mandioca, dando origem aos derivados típicos do Nordeste como a tapioca, puba, farinha, massa de macaxeira, beiju, pé de moleque e bolacha de goma. Esses derivados são produzidos a partir da matéria-prima proveniente dos quintais produtivos dos participantes do grupo. O processamento da tapioca e puba é realizado na casa de farinha, localizada em uma das unidades rurais da integrante do coletivo, sendo de uso comum para todas as participantes. Neste local também se encontra a cozinha comunitária, onde são confeccionados os panificados.

Vale ressaltar que o conhecimento do processo, está restrito a três mulheres e isso poderá implicar na continuidade dessa atividade e no saber local sobre os ingredientes que também são utilizados nas receitas dos panificados. Ainda deve ser compreendido como uma estratégia da agricultura familiar, colaborando para diminuir a dependência do mercado externo e na valorização da cultura e saberes locais.

Perspectivas de futuro na visão deste coletivo onde todas elas estão relacionadas entre si, mostrando que o grupo participante tem uma visão de coletivo onde uma das perspectivas apontadas pelo grupo (37,5%) é o fortalecimento desse coletivo. Segundo as mulheres o fortalecimento do grupo é entendido como a expansão do comércio, outros municípios também foram registrados por 50% das mulheres. Embora já tenham experiência em trabalho coletivo, visto pela divisão de trabalho no processo e no alcance das metas, 25% das participantes acham ser necessário o aprendizado somente do trabalho em conjunto e da importância da união entre os componentes.

A formalização da associação foi indicada por 62,5% das participantes. Isso demonstra a vontade coletiva da implantação da associação, comprimento e estabelecer uma dependência para a busca novos mercados, culminando na expansão do comércio, meta também almejada pelo grupo. O processo de criação da associação também implica na possibilidade de obtenção de crédito bancários. Essencial para promover o crescimento do espaço de fabricação e melhoria dos equipamentos.

Esta perspectiva foi apontada por 37,5% das mulheres. No entanto, a expansão do mercado, carece do aumento da produção dos panificados. Isso foi apontado como perspectiva de futuro por 50% das mulheres. Neste contexto de crescimento vislumbrado pelas agriculturas, a melhoria das receitas é citada por 50% das mulheres mostrando a preocupação

com a qualidade e diversidade dos produtos ofertados.

Quanto ao aumento de renda, 40% das mulheres citaram essa expectativa, o mesmo ocorreu com o abandono do trabalho na roça e diminuição do trabalho doméstico. Em contrapartida foi citado por apenas sete das participantes o desejo de continuar a trabalhar na lavoura.

O turismo sustentável e o TBC estão oferecendo algumas perspectivas efomentando estratégias para que os prestadores desse serviço dialoguem e discutam algumas dessas questões. A Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas (OMT) proclamou 2017 como o ano internacional do turismo sustentável e incluiu no relatório de 2017 a seguinte declaração: “A declaração da OMT pretende estimular a adoção de políticas públicas para o setor e promover o avanço da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que tem o fortalecimento do turismo entre suas metas” (OMT, 2017).

O patrimônio cultural e os saberes tradicionais intangível dos saberes locais e difere do patrimônio dos monumentos locais e tradicionais na medida em que evolui e se desenvolve junto com sua cultura. Assim, devemos levar em conta o surgimento de novas culturas e tradições, reconhecendo a tradição da culinária regional como um processo de evolução contínua (PERDOMO, 2017, p. 14). De acordo com LONG (2018) a perspectiva do turismo inclusivo, colaborativo e autolesionado perpassa por reconhecer a diversidade e a multifuncionalidade dos camponeses permitindo que diferentes opiniões sejam respeitadas e tenham um papel importante na seleção e representação das comunidades e dos seus saberes locais e regionais.

Confeccionado por todas as participantes o mapa ficou dividido em sete, devido cada membro confeccionar o seu assim cada um, com quadrantes diferentes foi feito em cartolinas pelos participantes, desvelando uma concepção espacial compartilhada, suas utilizações e potencialidades, como anteriormente falado. Perpassando todos os quadrantes nota-se a área das casas com seus quintais produtivos, os acessos aos seus lotes e moradia, e o espaço TBC (com cozinha, casa de farinha e os panificados tradicionais) em fim de processo de construção e que será administrado pelo grupo local, intitulado Grupo de Mulheres Camponesas (GMC).

A primeira oficina realizada com o grupo sendo sem dúvidas um diálogo temático, intitulado como: Organização social de um grupo de mulheres camponesas do município de Umbaúba/SE visando a implementação do Turismo de Base Comunitária (TBC), foi realizado no dia 15 de maio de 2022 para 13 pessoas (Figura 7), sendo, a apresentação voltada para a formalização do grupo em associação.

Figura 7. Oficina sobre organização social - Comunidade Riacho do Meio/Umbaúba – SE.



Fonte: autoria própria, 2022.

Dialogamos sobre todas as etapas e construímos nesse dia o estatuto de uma possível formalização das mulheres, esse desejo considerando a participação delas nas chamadas públicas municipais e intermunicipais que são (PAA e PNAE) ambos os programas de alimentação escolar. Essas políticas públicas geram o fortalecimento e favoreceu autonomia das mulheres. Desta forma, participaram tanto desta atividade como de todo projeto, 13 pessoas.

Retomando a descrição das atividades em relação a ferramenta da *Árvore dos Sonhos* (ECOAR, 2008), o galho do jenipapeiro foi escolhido para simbolizá-la. Foi fixado na entrada da casa de Farinha da Comunidade Riacho do Meio (Figura 8). Com o auxílio dos/das facilitadores/as do projeto, os/as participantes ficaram encarregados/as de preencher e colar seus Post-Its ao longo do envolvimento com a atividade do dia, exemplificando os seguintes pontos:

- a. *Saber tradicional;*
- b. *Qual é o seu sonho?*
- c. *Memória afetiva em relação ao saber fazer culinário. A mesma foi finalizada no dia 15 de maio, com contribuições das participantes e de seus companheiros.*

Figura 8. Árvore dos Sonhos na comunidade Riacho do Meio.



Fonte: Luiz Fernando Santos de Jesus, 2022.

As participantes trouxeram um grande resgate histórico de saberes e sabores, popular e cultura, sensibilidade na memória da organização delas em grupo e suas conquistas, no sentido de que esse grupo se fortaleceu através de um convite a participar de um movimento social onde elas poderiam realizar a participação em chamadas públicas.

Sobre os saberes tradicionais os destaques ficaram para esses fazeres tradicionais descritivos que são recorrentes no cotidiano das comunidades:

- a. *Plantas medicinais/cura pela natureza: chás, garrafadas e lambedor;*
- b. *Danças tradicionais: o Reisado, Maracatu, Guerreiro, Roda de Fogo e quadrilhas;*
- c. *Comidas típicas/ sabores e fazeres típicos locais como: pé de moleque, cocada de leite e coco, bolo de leite, bolo de macaxeira, bolo de puba, bolo de milho, doce de leite, pamonha, canjica, fazer farinha, tratar fato e frango, beiju de massa, tapioca, puba, bolacha de goma, pães de macaxeira, cenoura, couve, beterraba, espinafre, batata – doce, queijada e massa de macaxeira.*

No aspecto agricultura destacaram-se:

Semeadura respeitando as fases da lua; plantio de milho, macaxeira, mandioca e outras culturas; sementes crioulas; plantio de flores; gado, porco e galinha e quando estão plantando tem algumas cantigas antigas cantadas.

Qual é o seu sonho?

No questionamento, foi o que mais sensibilizou todas, porque elas têm um sonho coletivo que é sua formalização enquanto associação. Para elas essa formalização é o pilar do fortalecimento do grupo, porque dali elas iram tirar seu sustento familiar principal e hoje vem da venda na feira duas vezes na semana sendo ela uma venda direta.

Em relação a' memória afetiva em relação ao saber fazer culinário:

Os panificados entram na vida delas através dos saberes das avós que nisso deixa bem claro que é um saber fazer popular com riqueza na ancestralidade familiar e a preocupação delas é na continuidade das fazeres.

Com a aplicação das ferramentas de diagnóstico rápido participativo (DRP), da *Árvore dos Sonhos* (ECOAR, 2008) e com a coleta de dados das outras ferramentas, foi possível identificar as plantas arbóreas emedicinais mencionadas durante a vivência em campo e o modo de uso de cada planta e seu uso e finalidades, Quadro 2.

Trata-se da identificação pelas participantes do grupo e a partir dos seus saberes populares das integrantes e seus familiares. Vale ressaltar que se trata de uma identificação a partir dos saberes populares dos participantes. Não houve comparação taxonômica das amostras ou exsiccatas em laboratório / herbário.

Quadro 2. Especificidades da mata e quintais produtivos de acordo com os saberes locais.

Planta (Nome popular)	Abrangência de uso	Modo de uso	Finalidade
Arruda	Medicinal e ritualística.	Todas as partes da planta (chás e banhos).	Contra inflamação na garganta e urinária (anti-inflamatória); cicatrizante; contra dor na barriga;

			para proteção; contra mau olhado
Babosa	Medicinal.	Líquido das folhas.	Cicatrização de feridas; contra inflamação (anti-inflamatória).
Cajueiro	Alimentar, medicinal.	Castanha e polpa para alimentação; folhas e casca do caule para banhos medicinais.	Nutricional; cicatrização de feridas e pós-operatória em mulheres.
Canela-de-veado	Medicinal.	Água da casca e chá.	Cicatrização de feridas e circulação sanguínea.
Espinheira santa	Medicinal.	Água da folha seca e chá.	Gastrite; contra inflamação, anti-inflamatória e infecção intestinal.
Jatobá	Alimentar e medicinal.	Garrafada e a casca, que pode ser usada na forma de chá	Nutricional; contra inflamação anti-inflamatória e catarro
Buquê-de-noiva	Paisagística	Propagação vegetativa (plantio) de ramos ou touceira.	Arborização.
Cidreira Branca	Medicinal.	Preparo de chás das folhas.	Calmante contra ansiedade e insônia; contra gases e dor de barriga (cólicas intestinais) e pra melhorar a digestão.
Capim Santo	Medicinal.	Preparo de chás e óleo essencial.	Contra gastrite, pressão alta e insônia.
Amescla	Medicinal e outros.	Cera/Resina do caule; defumação; cipó da folha; folha.	Para bronquite, tosse, renite; fazer covo para pesca e cofo (cesto).
Quebra-pedra	Medicinal.	Preparo de chás das raízes.	Contra dores e problemas nos rins e dores na barriga.
Boldo do Chile	Medicinal.	Preparo de chás das folhas.	Contra dor de barriga (cólicas intestinais); pra melhorar a digestão; contra gastrite.
Cambará	Medicinal	-----	-----
Guaco	Medicinal	-----	-----
Pega-Pinto	Medicinal	-----	-----
Manjerição	Alimentar e Medicinal.	Folhas cortadas e trituradas (verdes ou secas); preparo de chás das folhas; mastigação das folhas; gargarejo com água fervida.	Temperar comidas; melhora a digestão; contra dor de garganta; contra gripes, pressão alta e insônia.
Malva Branca	Medicinal.	Preparo de chás das folhas.	Contra inflamação na garganta e urinária (anti-inflamatória). Não é bom mulheres grávidas e dando de

			mamar (lactante) fazer uso.
Tucum	Artesanal e Alimentar	Artesanato com a palha, fruta naturalmente, compotas, salada e sucos.	Rico em vitamina C; potássio, cálcio, fibras e proteínas.
Pindaíba	Medicinal	Casca para chá e óleo essencial.	Diarreia, reumatismo, dor (estômago, costa, rim), malária.
Biriba	Medicinal e Alimentar	Polpa e casca em alimentos sólidos, líquidos ou pastosos, em especial sucos e néctares.	-----
Miroró	Reflorestamento	----- ---	-----
Mangueira	Alimentar e Medicinal	Fruto, folhas secas chá	Antioxidante, antialérgica, anti-inflamatória, antidiabética, antiviral, antifúngica, anti-bactericida e antiparsítica.
Jaqueira	Alimentar e Medicinal	O fruto por completo e folhas secas e verdes	Anti-flamatória, hipoglicemiante, despigmentante, antioxidante, anti HIV-I e antiagregante.

Fonte: autoria própria, 2022.

O quadro retrata os saberes ligados ao agricultor familiar, ao modo de praticar seus fazeres e a utilização das plantas com destaque para as medicinais que a sua domesticação sempre esteve presente assim o Etnoconhecimento da botânica, dessas espécies vem sendo relacionado a evolução das populações, antes mesmo do homem ser um agente transformador onde sempre buscar modificação sendo nos saberes populares como na cultura e sociedade, buscando suprir suas necessidades reais de sobrevivência no ambiente (ALMEIDA et al., 2002).

Sobre a origem do gosto e do conhecimento sobre as plantas, a maioria deles (sete), afirmam ser de origem familiar. Percebe-se, aí, a grande influência que os pais, avós ou outra figura familiar representou para os informantes. De todas as figuras familiares que representativamente, a mais influente foi a figura materna, presente em seis desete das participantes em seus depoimentos referentes a familiares (SALGADO, 2007, p. 22).

Remeto a Carneiro (2003) para acrescentar que,

[...] o autor russo Alexander Chayanov (1974), dedicou-se ainda em 1920, aos estudos da dinâmica funcional da agricultura familiar, centrando sua análise na estrutura interna da organização familiar, que considera este segmento ser desprovido de uma lógica capitalista, a qual tem na produção a oportunidade de retirar mais-valia, por meio da exploração de mão de obra e pelos abusivos preços dos produtos comercializados. Nesse sentido, a lógica camponesa é média da por relações não-capitalistas ou minimamente capitalistas. Essa característica primordial é fundamental para se estudar este segmento. Balizados por essas relações é que os camponeses desenvolvem suas atividades, trabalham a terra e a consideram como patrimônio familiar (CARNEIRO, 2013 p.137).

Na busca de compreensão de como se dá o processo de produção nas lavouras e nos quintais produtivos, como outras atividades no lote que são consideradas extrativistas, mas são práticas tradicionais de gerações familiares que são executadas para o consumo familiar e comercialização direta, as vezes sendo em feiras livres de caráter local e regional com perspectiva da agricultura familiar/camponesa (Figura 9).

Esses potenciais nas características da produção agrícola familiar, além de trazer características camponesas resgatando os aspectos culturais e socioeconômico, para o somatório da economia familiar nos princípios da Economia Solidária, como diz Dias (2005), que o sistema de distribuição também estão ligados com a economia solidária, que podem estar classificados em dois tipos, que são: Distribuição direta e Distribuição indireta. Que ocorre repercutindo na participação nas relações na comunidade rural camponesa.



Fonte: autoria própria, 2022.

Dentro da realidade das comercializações realizadas no grupo são as feiras livres municipais que ocorre duas vezes na semana e as outras feiras em municípios sergipanos como,

Aracaju que é uma feira que ocorre a cada 15 dias na associação dos Engenheiros Agrônomos e eventos de economia Solidária, com realização da, CARITAS, MCP, RESEA, dentre outras organizadas por demais organizações. (Figura 10).

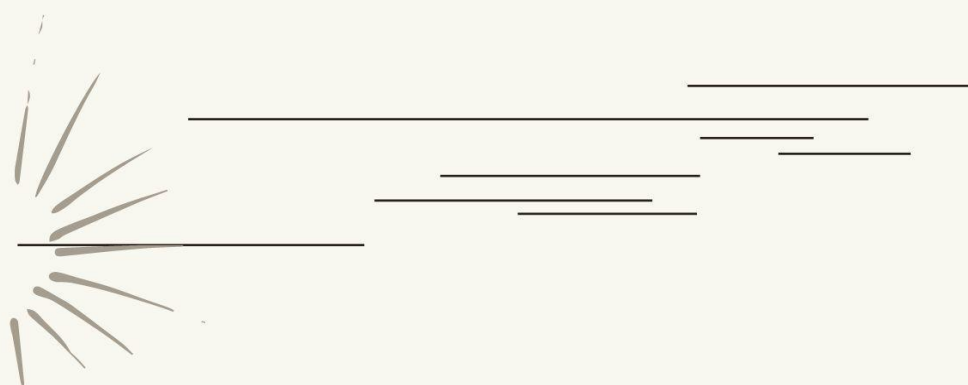
Figura 10. Comercialização em feira livre municipal.



Fonte: facilitadores da pesquisa, 2022.

Essa venda é de caráter direto sem presença de atravessadores como dito anteriormente, os pontos de venda e escoamento da produção e os derivados da agricultura como os processados se encontram em feiras livres do município que acontece nos dias de segunda-feira, quinta-feira, sábado e em lojas como do Movimento Camponês Popular (MCP), Recanto Camponês em Aracaju. Vale ressaltar que este coletivo de mulheres não está formalizado como Associação ou Cooperativa. Sendo os produtos *in natura* e processados comercializados via direta nas feiras municipais e espaços de eventos agroecológicos.

Os saberes e fazeres camponeses dentro das unidades produtivas, do saber popular na medicina, cultura e agriculturacampesina, se relacionaro ao resgate dos saberes tradicionais locais. Também identificou como é importante reconhecer as formas de comercialização dos sabores regionais ali produzidos.



CAPÍTULO 5

SEGUNDA COLHEITA:
MESMOS SONHOS, OUTROS VALORES



5. SEGUNDA COLHEITA: MESMOS SONHOS, OUTROS VALORES

“Se temos de esperar, que seja para colher a semente boa que lançamos hoje no solo da vida. Se for para semear, então que seja para produzir milhões de sorrisos, de solidariedade e amizade”.

Cora Coralina

Este capítulo conforme citado na metodologia detalha os resultados encontrados nas atividades cotidianas de cada UPA e sua produtividade agrícola dentro da perspectiva familiar que foi realizada durante a pesquisa no grupo de mulheres camponesas no Povoado Riacho do meio que fica localizada a cozinha dos panificados e a casa de farinha, com a participação de membros de diversas comunidades, que discute os resultados identificados coletivamente. Essa discussão também foi um momento de reflexão, para compreender as devidas contribuições para o desenvolvimento da atividade turística na região Centro Sul do estado de Sergipe especificamente no município de Umbaúba.

5.1. As comunidades Riacho do Meio, Pau-Amarelo e Guararema: dos fazeres e saberes camponeses, o TBC e seus aspectos produtivos, socioeconômicos e socioambientais

O crescimento acelerado das médias e grandes cidades brasileiras tem gerado a demanda das pessoas por entretenimento e lazer vinculados ao contato com a natureza e com os espaços rurais. As regiões que ficam próximas às cidades estão mais diretamente destinadas a este fim, para além da produção agrícola nelas se constituem as moradias de fins de semana e de férias, e assim se fortalecem pequenos empreendedores com a oferta de serviços turísticos (OLIVEIRA FILHO apud MOLETTA & GOIDANICH, 1999).

Similar ao TBC há o denominado Turismo Rural Comunitário, ambos envolvem o coletivo familiar, comunidades e cooperativas, apresentando amplo crescimento na América Latina (MALDONADO, 2009, p.25). O fenômeno tem sido observado em grande ascensão em locais de beleza paisagística excepcional, dotados de vida selvagem e de atrativos culturais únicos, incluindo florestas primárias ou secundárias, sejam estas secas, de altitude ou tropicais; áreas lacustres, insulares dos costeiros, manguezais e salinas.

Diversas comunidades estão se abrindo para o mercado graças a “um turismo com selo próprio”, combinando atributos originais e autênticos, mas sem perder a sua alma” (MALDONADO, 2009, p.25). O TBC não se vincula à invenção de uma realidade de consumo

de um rural estereotipado na figura do Caubói norte americano. A procura pelas características próprias do campesinato significa a geração de rendas adicionais, agregando valor aos produtos agrícolas e valorizando as origens e a cultura regional. Porém, a ampliação da proposta do TBC depende de apoios e parcerias, incluindo as políticas públicas que incentivem o processamento, a agricultura sustentável e o artesanato, afinado com a especificidade da agricultura familiar camponesa. Também são necessárias políticas públicas que atendam as dimensões de bem-estar social e os direitos de cidadania, incluindo a logística de transporte, eletrificação rural, saneamento básico, infraestrutura e moradia.

Porém, no Brasil o desenvolvimento sustentável não se generaliza, pois há uma série de dificuldades para se replicarem as experiências de sucesso e sua ampliação em escala territorial com a inclusão efetiva das comunidades tradicionais e locais (CAPORAL, 2009). Os pequenos empreendedores ainda precisam se posicionar como protagonistas e/ou beneficiários diretos do desenvolvimento, incluindo ali a sua inserção nos serviços do turismo.

Nos territórios, os gestores públicos e as agências de turismo ainda têm receio e restrições em promover o desenvolvimento na perspectiva do Turismo de Base Comunitária (TBC) por falta de iniciativas de políticas públicas de incentivo para o turismo no espaço rural. Ainda há que se superar fragilidades, como: divulgação e inclusão no mercado turístico; gestão dos recursos existentes, capacitação econômica, de hospitalidade e de acolhimento, tomada de decisões e gestão de pessoas; abertura e busca de parcerias visando a cogestão financeira, ampliação e implementação de infraestruturas diversas. Para o referido “a ineficácia de um ou mais desses processos faz com que mais de três quartos desses projetos de TBC sejam frágeis e/ou insustentáveis a longo prazo” (MIELKE, 2009, p.190).

A superação de política pública efetiva, pode seguir o caminho de parcerias envolvendo a mediação das iniciativas públicas com parceiros do terceiro setor e do meio empresarial, orquestrando-se doadores e financiadores, consultores, educadores, extensionistas e agências operadoras. O TBC inclui a busca de políticas públicas e a adoção de novas metodologias e experiências, proporcionando uma outra inserção dos camponeses, em especial para aqueles imersos em práticas tradicionais, habilidades artísticas, religiosas, além da oferta de serviços ambientais quando agraciados por paisagens e ecossistemas relativamente conservados.

Este contexto é mais facilmente apropriado para agricultores que se distanciam do uso de tecnologias da revolução verde (composto de insumos químicos, agrotóxicos, mecanização intensiva em sistemas simplificados, monoculturas, entre outros). O TBC, se implementado nas bases de produção agroecológica, favorece o resgate da identidade camponesa, baseado na agrobiodiversidade, autonomia alimentar e na cultura regional

A implementação do TBC no contexto da agricultura familiar camponesa geralmente não é usual e tem mais penetração entre os grupos organizados vinculados à economia solidária e o desenvolvimento rural sustentável, particularmente quando se constituem bases de reciprocidade nas relações entre comunidades turistas e visitantes. A reciprocidade consiste em uma relação de troca baseadas em sentimentos de conhecimento mútuo e afetividade nas relações entre consumidores e produtores, por considerar as necessidades das pessoas (SABOURIN, 2014).

O TBC resulta em novas possibilidades de renda e novos desafios na gestão do estabelecimento agrícola, demandando habilidades de acolhimento, comunicação, sentido estético da paisagem rural, espaços naturais conservados e o resgate da cultura popular, religiosidade e lazer. Pressupõe o engajamento coletivo, o consentimento de todos os envolvidos no propósito, englobando a história recontada de encantamento, o meio ambiente, a biodiversidade agrícola, manifestações culturais e o modo de vida dos agricultores que se identificam como campesinos.

A promoção do TBC implica em novos olhares do território, autogerido por coletivos atuantes e caracterizados pela adoção de iniciativas inovadoras. As novas oportunidades de negócio dentro do espaço rural provocam mudanças na gestão dos estabelecimentos rurais, planejando melhorias e novos arranjos na distribuição dos usos da terra, delineando paisagens esteticamente agradáveis ao olhar do turista visitante. No contato com os visitantes há troca de experiências e os agricultores são motivados a delinear jardins e diversificar seus quintais, ordenando paisagens e valorizando as plantas arbóreas e medicinais.

Os turistas que buscam experiências e vivências com camponeses e o espaço rural tem o perfil de busca por novas experiências e valores, geralmente visam sair da rotina do turismo de sol e praia. Trazem questionamentos e preocupações com o consumo, com os valores da sociedade dominante, geralmente são ávidos por alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e os elementos da cultura popular (tais como a dança, história popular e a gastronomia). A proposição do TBC pressupõe organização e gestão comunitária com transparência clara e objetiva e trazendo os valores culturais e naturais deste espaço rural. Os reais promotores dessa atividade são a comunidade, assim se afastando do controle direto do setor público e do privado.

O TBC tem proximidade com os princípios da economia solidária, em especial quando a produção e o consumo são geridos pela família. Comumente os agricultores familiares estabelecem laços de solidariedade e complementaridade, favoráveis ao acolhimento de turistas e a troca de experiências e aprendizagens. Aos promotores e atores desse caminhar ecológico através do turismo, onde se organizam em comunidade, é fundamental para compor um

conjunto de atrativos e investimentos complementares. Dentro dessa nova atividade na unidade rural não deixamos de destacar o papel do camponês na terra, o que permite a manutenção da população campesina nas áreas rurais. Porém outras atividades no espaço rural têm desempenhado e se estruturado um papel fundamental na diversidade e se caracterizando como um espaço plural (WEISSBACH; 2011, p.30). Dentro disso observa-se a concepção, dos limites entre os espaços urbano e rural não sendo territórios absolutos e rígidos. (TULIK,2003),

No findar do século XX, o rural passa a ser entendido não apenas como exclusividade da atividade de produção agrícola. Ampliam-se as trajetórias e com o fortalecimento das múltiplas possibilidades de rendas e as novas demandas para o espaço rural enquanto território de lazer, conservação, reprodução da tradição e da cultura do homem rural, em contraponto a sociedade urbana-industrial, técnico-informacional. Trata-se de características específicas que distinguem o rural do urbano e garantem a sua diferenciação e influência cultural. A diferenciação urbano/rural se encontra muito mais no conteúdo das relações sociais consistentes nos elementos do que propriamente dito na delimitação física (VALE; 2005).

Nesta ótica o espaço rural amplia e incorpora novas possibilidades de emprego, geração de renda e novos empreendimentos se configurando como negócios rentáveis, gera-se um crescimento e valorização de bens não-tangíveis como as paisagens naturais e conservadas e o lazer resultando em novas formas de ocupação e rentabilidade ao agricultor.

Mesmo com a existência das tendências de urbanização do campo, ou simplesmente pelas tardias melhorias no espaço rural brasileiro, este preserva distinções devido a oferta de serviços ambientais (são espaços relativamente conservados, paisagens amplas e rústicas, convivência com animais domésticos e silvestres, baixa densidade demográfica, folclore e tradições, cultura regional, gastronomia típica, religiosidade, festas típicas, terapias, alimentação saudável entre outros aspectos (WESSBACH; 2011, p.37).

A qualidade ambiental que pode ser proporcionada amplia a procura do espaço rural para o turismo, nas mais diversas modalidades de turismo (comunitário, rural, lazer e entretenimento, aventura, ecológico e pedagógico, entre outros). Entretanto estas características não se coadunam com a antiga dicotomia rural/urbano, sendo o rural definido como um espaço avesso as novas tecnologias e os ideários da sociedade globalizada. Atualmente o rural está mais amplamente integrado a sociedade, seja pelas melhorias de mobilidade, seja pelo avanço das comunicações.

Neste contexto o turismo no espaço rural pode ser mais contributo para as reduções das diferenças culturais e informacionais entre o rural e o urbano, além de ser uma alternativa de geração de renda nas unidades agrícolas. Trata-se de um novo formato de gestão dos

empreendimentos agrícolas familiares e das populações tradicionais, gerando novos postos de trabalho e novas valorizações para a população local, seus saberes e suas interações com o meio ambiente.

O TBC envolve uma comunidade organizada tal qual oferta um leque diversificado de atrativos turísticos envolvendo belezas naturais e paisagens da realidade rural, assim possibilita melhorias na economia local e os produtos de origem local, tais como artesanato, produção dos quintais produtivos e alimentos processados. Quando os produtos são comercializados diretamente com o consumidor, se agrega valor ao produto, e se limita a ação dos atravessadores nefastos. A comercialização direta proporciona vantagens para compradores e vendedores: “tanto para aquele que vende, que o faz por um preço melhor que o negociado com o intermediário, quanto para o comprador, que o faz a um preço menor. A compra direta tem por vantagem a aquisição de um produto fresco, recém-colhido ou produzido” (WEISSBACH; 2011, p.41).

O turismo no espaço rural traz melhorias (como estradas telecomunicações e saneamento básico), possibilitando condições de bem-estar e vida com qualidade para da população local. Pode-se então mudar o quadro de desalento das pessoas que vivem no meio rural devido as rendas não condignas do trabalho agrícola, somadas a ausência de políticas públicas efetivas, com continuidade e com amplitude.

As alternativas de multiplicação das indústrias, atividades de turismo, lazer e residências no campo, desfaz a tradicional dicotomia entre o rural e o urbano e onde vem se impondo novas ideias de consumo desses territórios. O contexto atual favorece o surgimento de algumas tendências de urbanização do campo, um espaço periurbano pela localização e proximidade das cidades interioranas em especial as cidades urbanas com atividades rurais. O conjunto de indicadores e a quantificação dos componentes das unidades de produção resultou na classificação dos Sistemas de Produção em:

- a) *Parcialmente Autônomos (SPA)*, com os índices variando de 3,3 a 5; e
- b) *Simples (SPS)* com índices variando de 1,3 a 2,8.

5.2. *Caracterização dos atrativos turísticos na abordagem sistêmica*

A identificação dos sistemas de produção visava caracterizar os potenciais para a implementação do TBC, conhecendo e caracterizando as unidades de produção em termos de

agrobiodiversidade, organização do trabalho, processamento em grupo, dinâmica produtiva e as formas de comercialização. A atividade foi realizada com a estadia da pesquisadora durante vinte e um (21) dias em cada uma das sete unidades de produção em que residem as onze (11) mulheres integrantes do grupo.

Complementar e vivência foram aplicadas Entrevistas Semiestruturadas e o Mapa do Uso da Agrobiodiversidade. Como resultado tem-se o diagnóstico sobre o potencial para implementação do TBC por parte da família, também considerando os constituintes dos sistemas de produção de cada uma das mulheres integrantes do grupo.

Por meio da abordagem sistêmica houve a qualificação dos componentes econômicos, sociais e ambientais e as diferenciações conduzidas por cada agricultor e sua família. Entendeu-se que este conjunto de componentes configurava uma UPA, onde na análise das inter-relações havia a compreensão do funcionamento do sistema, ao qual a família e a propriedade constituíam um sistema de produção (LIMA, 1995).

Este era definido como a combinação dos cultivos e criações geridos pelos fatores de produção (volume de terra, trabalho empregado na produção, tecnologia e equipamentos, capital de investimento e renda, entre outros) limitados ou potencializados pela transformação e condução dos recursos do meio ambiente (DUFUMIER, 1996).

Na presente pesquisa como modelo de análise foram criados os indicadores de sustentabilidade dos sistemas de produção, o que inclui: *diversidade no comércio, integração, autoconsumo, autonomia, diversidade de renda e atrativos turísticos*. Estes indicadores foram correlacionados conforme os componentes dos agroecossistemas e a dinâmica socioeconômica incluída. Visando expressar as interrelações de modo factível foi utilizado o método MESMIS (Marco para Avaliação de Sustentabilidade de Sistemas de Manejo de Recursos Naturais), um modelo capaz de quantificar, por meio de índices, em escala local e na ótica dos sistemas (GALO; GUIMARÃES; CARVALHO, 2014).

Pelo método, quanto mais o indicador se aproximava da “ameba” do maior diâmetro do círculo (valor 05), mais diversificado é o sistema (ALTIERI e NICHOLLS, 2002). O somatório dos indicadores denotava se a UPA detinha os reais potenciais para a oferta de um determinado serviço turístico. Os sistemas de produção com valores de diversidade, integração, produção e renda localizados no limiar de cinco indicam que os atrativos são expressivos para a oferta de serviços turísticos (Quadro 3).

Quadro 3. Indicadores de Sustentabilidade para a oferta do serviço turístico.

a) Diversidade no comércio

- 1- Baixa – uma a duas culturas que fornecem ao mercado durante o ano.
- 3- Média – três a cinco culturas que fornecem ao mercado alimento durante o ano
- 5- Alta- acima de cinco culturas que fornecem ao mercado alimento durante o ano

b) Diversidade no autoconsumo

- 1- Baixa – uma a duas culturas que fornecem alimento durante o ano para família,.
- 3- Média – três a cinco culturas que fornecem alimento durante o ano para família,.
- 5- Alta- acima de cinco culturas que fornecem alimento durante o ano para família,.

c) Integração culturas/criações

- 1- Baixa – não há animais e culturas inter-relacionados
- 3- Média – uma a duas criações ou culturas integradas
- 5- Alta- mais de duas criações ou culturas integradas

d) Produção autônoma de insumos

- 1- Baixa – compra a totalidade dos insumos (fertilizantes, sementes, agrotóxicos, rações)
- 3- Média – compra parcial dos insumos (fertilizantes, sementes, agrotóxicos, rações)
- 5- Alta- autosuprimento dos insumos (fertilizantes orgânicos, sementes crioulas, controles bioativos, alimentos aos animais)

e) Renda agrícola

- 1- Baixa – renda agrícola abaixo de um salário mínimo.
- 3- Média – renda agrícola de um salário a dois
- 5- Alta- renda agrícola correspondente a mais de 2 salários.

f) Potenciais de atrativos turísticos

- 1- Baixa – ausência ou insuficiência de potenciais serviços para recepção visitantes.
- 3- Média – potenciais em até dois serviços
- 5- Alta- potenciais de mais de três serviços.

Fonte: Adaptado de Altieri & Nicholls, 2002.

A fim de análise econômica foi utilizada a Unidade de Trabalho Homem (UTH) por quantificar a disponibilidade de mão de obra existente na unidade de produção. Cada UTH equivale a 8 horas diárias realizada em cinco dias da semana. A Superfície de Área Utilizada na agricultura (SAU) indicava a disponibilidade de terra útil para realizar a produção agrícola (BASTOS, 2016).

5.3. Sistemas de produção e os potenciais para o turismo

Esta representação gráfica teve a vantagem de sintetizar os pontos críticos que aumentavam a distância entre o sistema real e o ideal (SARANDON, 2002). A diversidade de plantas cultivadas e dos animais e a sua integração com as plantas, indicava a autonomia do sistema e a redução da dependência por insumos externos (adubos químicos e agrotóxicos). Traçou-se um comparativo da diversidade entre os sistemas de produção em estudo, pois geralmente a diversificação dentro da espécie estava reduzida se comparada com aquela, naturalmente, presente entre as populações tradicionais (BOEF, 2007).

Somado a isso, compreendeu-se que as perdas na habilidade de como manejar e usar determinadas espécies ou variedades resultavam do desenvolvimento moderno da agricultura, implicando na padronização das culturas. Além disso a simplificação das UPA implicava na perda do conhecimento de espécies quanto às propriedades medicinais e culinárias específicas, os modos de as preparar e processar (BOEF, 2007).

Contudo, havia o discernimento de que parte dos agricultores reagiam a estas pressões através de estratégias como a **alternatividade entre produção e consumo**, onde um alimento ora é comercializado ora é consumido pela família, a depender das vantagens do mercado. Oscilações na oferta e procura geralmente eram atentamente acompanhadas pelos camponeses, denotando flexibilidade ao destino das colheitas para além de uma noção unívoca entre produto de subsistência e produto de mercado.

Uma outra estratégia camponesa era a economia de insumos externos ao sistema, ao qual consistia em integrar as atividades de produção e os recursos disponíveis no meio ambiente. Este era um mecanismo útil para alimentar a diversidade genética do local, com novos materiais e características adequadas às necessidades e a produção. Uma das práticas resultantes desta estratégia foi a conservação das sementes crioulas, onde os guardiões eram os agricultores responsáveis por trocar, selecionar, armazenar, fornecer e perpetuar as sementes e conhecimentos associados, garantindo assim que a comunidade mantenha a biodiversidade (BOEF, 2007).

A estratégia de comercialização direta em feira, indicava a busca por mercados locais com conhecimento dos clientes, refletindo em novas oportunidades de renda com agregação de valor ao produto e a eliminação dos intermediários nefastos do mercado. A estratégia de comercialização de produtos diversificados trazia mais flexibilidade nas situações de mercado de preços instáveis, garantindo fontes diversificadas de rendas. A autonomia era considerada uma estratégia de reprodução da agricultura familiar camponesa e incluía a otimização no uso dos recursos internos ao sistema o que incluía a reciclagem da matéria orgânica, a redução de gastos energéticos e a busca de fontes renováveis de energia.

Tinha-se um quadro próximo ao real, de como era o sistema de produção sua dependência, em especial, no mercado de insumos e nas fontes de financiamento (DALMORA, 2017). Contudo a autonomia integral, não se concretizava devido às precariedades socioeconômicas dos agricultores e os impactos ambientais, tais como as oscilações climáticas, que afetavam as microrregiões.

Ao categorizar estes indicadores se pode compreender a proximidade dos sistemas as práticas de agricultura sustentável, o que constitui um grande diferencial para a oferta do serviço turístico, ampliando o leque das opções de atrativos de um sistema de produção. A análise sistêmica qualificava as informações e indicava as necessidades de investimentos para a concretização do turismo no espaço rural, na perspectiva do turismo sustentável.

A partir desta caracterização que buscava inter-relacionar os fatores de biodiversidade, integração, autonomia de insumos, organização e alternatividade de renda resultaram os potenciais para a implementação do TBC, pois tratava-se de sistemas de produção com indicadores de sustentabilidade e disponibilidade para a efetiva prática da multifuncionalidade, tendo foco no turismo.

Para os sistemas de produção estudados buscou-se dimensionar a atividade produtiva e a diversidade de produção motivada pelos objetivos do agricultor quanto ao consumo e venda. Foram caracterizados os componentes do sistema em termos de tamanho da área cultivada, horas de trabalho, renda, manejo, atividades produtivas, comercialização, configuração de renda e trabalho no GMC.

O conjunto de indicadores e a quantificação dos componentes resultou na classificação dos Sistemas de Produção em: a) Parcialmente Autônomos (SPA), com os índices variando de 3,3 a 4,2; b) Simples com índices variando de 1,3 a 2,0 (Tabela 1). Tais variações ocorria, pois, ao manejar a UPA os agricultores tendem a acentuar a sua simplificação, limitando a produção ao longo do tempo e gerando ativos que comprometem a

estabilidade ecológica dos sistemas (DALMORA & SANTOS, 2018).

Observou-se que em ambos os sistemas de produção estudados as rendas agrícolas eram restritas, resultando na busca por atividades complementares de natureza não agrícola e até mesmo, a prestação de serviços, agrícolas ou não, fora do estabelecimento, o que pode favorecer para a busca de iniciativas como o turismo. O TBC tinha um espaço salutar para este perfil de agricultores, que de certa forma preservavam a simplicidade dos roçados, os costumes e a base da alimentação típica regional.

A imersão das mulheres na organização social e sua dedicação no processamento dos panificados e bolos se constitui numa destas alternativas. Foram identificados os seguintes potenciais turísticos de cada família camponesa: trilhas na natureza; conhecimento ecológico tradicional, vivência na agricultura, comidas típicas e hospedagem

A partir da categorização dos Sistemas de Produção foi analisado se haveriam atrativos em potencial para a inclusão do grupo na oferta de serviços turísticos. No sentido operacional do conceito entende-se atrativo como sendo “um recurso natural ou cultural formatado em negócio que atenda as especificações necessárias para a comercialização e recepção de turistas com responsabilidade social, ambiental e cultural” (SEBRAE, s.d.).

No sentido de conhecer melhor a realidade de cada integrante do GMC para identificar se os recursos disponíveis se configuravam como potenciais atrativos ao turismo, foi observado as habilidades de cada membro, o manejo dos sistemas de produção e as proximidades com a agricultura sustentável. Os seguintes atrativos foram identificados: trilhas na natureza, conhecimento ecológico tradicional, vivência na agricultura, comidas típicas e hospedagem nas residências dos camponeses.

Por meio da triangulação das metodologias participativas foi possível compreender os limites e as potencialidades para constituir um atrativo turístico de investimento mais imediato nas unidades de produção (Quadro 4). A disposição para realizar o negócio turístico foi primeiramente debatida em reunião no GMC, onde cada mulher integrante refletiu se teria as condições favoráveis para se inserir nos propósitos TBC, detalhando as características de seu atrativo.

Quadro 4: Caracterização dos Sistemas de Produção da agricultura familiar camponesa.

Unidades de Produção/Indicadores	Encanto das Jaqueiras	Vale dos laranjais	Caminho das Manivas	Refúgio dos Olhos D'água	Tradição nos roçados	Rota do Rio	Fazeres Medicinais
Diversidade no comércio	5	1	5	1	1	1	1
Diversidade no autoconsumo	3	5	5	3	5	3	5
Integração culturas/criações	5	1	3	3	3	1	1
Autonomia de insumos	3	5	5	3	5	1	3
Renda na agricultura	3	3	3	1	3	1	1
Atrativos turísticos	5	3	4	0	0	0	1
Média dos indicadores**	4	3,3	4,2	1,6	2	1,3	2

** De 3,1 a 5 - Sistema de Produção Parcialmente Autônomo (SPA); até 3,0 - Sistema de Produção Simples (SPS).

5.4. O TBC no Sistema de Produção Parcialmente Autônomo

A promoção da biodiversidade nos sistemas agrícolas é a base para o seu redesenho e resulta em incrementos decorrentes dos seguintes processos: alta capacidade de recuperação às adversidades locais; controle efetivo de pragas e ciclagem de nutrientes (ALTIERI; NICHOLLS, 2003). O espaço rural quando se baseia nos parâmetros da alimentação saudável, livre de contaminantes, paisagens biodiversas e conservação relativa dos ecossistemas é propício para ser um atrativo turístico aos visitantes urbanos, ávidos pela convivência com ecossistemas conservados e sistemas agrícolas dinâmicos e resilientes.

O resultado é uma agricultura menos sujeita a riscos e com estabilidade na produtividade composta de processos renováveis e serviços ecológicos de natureza biológica altamente favoráveis para o desenvolvimento do turismo no espaço rural. Turistas que buscam tranquilidade, rusticidade, convivência com ecossistemas naturais, contato com animais domésticos e silvestres, aventuras e cultura popular. A diversidade apresentada SPA foi um indicador favorável na implementação do TBC, sendo um potencial atrativo motivador para o visitante realizar vivências no espaço rural e fortalecer a oferta de alimentos saudáveis aos visitantes.

No SPA as famílias configuravam níveis de renda agrícola mensal variando de 1 a 2 Salários-Mínimos (SM). Tal renda restrita tinha relação entre o tamanho da área de terra que variava de 3 a 1 hectares. As pessoas da família dedicadas ao trabalho na agricultura possuíam de 1,5 a 2,5 EHA - Equivalente Homem Ano. Na relação entre a terra disponível para cultivar e o número de pessoas disponíveis para trabalhar (indicado por Unidade de Trabalho Homem), o índice variava de 0,53 a 1,5 UTA.

Tal estreitamento no tamanho da unidade de terra limitava a conservação de reserva legal, a produção de culturas anuais e as criações de animais de maior porte. O impacto na geração de renda poderia ser avaliado devido a exiguidade do tamanho da terra para produzir alimentos e os comercializar nos mercados locais.

As culturas eram realizadas aproveitando os espaços, o cultivo do milho e das raízes (mandioca, inhame, macaxeira) nas entrelinhas da citricultura. A produção de alimentos para o autoconsumo era garantido pelas frutíferas, as raízes e algumas culturas anuais em pequena escala, não se distinguindo drasticamente os produtos destinados a comercialização. Cada uma das famílias fornecia produtos diferenciados para o coletivo de mulheres processar os panificados e bolos, incluindo ovos, mandioca e coco. O trabalho executado por cada uma

das mulheres do coletivo, variava de 8 (oito) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais. Esta disparidade nas horas trabalhadas por cada uma no GMC resultava da demanda reprimida dos produtos, em parte reflexo da pandemia de COVID – 19, que limitou a comercialização dos produtos nas escolas. A participação integral na UPA Caminho das Manivas no processamento era devido a unidade estar instalada como um anexo a sua residência

Para o acolhimento turístico, o SPA foi o que apresentou indicadores favoráveis devido a maior dinâmica produtiva, a agrobiodiversidade e a adoção de práticas agrícolas em vias de sustentabilidade. Um conjunto integrado de condições e práticas de manejo estavam coadunados com os propósitos da família camponesa, além das suas habilidades produtivas, de processamento e comercialização serem salutares para a implementação do negócio turístico, composto por uma diversidade de atrativos. A caminhada do GMC já se solidificava na pluriatividade, onde a renda agrícola era adicionada a rendas proveniente da comercialização e processamento.

As iniciativas do grupo, compondo as rendas complementares se deram pela participação no Conselho Municipal de Turismo, a oferta dos alimentos para festas municipais e para a experiência de turismo rural regional nominada Rota do Engenho. Contudo, há que se considerar que as iniciativas locais em negócios turísticos por parte da agricultura familiar camponesa, eram até então desconhecidas.

A busca por rendas adicionais com atividades não agrícolas, como ocorreu com o processamento de panificados, de bolos e demais derivados da mandioca já se constituía numa iniciativa bem aceita pelo grupo, denotando abertura para ousar em campos não habituais como o turismo. Após a aplicação das metodologias participativas foi concluído sobre as UPA onde o TBC poderia ser implementado de imediato por apresentarem atrativos em condições para receber turistas. Os SPA com a média dos indicadores foram o Caminho das Manivas com média de 4,2; Encanto das Jaqueiras com média de 4,0 e o Vale dos Laranjais com média de 3,3 (Tabela 1), como descreveremos a seguir.

5.5. Sistema de produção simples: caminhos para o TBC

Unidade Produtiva O Encanto das Jaqueiras

Esse sistema de produção se caracterizava pela diversidade de produtos para venda direta e autoconsumo, garantida pela produção diversificada de hortaliças sendo composta

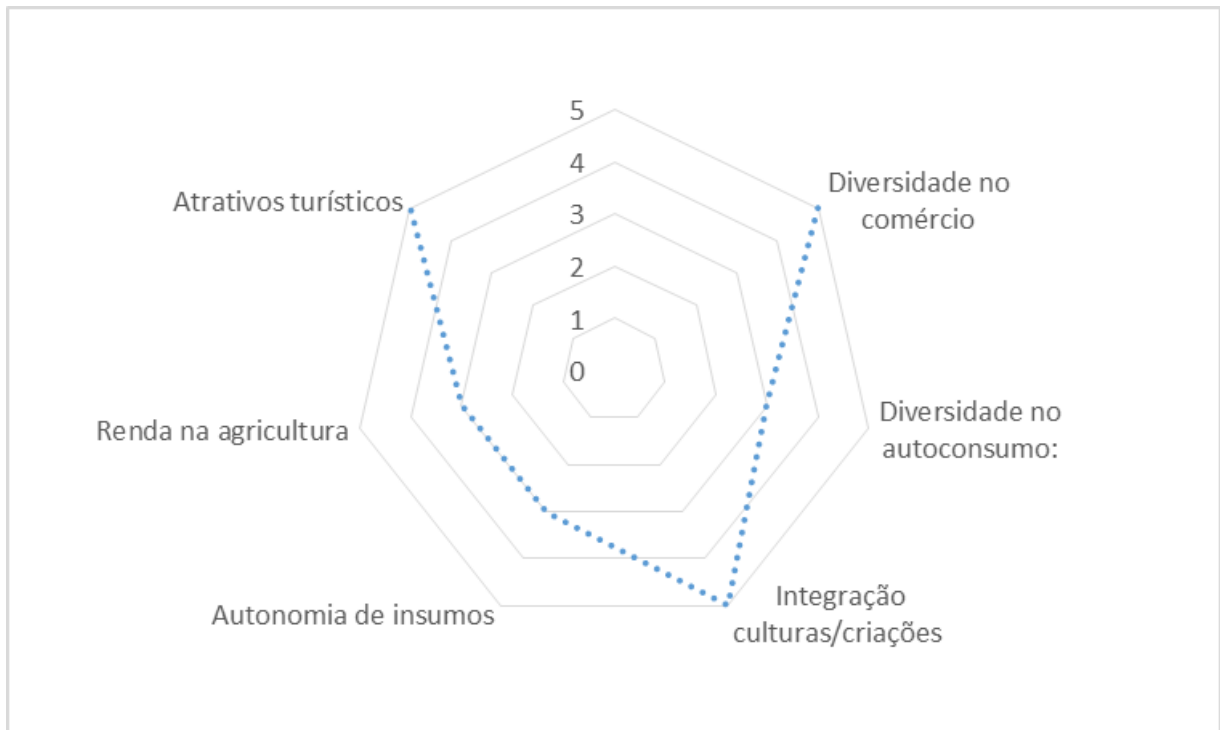
de: Alface (*Lactuca sativa*), Couve (*Brassica oleracea*), Quiabo (*Abelmoschus esculentus*), Coentro (*Coriandrum sativum*), dentre outras. Também havia a produção e comercialização das seguintes culturas agrícolas biodiversas: Macaxeira (*Manihot esculenta*), Mandioca (*Manihot utilíssima Pohl*), Batata-Doce (*Ipomoea batatas*), Amendoim (*Arachis hypogaea*), Fava (*Vicia faba*) e Feijão de Corda (*Vigna unguiculata*). No quintal havia uma diversidade de frutas, tais como: Banana Da Terra (*Musa paradisiaca*), Acerola (*Malpighia emarginata*), Mamão (*Caricapapaya*), Abacaxi (*Ananas comosus*) Laranja Lima e de Umbigo (*Citrus sinensis*), Cacao (*Theobroma cacao*) e Coco verde e seco (*Cocosnucifera*).

Toda essa biodiversidade de alimentos era destinada, com alternatividade que se caracterizava pelo destino alternado dos produtos, ora para o auto consumo da família ora para a venda direta na feira semanal, a critério das situações mais ou menos favoráveis do mercado. Realizavam criações de galinhas com foco para a produção de ovos comercializados, predominantemente no GMC (chegando a fornecer 8 dúzias ao mês no valor de 10,00 reais a dúzia). As galinhas eram alimentadas com milho do próprio lote e restos de culturas. Portanto havia integração entre as criações e as culturas que a elas serviam de alimento. A integração também ocorria no processamento de bolos e pães junto ao GMC ao qual eram ofertados produtos agrícolas como couve e milho verde.

A renda da família era predominantemente agrícola, com dedicação na UPA de todos os membros da família, incluindo um filho jovem e sua esposa. Esta renda se constituía com estratégias de venda direta em feira, visando eliminar intermediários e a participação no GMC com apoio no processamento dos ingredientes da roça e a confecção dos pães e bolos. A atividade de maior investimento era da produção de muda de citros com um olhar diferenciado para a cultura do Limão (*Citrus limon*).

O viveiro de mudas de Citros (*Citrus sinensis*), era conduzido pelo filho, assim como ele contribuía com o manejo das culturas e do espaço, eles utilizavam adubação química nos laranjais. Como vantagem no manejo do solo retiravam as plantas espontâneas com roçadeira costal e assim não utilizavam herbicidas. Este manejo os colocava numa posição parcial na adoção de insumos externos, devido a relativa dependência de adubos químicos, frente a produção de esterco animal insuficiente o sistema não é propriamente sustentável. Apesar da necessidade de melhorar este aspecto para uma excelência no serviço turístico, há uma superação desta fragilidade com a exuberância das jaqueiras (*Artocarpus heterophyllus*), como demonstra o Diagrama 1.

Diagrama 1. Indicadores de Sustentabilidade do Encanto das Jaqueiras.



Fonte: Autoria própria, 2022 (Dados de pesquisa).

Unidade Produtiva Caminho das Manivas

Nesta UPA a diversificação para autoconsumo, com alternatividade relativa, da UPA se coaduna com o manejo integrado por realizar consórcios entre arbóreas e culturas anuais, o que inclui: Macaxeira (*Manihot esculenta*), Rever Mandioca (*Manihot utilíssima Pohl*), Feijão (*Phaseolus vulgaris*), Fava (*Vicia faba*), Milho (*Zea mays*), Laranja de diversas variedades (*Citrus × sinensis*), Lima da Pérsia (*Citrus limettioides*), Banana (*Musa*), Coqueiro (*Cocos nucifera*), Acerola (*Alpighia emarginata*), Caju (*Nacardium occidentale*), Jenipapo (*Genipa americana*), Cana (*Saccharum officinarum*), abóbora (*Cucurbita*), Graviola (*Annona muricata*), Pimenta (*Capsicum*), Couve (*Brassica oleracea*), Quiabo (*Abelmoschus esculentus*) e Espinafre (*Spinacia oleracea*).

Plantas medicinais, ornamentais e flores estavam no quintal da casa a exemplo da Cidreira (*Melissa officinalis*), Capim Santo (*Cymbopogon citratus*) Hortelã Miúdo e Graúdo (*Mentha spicata*), Manjeriçao (*Ocimum basilicum*), Poejo (*Mentha pulegium*), Alfavaca (*Ocimum basilicum*) e Coaxa (*Digitaria insularis*).

A integração entre culturas e criações era umas estratégias utilizadas pela família, produziam aproximadamente 25 galinhas e três porcos no ciclo completo. Havia um burro

para transportar os produtos da roça sendo mantido com pastagem e grãos produzidos localmente, sem realizar complementação com alimentos concentrados ou formulados, manejo este facilitado devido a rusticidade dos animais.

A multifuncionalidade era uma das estratégias para o campesinato e estava presente nesta unidade agrícola, fortalecida pelo trabalho cooperativo do casal e seus filhos e noras, realizando trabalho família. Neste sistema de produção estavam instaladas a unidade de beneficiamento dos panificados e a casa de farinha. A renda dessa família era proveniente de várias fontes, incluindo o resultado do beneficiamento, que correspondia a 60% da renda, a renda agrícola ficava em 33% e renda do trabalho realizado fora da UPA correspondendo a 6,6%.

Este sistema foi assim denominado Caminho das Manivas, por manter por gerações a tradição dos cultivos das raízes e o seu beneficiamento na casa da farinha, resultando na multifuncionalidade como estratégia de obtenção de renda. Dentro desse espaço rural o potencial turístico eram os saberes do cultivo de mandioca, o cultivo das plantas medicinais, as indicações de cura de doenças, a cozinha coletiva com a oferta de café e almoço típico nordestino, o acolhimento, a vivência no processamento da mandioca, entre outras vivencias no roçado. O Diagrama 2 expõe os indicadores de sustentabilidade envolvendo todas estas especificidades apresentadas.

Diagrama 2. Indicadores de Sustentabilidade da UPA Caminho das Manivas.



Autoria própria, 2022 (Dados de pesquisa).

Unidade Produtiva Vale dos Laranjais

O casal mantinha uma boa diversidade de frutas para autoconsumo, incluindo as seguintes arbóreas: Laranja (*Citrus × sinensis*), nas variedades lima, sangue, pera e umbigo; jaca (*Artocarpus heterophyllus*), graviola (*Annona muricata*), sapota (*Manilkara zapota*), Limão (*Citrus limon*), Tangerina (*Citrus reticulata*), Banana (*Musa*), Tucum (*Astrocaryum vulgare*), Goiaba (*Psidium guajava*) Sapucaia (*Lecythis pisonis*), Coco (*Cocos nucifera*) e Pinha (*Annona squamosa*).

A diversidade era constituída por poucos exemplares devido ao tamanho da área estar restrito a um 1 hectare. Entretanto, a alternatividade era característica dinâmica deste sistema de produção, que consistia na variação do destino das colheitas ora faziam parte do autoconsumo, ora faziam parte da comercialização direta na feira da agricultura familiar do município, conforme a situação mais favorável.

Este sistema se caracterizava pela ausência de criações animais, sendo que realizavam adubação verde com o cultivo do Feijão de Porco (*Canavalia ensiformis*), para melhorar a produção de hortaliças. Como prática da agricultura camponesa faziam a observação da quadra lunar para a semeadura melhorando o desempenho da colheita.

A família fornecia ao GMC, 60 Kg/mês de Macaxeira (*Manihot esculenta*) para fazer a confecção da massa de bolos e pães. Comercializavam na feira, aproximadamente 10 L de Fava (*Vicia faba*) verde e seca, por semana. Estes produtos comercializados geravam uma renda agrícola de ½ SM. O trabalho na cozinha comunitária representava meio SM mensal, pois incluía uma jornada 4 dias por semana. A família residente no local era composta pelo casal e uma filha que trabalhava no comércio local. Apenas o esposo tinha dedicação parcial na UPA correspondente a quatro horas semanais. Já a esposa trabalhava ocasionalmente na unidade, pois dedicava 20 h semanais no processamento dos alimentos além dos cuidados domésticos.

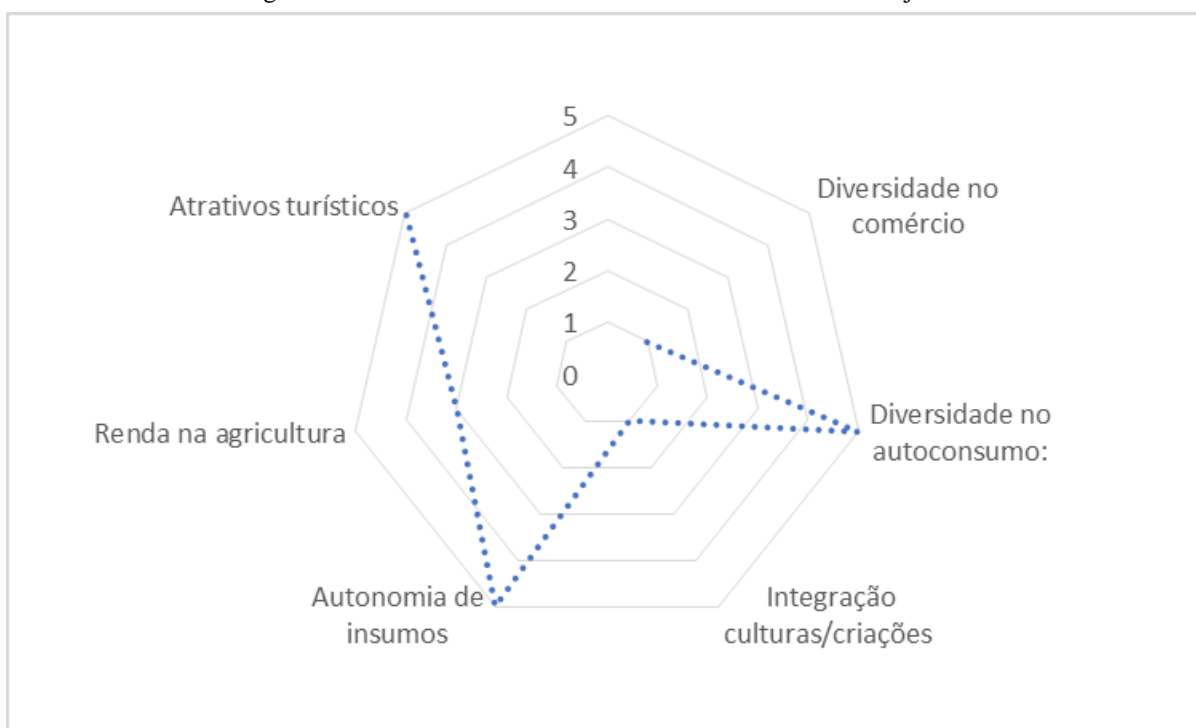
O diferencial deste sistema era a preservação de um pequeno fragmento de mata na área de Reserva Legal, composta dos seguintes exemplares da Mata Atlântica: Ingá Poca (*Sclerolobium densiflorum*), Umbaúba (*Cecropia*), Angico (*Anadenanthera colubrina*), Saboneteira (*Sapindus saponária*) e Biriba (*Annona mucosa*). Tal biodiversidade era dinamizada pela presença do rio Itamirim percorrendo o interior da UPA e pela conservação da mata ciliar. A família entendia ser positivo o esforço para conservar cada elemento da vegetação, da fauna, além do benefício da pesca artesanal.

Esta UPA assim denominada Vale dos Laranjais denotou condições favoráveis para

a recepção de visitantes, numa perspectiva de saborear as diversas variedades de laranjas, no estilo pague quanto colhe, compartilhando saberes sobre o manejo dos laranjais e as indicações de uso medicinais e outros usos das plantas arbóreas nativas.

No rio que percorre a UPA podem oferecer a pesca utilizando o gererê (equipamento artesanal que é usado por pescadores tradicionais para pesca de camarão e peixe pequeno nas encostas e coisas de pouca correnteza no rio feito de cipó ou bambu com uma pequena rede feita de cordão de algodão). O casal denotou habilidades para comunicar seus saberes e desenvoltura para o acolhimento de turistas pela rota. O Diagrama 3 expõe os indicadores de sustentabilidade envolvendo todas estas especificidades apresentadas.

Diagrama 3. Indicadores de Sustentabilidade do Vale dos Laranjais.



Autoria própria, 2022 (Dados de pesquisa).

Os limitantes inviabilizaram a oferta de atrativos turísticos nas UPA das famílias. Limitações se estendiam desde a produção de alimentos diversificados, até a integração com a produção animal o que tendia a simplificação do sistema com monoculturas e a necessidade de adquirir adubos químicos e venenos agrícolas, impactando mais ainda a renda da família. A estratégia da agricultura familiar de substituição de insumos – restrita, unicamente, na economia de insumos agrícolas – não foi suficiente para mudar a dinâmica e estrutura dos SPS, simplificados por restringir o volume e a diversidade das culturas, não realizar consórcios e interconectar as atividades resultando em desperdícios, poluentes, custos de

produção elevados e perdas energéticas significativas. A geração de renda, incluindo a dedicação no processamento da cozinha coletiva, era de baixa expressividade.

Nestes parâmetros, o suporte externo a UPA foi fundamental. A dedicação da família ao trabalho no próprio lote estava restrita, o que resultava em uma agricultura sem expressão quantitativa das culturas e variedades e sem continuidade (Quadro 3). O equilíbrio entre as culturas e as criações visando complementaridades e fontes de matéria orgânica não se concretizava, pela baixa capitalização proveniente da renda agrícola.

A simples substituição tecnológica não modifica a estrutura e as funções de um SPS. Distancia-se da viabilidade produtiva, a produção de alimentos saudáveis e o resgate da agrobiodiversidade dos agroecossistemas, historicamente tensionados pelo clima e as pressões antrópicas. Nas limitações da produção, observou-se que nos SPS, os indicadores resultantes foram:

- a. *Refúgio dos olhos d'água com média 1,6;*
- b. *Fazeres medicinais com média 2,0;*
- c. *Tradição camponesa com média 2,0 e Rota das águas com média 1,3, como descreveremos a seguir.*

Unidade Produtiva Refúgio dos olhos d'água

Os alimentos produzidos para o autoconsumo da família eram pouco expressivos, em quantidade e qualidade, se limitando a atender as necessidades alimentícias da família, sendo restrita a produção de leite, carne suína, macaxeira, frutas cítricas e as arbóreas Mangueira (*Mangifera indica*) e Jaca (*Artocarpus heterophyllus*), não havendo produção mais ampla, para a comercialização na feira da cidade. Apesar desta UPA apresentar uma área expressiva de 7 ha, se comparada as demais unidades do GMC, a dedicação ao trabalho agrícola estava restrita a três dias semanais, realizada por apenas um dos membros da família, tendo 7 UTH bem mais elevado que nos demais UPA.

A renda obtida pela atividade agrícola era de meio salário-mínimo, sendo complementada pelo benefício do governo federal Auxílio Brasil no valor de meio salário e a aposentadoria no valor de 1 (Hum) SM. O filho trabalha como diarista, na colheita de laranja, em outras UPA. A renda no GMC era restrita a meio SM, com uma dedicação ao

trabalho variando de dois a três dias por semana.

Durante vários anos a família tinha a área de 7 ha ocupada com a monocultura de laranja. Porém, nos últimos anos a cultura foi definida com as doenças e pragas, o que se agravou com os efeitos de deriva dos agrotóxicos utilizados pela vizinhança. São unidades de produção do entorno que realizavam monocultura de laranja em grande escala e o uso inadvertido de agrotóxicos afetou as culturas da vizinhança.

Mais propriamente a aplicação de herbicidas pelos vizinhos do entorno comprometeu a produção das culturas de Macaxeira (*Manihot esculenta*), Maracujá (*Passiflora edulis*), Laranja (*Citrus sinensis*) e Tangerina (*Citrus reticulata*).

Visando suplantiar os problemas na área a família optava pela introdução do cultivo de abobora e mantinha apenas 20 pés de Laranjas (*Citrus sinensis*) nos locais mais distante da vizinhança, destinados a venda direta nas feiras livres municipais.

Visando ampliar a produção de alimentos para o autoconsumo foram adotadas estratégias que consistiram na criação de seis suínos em ciclo completo. A criação de suínos era suprida com Milho (*Zea mays L.*) e farelo de trigo, fornecida pelo vizinho, que se associou a família como parceiro. No manejo do gado leiteiro e do cavalo a alimentação era suprida por resíduos da produção agrícola dos vizinhos, pastagem natural e resíduos de indústrias locais, assim visando substituir a compra de insumos externos.

Não utilizavam adubos químicos e herbicidas e procuravam fertilizar as culturas com esterco animal e cinzas de madeira. A cada ano faziam o preparo do solo com aluguel de trator. Contudo, o manejo no solo era intensivo e no verão ele era exposto, sem a presença de culturas e cobertura morta resultando em perdas significativas da microvida do solo e, em consequência da fertilidade.

Uma das rendas era obtida na comercialização do leite na unidade de processamento, com produção média de 7 litros/dia. Também comercializavam diretamente ao consumidor, na feira semanal, 6 caixas de Tangerina (*Citrus reticulata*) e Laranja Lima (*Citrus × sinensis*).

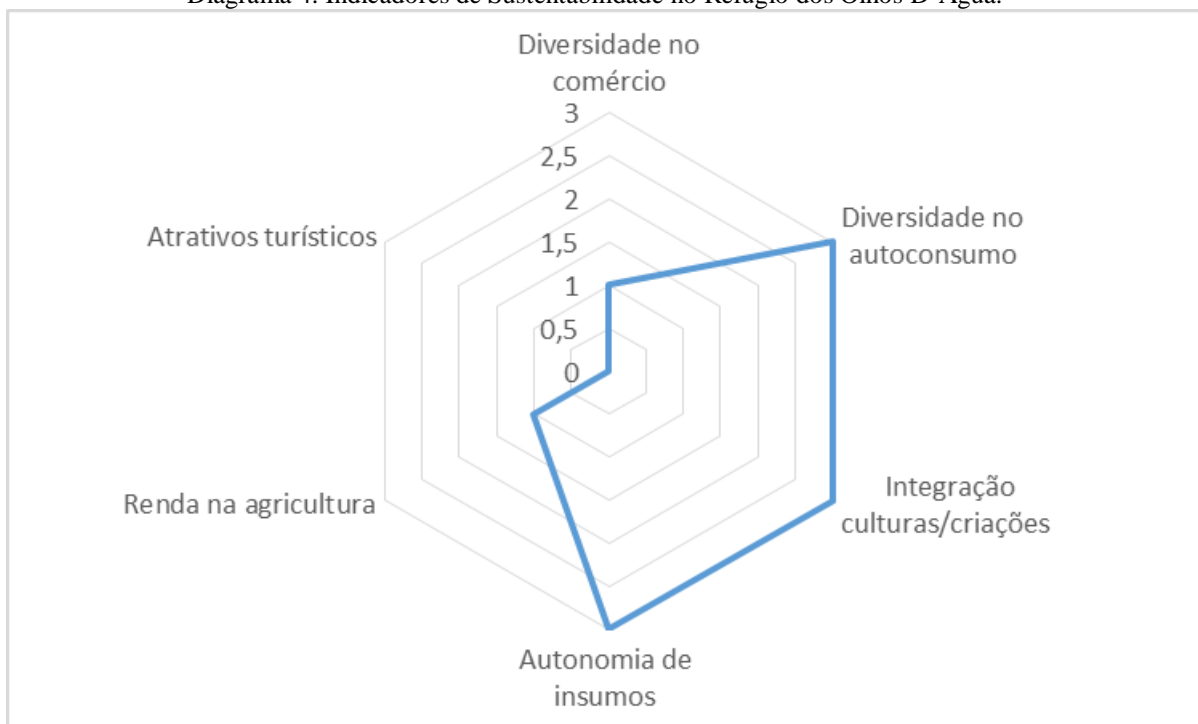
A dedicação na cozinha comunitária variava de dois a três dias por semana, sendo uma complementação de renda, proveniente do trabalho da mulher camponesa. Contudo a renda da família era resultado de uma série de estratégias e parcerias estabelecidas, denotando boa fluência dos membros da família para suplantiar as adversidades da produção agrícola.

Foi observado que essa unidade familiar não tinha potencial para os atrativos turísticos por conta da degradação ambiental sofrida pela monocultura de citrus no entorno

e, por estar em fase de redefinição do sistema produtivo. Uma das características mais peculiares da UPA era a presença de um veio de água, preservado pela mata ciliar, ao qual a família o mantém atentamente, por ser uma fonte de água de superfície valiosa para a sustentação do consumo de água.

A denominação desta UPA de Refúgio dos Olhos D'água foi devido a presença de uma nascente de água no interior da unidade, junto a área de mata correspondente a 3 ha. Este recurso poderia ser configurado como um atrativo turístico, porém o acesso a UPA se dava via propriedade particular, tornando impeditivo a presença de um numérico maior de pessoas transitando no local, inclusive para veículos de maior porte. O Diagrama 4 expõe os indicadores de sustentabilidade envolvendo todas estas especificidades apresentadas.

Diagrama 4. Indicadores de Sustentabilidade no Refúgio dos Olhos D'Água.



Fonte: dados de pesquisa.

Unidade Produtiva Fazeres medicinais

A presente UPA de caráter familiar camponesa era composta por oito membros entre eles, o marido, filhos, mãe e genro. Nesta mesma UPA estavam três mulheres integrante do grupo e da cozinha coletiva que confeccionavam os processados. Contudo, apesar do numérico das pessoas da família, a produção da UPA se encontrava restrita a área de um

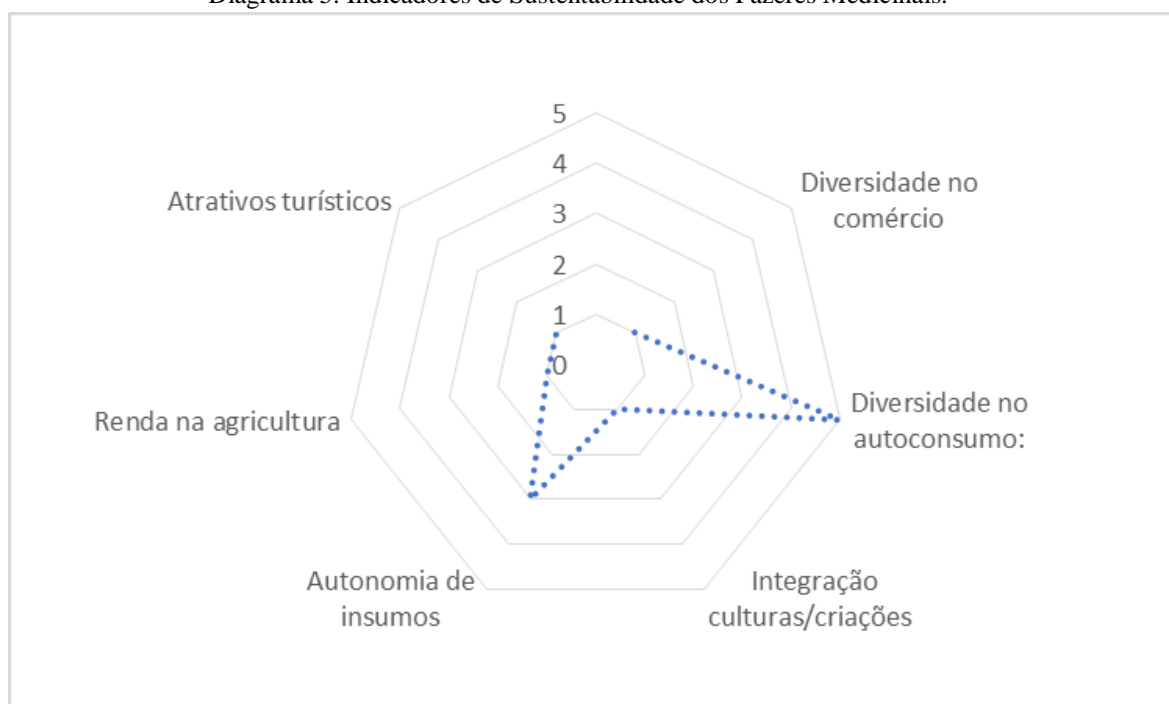
hectare e meio, limitando o volume de produção, tendo o índice 2 UTH. A agrobiodiversidade para o autoconsumo estava focada nas frutas cítricas e tubérculos, tais como: Laranja de Umbigo e Pera (*Citrus × sinensis*), Limão Taiti (*Citrus limon*), Tangerina (*Citrus reticulata*), Banana (*Musa*), Jaca (*Artocarpus heterophyllus*), Mangueira (*Mangifera indica*), Abacate (*Persea americana*), Coqueiro (*Cocos nucifera*), Inhame (*Dioscorea*), Macaxeira (*Manihot esculenta*), Batata-Doce (*Ipomoea batatas*). Também cultivam os seguintes alimentos: Couve (*Brassica oleracea*), Coentro (*Coriandrum sativum*) e Cebolinha (*Allium schoenoprasum*), as plantas medicinais e o Milho (*Zea mays L.*).

Além disso cultivava uma ampla diversidade de plantas medicinais no quintal e possuía os saberes sobre o preparo e utilização delas, daí a denominação da UPA de Fazeres Medicinais. Para atender a demanda das feiras locais e regionais a família produzia um maior volume a pimenta, principalmente a arriba saia e a Malagueta (*Capsicum*), adicionado ao Abacate Branco (*Persea americana*), Laranja de Umbigo (*Citrus × sinensis*) e Limão (*Citrus limon*). A demanda de trabalho maior se dava na colheita das culturas da pimenta e laranja.

Por ser um espaço agrícola pequeno optaram por não ter animais de grande porte e somente um burro para tração animal como suporte no manejo da UPA. Portanto esta UPA fazia uso de insumos externos não se ajustando a perspectiva da produção livre de agrotóxicos. No caso apresentado a dedicação em horas trabalhadas na cozinha coletiva era significativa devido as habilidades no processamento dos derivados de mandioca e por ser este um produto bastante requisitado nas feiras da região.

A renda familiar ligada a produção agrícola era de 1 SM, que caracteriza na venda dos produtos in natura em feira livre. A unidade poderia desenvolver os potenciais turísticos voltado para os saberes populares no uso e tratamento terapêutico com plantas medicinais. Porém a família não denotou interesse em se inserir neste serviço turístico e se justar a perspectiva de uma agricultura de bases sustentáveis. O Diagrama 5 expõe os indicadores de sustentabilidade envolvendo todas estas especificidades apresentadas.

Diagrama 5. Indicadores de Sustentabilidade dos Fazeres Medicinais.



Fonte: dados de pesquisa.

Unidade Produtiva Tradição Camponesa

Esta família era constituída por quatro pessoas residindo na UPA, sendo o casal e dois filhos em idade escolar. O diferencial dessa família de agricultores familiares era o potencial na comercialização dos produtos do roçado com o foco em hortaliças livre de agrotóxicos, tais como: Pimenta (*Capsicum*), Cebolinha (*Allium schoenoprasum*), Coentrão (*Coriandrum sativum*), Alface (*Lactuca sativa*), Favaca de Galinha (*Ocimum micranthum Willd*), Coentro (*Coriandrum sativum*), Couve (*Brassica oleracea*), Manjericão (*Ocimum basilicum*), Alecrim (*Salvia rosmarinus*), entre outras existentes. Também produziam a couve para as demandas de processamento na cozinha comunitária.

Outros cultivos agrícolas produzidos eram diversas frutíferas, tais como: Graviola (*Annona muricata*), Cacau (*Theobroma cacao*), Abacate (*Persea americana*), Banana Roxa (*Musa acuminata 'Red Dacca'*) e Banana Maçã (*Musa acuminata*), acerola (*Malpighia emarginata*), Jenipapo (*Genipa americana*), Maracujá (*Passiflora edulis*), Amora (*Rubus subg. Rubus*) e Jabuticaba (*Plinia cauliflora*). Estas também faziam parte das alternativas entre consumo e comercialização. O consumo familiar era complementado com a fava (*Vicia faba*), Milho (*Zea mays*), Inhame Moela (*Dioscorea bulbifera*), Macaxeira (*Manihot esculenta*), Cana (*Saccharum officinarum*) e plantas medicinais como Maxixão do

Pará (*Cucumis anguria*), Hortelã Miúdo (*Coleus amboinicus*), Erva Cidreira (*Melissa officinalis*) e Coaxa (*Digitaria insularis*).

As aves eram criadas soltas, alimentadas com restos de culturas e grãos de milho. Já na criação do gado a alimentação era com pastagem natural e complementado com palma forrageira própria. Quando ocorriam anos agrícolas com seca severa começavam a adquirir palma e outras forrageiras dos vizinhos. Outra prática que era realizada na UPA para a nutrição do gado era o uso da manipueira seguindo orientações populares de manipulação correta do material para evitar efeitos de toxicidade. O esterco dos animais era direcionado para fertilizar as culturas de hortaliças, coadunado com a estratégia de reduzir as necessidades de compra de insumos externos a UPA.

O manejo do solo era de pouca intensidade, manejavam as plantas espontâneas com roçadas e capinas, mantendo a cobertura do solo. Contudo, o casal mantinha a prática do uso do fogo; entendiam que a cinza resultante trazia benefícios de fertilização para o roçado. As cinzas traziam uma contribuição imediata na absorção pelas plantas, o que entendiam ser mais eficazes que o uso dos restos dos cultivos como cobertura vegetal.

A denominação da UPA de Tradição Camponesa foi devido a este conjunto de práticas agrícolas consorciadas e integradas, realizando uma agricultura de baixa insumação, priorizando o autoconsumo da família,

A renda agrícola era restrita a 1/2 Salário Mínimo (SM), considerando que a terra da família era de apenas 1 ha, tendo apenas 1/2 UTH, restringindo o volume de produção agrícola, e animais de criações. A dedicação da mulher no GMC era de dois dias por semana, obtendo uma renda limitada 1/4 do SM. Devido a renda agrícola restrita o esposo realizava atividades de compra e venda de gado, o que lhe conferia uma renda mais significativa que as demais fontes. A intermediação do gado era realizada pelo esposo que frequenta as feiras de Glória, Umbaúba e Alagoinhas na Bahia. Portanto, a multifuncionalidade era a característica desta UPA, sendo a renda não agrícola mais significativa que a renda da agricultura e do processamento.

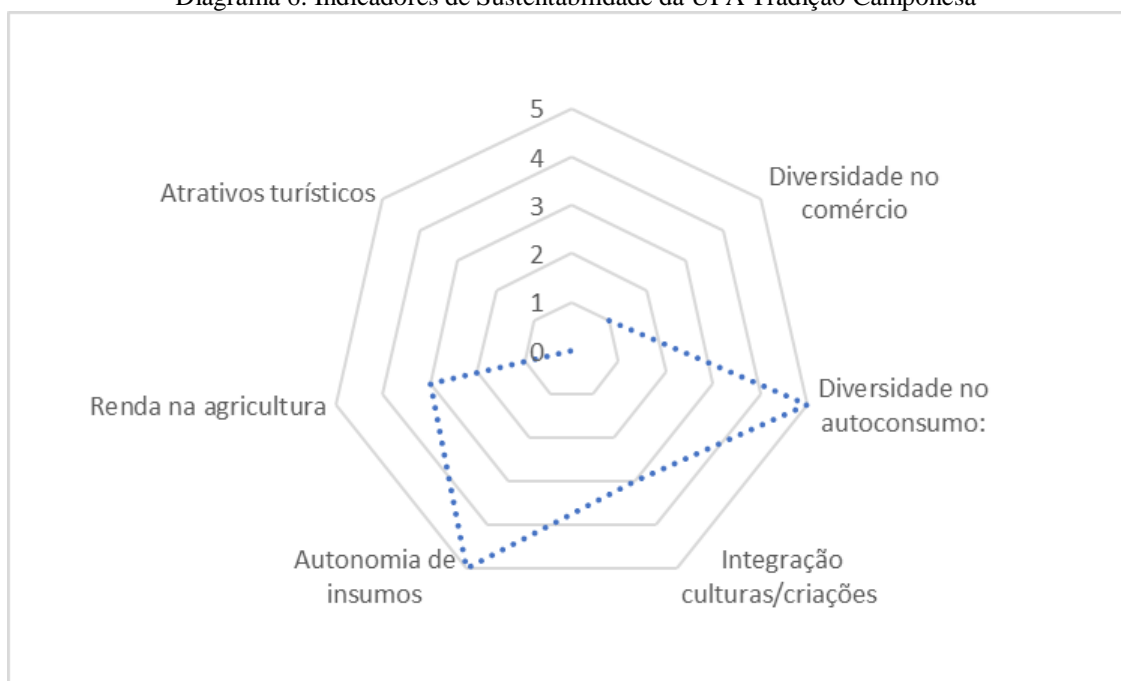
Como potenciais para o turismo a unidade se destacava pela casa de taipa relativamente conservada podendo servir para visitação e um poço de água, cavado manualmente, nos moldes antigos, onde a água era retirada com um balde sustentado em uma corda.

No quintal havia algumas flores de campo dispersas no entremeio ao lixo espalhado pelo quintal, o que desfocava o olhar dos elementos da rusticidade das construções. Esta fragilidade associada a baixa produção não qualifica esta UPA para a oferta de atrativos

turísticos. Contudo com o avanço da atividade turística no GMC esta UPA poderá se inserir na cultura popular com os saberes imbuídos na realização de festejos, resgatando o folclore e a religiosidade das expressões que Dona Maria de Lurdes sabia contar.

O casal gostou dos propósitos do TBC, porém revelou não se sentir seguro para o implementar. O trabalho do esposo na comercialização do gado exige deslocamentos diários entre os povoados do município, não restando disponibilidade de tempo para a prestação do serviço turístico dentro da UPA. Entenderam que a oferta de turistas prejudicaria o seu engajamento na comercialização de gado cujos rendimentos eram significativos para a sustentação da família. O Diagrama 6 expõe os indicadores de sustentabilidade envolvendo todas estas especificidades apresentadas.

Diagrama 6: Indicadores de Sustentabilidade da UPA Tradição Camponesa



Fonte: dados da pesquisa.

Unidade Produtiva Rota do rio

A produção agrícola desta UPA se destacava pelo cultivo em consórcio da Macaxeira (*Manihot esculenta*) e Amendoim (*Arachis hypogaea*). A comercialização destes produtos era realizada junto a intermediários, ou de forma direta no varejo local e na casa de farinha. Essa UPA não tinha diversidade de cultivos e para o autoconsumo familiar era produzido, ocasionalmente, algumas hortaliças, plantas medicinais, galinha e ovos.

As práticas agrícolas realizadas na UPA eram de manejo convencional com adubação química e o solo ficava exposto no verão. Das práticas tradicionais de cultivo mantinham aprendizados herdados dos pais traduzidos no respeito a quadra lunar no período de semeadura e nos tratos culturais.

Neste sistema de produção houve predominância de atividades realizadas pelo marido, o filho e o irmão fora da unidade agrícola, correspondente a 60% da renda familiar. Rotineiramente realizavam trabalho rural não formal como diaristas, no cultivo e colheita da laranja. As atividades agrícolas eram conduzidas, ocasionalmente, pelas três pessoas da família gerando um somatório de, em média, vinte horas semanais dedicadas a UPA.

Em relação ao tamanho da área corresponde a 2,33 ha, sendo trabalhado apenas 0,5 EHA, a UTH ficava em 4,6. Portanto parte da terra não era amplamente utilizada para a agricultura. A esposa por sua vez, realizava 20 horas semanais na cozinha comunitária e na casa de farinha do GMC. A pluriatividade era a característica desta UPA, ao qual havia um somatório de rendimentos obtidas fora da UPA. Devido a isto a família não denotou interesse em se ajustar a oferta de serviços turísticos. A pouca dedicação a UPA não favoreceu ao desenvolvimento de potenciais atrativos turísticos.

A denominação desta UPA de Rota do Rio era devido a presença de um curso d'água que margeia o estabelecimento, sendo utilizado para sedentarização animal e nos usos domésticos da família. Para se constituir um atrativo turístico seria necessário a recuperação da bacia da região ao qual estava com as águas poluídas, em especial pelo uso intensivo de agrotóxicos. A dedicação pouco intensiva a UPA e a simplificação do agroecossistema não indica potenciais turísticos, nem mesmo a disponibilidade da família para maiores investimentos no campo da multifuncionalidade. O Diagrama 7 expõe os indicadores de sustentabilidade envolvendo todas estas especificidades apresentadas.

Diagrama 7: Indicadores de Sustentabilidade da UPA Rota do Rio



Fonte: dados de pesquisa

Considerando o modelo de análise utilizado traz um conjunto de informações que se interrelacionam, podendo traduzir um quadro mais próximo da realidade. A título de planejamento permite qualificar as condições, sociais, econômicas e ambientais ao qual a atividade de turismo poderá ter um desempenho mais ou menos efetivo. Inclui-se nisso a identificação de elementos a serem melhorados e, principalmente o alcance que o serviço pode ter enquanto investe em habilidades humanas.

Também se denota que a metodologia de sistemas de produção não os mesmos potenciais entre agricultores pertencentes a mesma comunidade. Pequenas nuances podem gerar estratégias de reprodução para a agricultura camponesa mais ou menos eficazes. A multifuncionalidade. Foi observada nos SPA, indicando que há uma compreensão de gestão econômica dos estabelecimentos de pequeno porte que otimiza potenciais locais e a disponibilidade de atrativos ambientais e culturais para ampliar as oportunidades de renda da família. Nesta caminhada já há uma abertura para implementar o TBC com a disposição para o coletivo em realizar as adaptações e ajustes visando a execução imediata do serviço turístico.

5.5. O Catálogo

Em relação ao catálogo (Apêndice VIII), a sua construção foi realizada a partir das realidades do coletivo, o nome de identidade corporativa; sua síntese é complexa por demandar a leitura da realidade, identificando a forma como é realizada a gestão e a produção, os valores, os objetivos, os anseios e a relação com a sociedade e com os concorrentes possíveis (PEÓN, 2009).

A identidade visual é uma forma de organizar visualmente toda a comunicação de uma empresa ou produto através de elementos que informem a personalidade e ou a filosofia de uma marca. Trata-se do processo de construção da comunicação para a síntese do logotipo, símbolo, marca, cores institucionais, alfabeto institucional, além de outros eventuais elementos e acessórios a serem aplicados com base na leitura da realidade.

Conforme Zanin (2018, p. 07) o “briefing é um conjunto de informações ou uma coleta de dados passados em uma reunião para o desenvolvimento de um trabalho ou documento”. Trata-se de uma ferramenta amplamente utilizada no gerenciamento e prestação de serviços. O briefing é composto por objetivo, natureza do projeto (para constituir as estratégias do designer) e utiliza a metodologia de diagnóstico para qualificar as informações da realidade do negócio e identificar os anseios do público-alvo (SCHNEIDER VIARO et al., 2014).

O produto imaterial servirá de subsídio para que a marca traduza emoções, expectativas e experiências aos consumidores dos produtos das mulheres empreendedoras. Também há que se destacar que uma marca forte tem a característica de ganhar confiança junto aos clientes em potencial. Para tanto busca-se reforçar a natureza econômica da racionalidade camponesa, afinada aos princípios da economia solidária ao qual inclui preços justos e consumo solidário.

O produto imaterial ajudará para que a marca traduza emoções, expectativas e experiências aos consumidores dos produtos das mulheres empreendedoras. Também há que se destacar que uma marca forte tem a característica de ganhar confiança junto aos clientes em potencial. Por fim, busca-se reforçar a natureza econômica da racionalidade camponesa, afinada aos princípios da economia solidária ao qual inclui preços justos e consumo solidário.

Quando não ocorre a interação se observam falhas na elaboração do projeto, falseando a comunicação real e a identidade da empresa no mercado. Nos tempos atuais o marketing virtual tem exercido forte influência na aceitação dos produtos e na promoção das empresas (SCHNEIDER VIARO et al., 2014). Caso a identidade visual não seja claramente definida,

a relação entre produtores e consumidores pode não se estabelecer com fidelidade e ocorrer erros comuns na propaganda dos produtos (ZANIN, 2018). A formação de opinião pode então gerar o desserviço para a aceitação do produto, gerando inclusive boicotes causado por uma reputação do grupo quanto a originalidade e certificação do produto.

Através das metodologias participativas iremos construir de modo participativo, isso com olhar das pesquisadoras e comunidade onde consegue maximizar as chances de sucesso em que seu produto realmente atenda às necessidades do cliente, ao mesmo tempo em que facilita seu próprio trabalho de desenvolvimento, por fornecer as bases de informação para o projeto (SCHNEIDER VIARO *et al.*, 2014).

Conforme Zanin (2018), a problematização tem a capacidade de tornar o projeto mais fácil e fazer com que seus objetivos sejam cumpridos, pois nela são identificadas as necessidades do cliente, os potenciais do produto gerado e a forma como ele será veiculado para atender as demandas do cliente. Somente após a conclusão da Etapa de Problematização será desenvolvida a etapa de Concepção, que implica no desenvolvimento da identidade visual propriamente dita (com a geração do símbolo, logotipo, tipografias) cuja versão definitiva será concluída após a realização das avaliações junto ao público-alvo.

De um modo geral os produtos da agricultura familiar em Sergipe não apresentam visibilidade na sua apresentação visual e de informação, compatível com a qualidade do que é ofertado. A ausência de informação desvaloriza o produto e gera desconfiança ao cliente. Tal noção é disseminada quanto às questões de sanidade e conformidade de produto orgânico. Para o consumidor pouco esclarecido, o conceito de qualidade do produto alimentício ainda se restringe a tamanho e aparência não avançando para a observação de selos como: livre de transgenia, livre de agrotóxicos e de aditivos químicos.

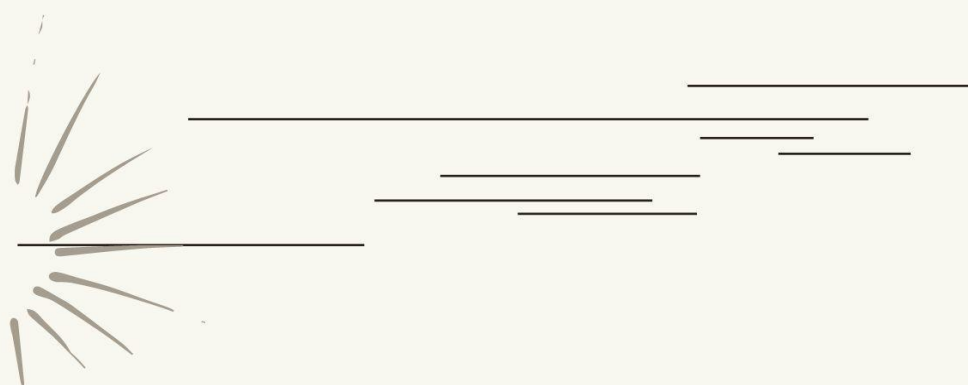
No contraponto, grandes avanços se estruturaram na legislação brasileira e na certificação dos produtos agroecológicos, gerando oportunidades aos agricultores familiares. A Comissão de Produtores Orgânicos de Sergipe, tem orientado para que os grupos organizados pleiteiem seus selos e certificados, incluindo políticas de apoio para situações de comercialização direta.

A evolução do fenômeno turístico proporciona infinitas relações entretecidas com diversas áreas do conhecimento social, culminando na construção da sua prática cotidiana (Beni, 2008). Segundo (SANT'ANA, ROMARIO OLIVEIRA DE SANT'ANA, *et al.*, 2020.) Nesta interdisciplinaridade, o turismo envolve-se com disciplinas das ciências sociais que vislumbra compreender o conhecimento, a memória, identidade e patrimônio.

Após as sinalizações de cada das famílias quanto a participação em acolhimento de turistas foi realizado o levantamento dos potenciais produtivos de cada unidade de produção identificando as características dos atrativos e o engajamento das famílias para o desempenho do serviço turístico.

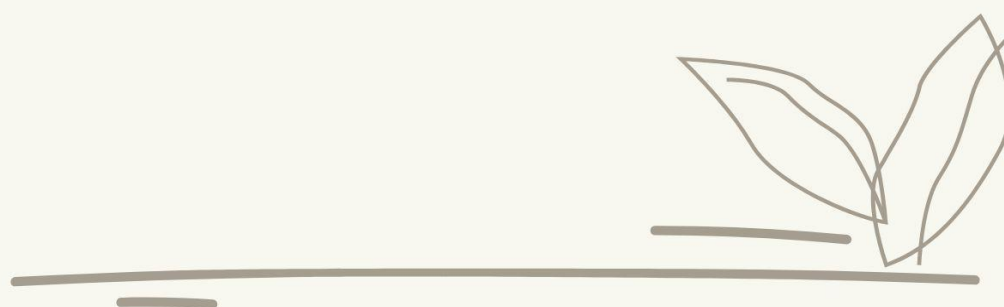
Do total das sete famílias, quatro se colocaram favoráveis para oferta do serviço turístico. Mais especificamente, Zú e Dedé, Maria e Pacheco, Ivonilde e Zé Ramos, Ceça e Gonzaga.

Esses estabelecimentos estão localizados em povoados próximos do município de Umbaúba e a distância entre eles é de poucos quilômetros, podendo localizar um roteiro para ser concluído em um único dia, a depender da demanda de cada perfil de turista.



CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção da pesquisa-ação no estudo, além do caráter socioambiental educativo, tem como uma das premissas contribuir para uma maior visibilidade dos produtos gerados pelas mulheres, seus olhares e suas perspectivas de crescimento e engajamento no TBC, diferenciando seus produtos e agregando valor ao se inserir na oferta de produtos na rota turística em desenvolvimento na região. O Turismo de Base Comunitária, pelos princípios que agrega, propicia que os benefícios econômicos do empreendimento sejam diretamente apropriados pelos agricultores familiares. Opõe-se assim a determinados projetos de Turismo Rural ou Agroturismo dominantes cujos benefícios são centralizados para alguns empreendedores e tendem a reproduzir a desigualdade na repartição financeira e na inserção das comunidades locais.

Exemplar é a formação desse grupo pelo potencial da organização coletiva solidamente estruturada no trabalho coletivo, na transparência e solidariedade interna. A partir da pesquisa participativa busca contribuir para a formalização deste grupo, gerando o Catálogo de Narrativas Foto-Textuais composto das memórias e histórias populares, onde visa gerar um produto desenvolvido através do grupo de mulheres camponesas, constituído e elaborado com elas onde vai ser retratado a reciprocidade dos clientes, dando visibilidade aos alimentos da cultura gastronômica nordestina.

Desde o princípio, esperou-se que no resgate das memórias e dos saberes e sabores camponeses resultasse na construção desse catálogo, onde as informações do produto no que diz respeito a qualidade, a boa procedência e o serviço de acolhimento prestado pelos familiares sejam ligados ao Turismo de Base Comunitária, importante para os turistas que visitam a região.

Dentro das dificuldades e limitações encontradas no percurso da pesquisa, está a participação de todas as mulheres, durante todas as atividades no período do projeto. Isso se deu por conta das atividades da lavoura e algumas vezes domésticas. Essa impossibilidade dificultou na execução das metodologias participativas efetivas com a presença de todas.

Outro ponto foi a pandemia de COVID/19 que durante um certo tempo impossibilitou a realização de atividades presenciais, especialmente por ter pessoas maiores de 70 anos em seus domicílios.

Entretanto, as limitações e dificuldades apontadas nessa pesquisa foram contornadas, pela

organização desse grupo, que buscaram através de formas participativas intencionais por elas e familiares se engajar no contexto do projeto enxergando, as potencialidades existentes nas unidades de produção e em suas residências visualizando o espaço rural com outra visão, onde a confiabilidade foi constituída pela pesquisadora e entrevistados e o programa de pós graduação que estendeu o prazo de entrega do projeto final a todos os docentes e discentes.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a agricultura camponesa teve alguns percalços nesses últimos anos no período de 2020 a 2021 como nas ações de chamadas públicas como PAA, PNAE do município, fora a rede de comercialização direta organizadas pelo coletivo de mulheres sofreram danos devido a crise pandêmica, onde sem a presença do público da sociedade civil e das chamadas publicas o rendimento familiar desmuniu, tal fato não foi impeditivo para que esta pesquisa continuasse sua continuidade.

Entretanto, tais circunstâncias não ocasionaram impedimento na dinâmica da pesquisa em questão de adoção em suas habilidades e atividades decisivas relacionadas as metodologias como esperados durante o andamento do projeto. Desse modo, conclui-se que esta pesquisa, sugeriu um planejamento ainda mais estruturado, que consideramos efetivo o diálogo entre todos os atores envolvidos. Com o protagonismo das mulheres e seus familiares, dando possibilidades diretas ao grupo e em suas unidades produtivas, trazendo o debate sobre as questões socioeconômicas, socioculturais, socioambientais.

É importante persistir na busca de melhorias para a implementação do turismo de base comunitária, buscando parceiros no município que venham contribuir de forma efetiva nesse desenvolvimento turístico sustentável construído por camponeses.

Além disso, é importante lembra da estruturação dos acessos e melhorar a participação da Secretaria de Cultura e Turismo assim engajando os moradores locais e oferecendo nova opção aos turistas que passam por ali no período de festividades ou de passagem pela cidade.

Dentro disso os visitantes, ao vivenciarem essas experiências poderão apreciar os sabores e saberes dentro da realidade regional e local, além de se surpreender com a diversidade e riqueza alimentar, assim como o exemplo da organização e as potencialidades de luta do grupo de mulheres camponesas da comunidade Riacho do Meio.

As funções econômicas das unidades produtivos mostraram-se de suma importância tanto para o autoconsumo dos camponeses quanto para sua viabilidade como fonte de renda onde o (TBC) entra com uma oportunidade de renda complementar nessa unidade de produção familiar. Isso se dá pelo fato de que a diversidade nesses quintais e roçados se destacam a na composição alimentar dos agricultores e visitantes, que traz o acesso direto a alimentos de qualidade. Sendo um diferencial nesse tipo de atividade turística ajudando as

famílias envolvidas e na diminuição da busca por produtos em mercados locais tradicionais, sem contar com a qualidade e procedência dos alimentos ali produzidos e a melhoria da vida econômica das famílias camponesas.

Sugeri-se também, a construção de mais espaços comuns nas unidades camponesas, a possibilidade de aumento do meio de Hospedagem comunitária, onde as mulheres do grupo abrem suas casas, para realizar esse tipo de hospedagem mais familiar, mantendo a cultura e os saberes locais, fortalecendo as famílias com a geração de emprego e renda a todo grupo e seus familiares.

As estratégias proporcionadas ao coletivo e aos agentes sociais locais que estão envolvidos trouxeram o fortalecimento e o empoderamento feminino, dando visibilidade ao coletivo de mulheres camponesas, trazendo assim a troca de experiências entre os turistas e o grupo, a fim de oferecer ao turista um novo olhar sobre os espaços rurais contribuindo para a preservação da cultura e os fazeres locais e a conservação do meio ambiente. A estruturação do turismo no coletivo poderá ainda estimular outras mulheres e comunidades a enxergar as oportunidades das unidades agrícolas que almejam desenvolver o turismo de base comunitária de acordo com os princípios da sustentabilidade.

A identidade do espaço territorial ocorre nas unidades produtivas das agentes sociais envolvidas, assim fortalece a valorização dos produtos locais, que estão na fabricação dos panificados artesanais oriundos dos roçados sendo responsáveis pela economia nesse espaço rural. As camponesas reconhecem a diversidade socioambiental e a riqueza sociocultural que produzem nas unidades agrícolas, pois elas são impulsionadas pela dinâmica de desenvolvimento no meio rural. A diversidade existente nos roçados gera um espaço rural socioeconômico onde o turismo adentra como mais uma atividade econômica que premissa melhorias nas condições de vida dos camponeses.

. Esse TCC pode ser utilizado como direcionamento na construção de novas possibilidades da implementação de atividade turística, nas comunidades rurais do município de Umbaúba, assim demonstrando que as comunidades que iram tomar as decisões nesse processo de inovação social. Espera-se que os resultados desta pesquisa tenham levantado a percepção de atividades turísticas no município, com um olhar para as comunidades rurais, e aproximando o TBC ao Polo Sertão das Águas, com novos destinos e estimulando, novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Capital Social e Empreendedorismo Local. **Redes de Pesquisas em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p. 1-29, set. 2002.
- ALBERTIM, B. **Recife: Guia Prático, Histórico da Cozinha de Tradição**. Recife: Santa Marta, 2008.
- ALMEIDA, J.; FERREIRA FILHO, J. R. Mandioca: uma boa alternativa para alimentação animal. **Bahia Agrícola**, Salvador, v.7, n.1, p. 1-6, set. 2005.
- ALMEIDA, P.; TARDIN, J. M.; PETERSEN, P. Conservando biodiversidade em ecossistemas cultivados. In: BENSUSAN, N. (org.). **Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade como, para que, porquê**. Brasília: Editoras UnB, 2002. p. 43-77.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
- _____; NICHOLLS, C. Un método agroecológico rápido para la evaluación de la sustentabilidad de cafetales. **Manejo Integrado de Plagas y Agroecología**, San José, n. 64, p. 17-24, 2002.
- _____. Agroecologia: resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição. **Revista Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n. 27, p. 140-152, jul./dez. 2003.
- ANDRADE, A. B. **A multifuncionalidade do espaço rural e a implantação turismo de base comunitária na comunidade Santa Cruz – Sergipe**. 2019. 120f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agroecologia) - Instituto Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.
- AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, p. 31-54, ago. 2020.
- BARBOSA, L. Tendências da alimentação contemporânea. In: PINTO, M. L.; PACHECO, J. K. (org.). **Juventude, consumo e educação**. v. 2. Porto Alegre: ESPM, 2009. p. 15-64.
- BARROCO, L. M. S. A importância da gastronomia como patrimônio cultural, no turismo baiano. **TURyDES: Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local**, Málaga, v. 1, n. 2, p. 1-15, mar. 2008.
- BENI, M. C. **Política e Planejamento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006. (Série Turismo).
- BENJAMIN, R. E. C. **Itinerário de Luiz Beltrão**. Recife: Associação da Imprensa de Pernambuco- FASA, 1998.

_____. A bandeira do sítio In: BENJAMIN, R. E. C. (org.). **Ciclo Junino**. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 1987.

BOEF, W. S. *et al.* Metodologias participativas: instituições, agricultores e comunidades na pesquisa e no manejo. In: BOEF, W. S. *et al.* (eds.). **Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2007. p. 79-122.

BOEF, W. S.; THIJSSSEN, M. H. **Ferramentas participativas no trabalho com cultivos, variedades e sementes**: um guia para profissionais que trabalham com abordagens participativas no manejo da agrobiodiversidade, no melhoramento de cultivos e no desenvolvimento do setor de sementes. Wageningen: Wageningen International, 2007.

BLANCO, E. S. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 348-358.

BOMTEMPO, D. C. Redes técnicas, indústria de alimentos e região produtiva do agronegócio. In: SEMINÁRIO DA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, 13, 2014, Salvador. **Anais [...]** Salvador: UFBA, 2014, p. 01- 24.

BONETTI, L. A.; CANDIOTTO, L. Z. P. Políticas públicas federais de turismo rural e o turismo rural na agricultura familiar (TRAF). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia. **Anais [...]** Uberlândia: UFU, 2012, p. 1-17.

BOTELHO, R. B. A. **Culinária Regional**: o Nordeste e a alimentação saudável. 2006. 192f. Tese (Ciências da Saúde) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BOTELHO FILHO; F. B. Pluriatividade e o Desenvolvimento Rural Brasileiro. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial** – contribuições ao debate, Brasília, v. 5, n. 17, p. 23-42, 2005.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agricultores Familiares pluriativos na região do Vale do Jaguari/RS**: um estudo em Nova Esperança do Sul. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2016.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo rural**: orientações básicas. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**: uma viagem de inclusão. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo** – Roteiros do Brasil. Diretrizes Operacionais. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**: diretrizes, metas e programas. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BUAINAIN, A. M.; DI SABATTO, A.; GUANZIROLI, C. E. Agricultura familiar: um estudo de focalização regional. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais** [...] Cuiabá: SOBER, 2004, p. 39-56.

BURSZTYN, I.; BARTHOLLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e a experiência brasileira. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: CAPORAL, F. R.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. (orgs.). **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. Brasília: MDA/EMATER-RS, 2009. p. 09-64.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARMO, P. S. **Quem é Merleau-Ponty?** Merleau-Ponty, uma introdução. São Paulo: EDUC, 2000.

CASTELLS, G. **Turismo**: atividade marcante. 4. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

CASTRO, J. S. M; CONFALONIERI, U. Uso de agrotóxicos no município de Cachoeiras de Macacu (RJ). **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 473-82, 2012.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

_____. Multifuncionalidade da Agricultura Familiar. In: **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial** – Contribuições ao Debate, Brasília, v. 5. n. 17, p. 33 – 59, 2005.

CARNEIRO, M. G. R. *et al.* Quintais Produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (o caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE). **Revista Brasileira de Agroecologia**, [s.l.], n. 8, v. 2, p. 46-67, 2013.

CARVALHO, C. P. O. O novo padrão de crescimento no Nordeste semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, n. 3. p. 160-184, jul./set. 2014.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 27-43.

CAVALCANTI, M. L. M. **Gilberto Freyre e as aventuras do paladar**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2013.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

CHICICO, J. F. **O Turismo de Base Local como Possível Indutor de Desenvolvimento Rural**: uma análise da realidade e das potencialidades no Distrito de Dondo- Moçambique.

2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Desenvolvimento Regional e Gestão em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHICHAVA, J. A. C. **Participação comunitária e Desenvolvimento**: o caso dos grupos dinamizadores em Moçambique. Maputo: ML Graphics, 1999.

CORIOLOANO, L. N. M.; LIMA, L. C. **Turismo Comunitário e Responsabilidades Socioambiental**. Ceará: EDUECE, 2003.

CRUZ, R. C. A. **Geografias do Turismo**: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Boletim da Agricultura Familiar**, Brasília: Conab, 2021.

DALMORA, E.; BATISTA, S. K. Perda da autonomia nos agroecossistemas campestres. **Revista Expressão Científica**, Aracaju, v. 3, n. 1, p. 37-59, 2018.

DÁROS, M. M. O turismo e as inovações tecnológicas. **Revista Desafios do Desenvolvimento-SBS**, [s.l.], v. 3, n. 21, p. 58-67, 2006.

DIAS, S. R. **Gestão de Marketing**. São Paulo: Saraiva, 2005.

DÓRIA, C. A. **Formação da Culinária Brasileira**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

DUBEUX, A. ; BATISTA, M. P. Agroecologia e Economia Solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional. **Redes-Santa Cruz do Sul**: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017.

DUFUMIER, M. **Les Projets de Développement Agricole**. Paris: Karthala, 1996.
ECOAR. **Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/fms/PDF%20DO>. Acesso em: 18 nov. 2021.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. **Manual do turismo rural**. Brasília: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, 1994.

FABRINO, N. H. **Turismo de base comunitária**: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. 2013. 185f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar**. Brasília: FAO, 2014. Disponível em <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1190270/>. Acesso em 09 nov. 2021.

FRANCO, M. A. S. Em foco: pesquisa-ação sobre a prática docente. **Educação e Pesquisa**, [s.l.], v. 31, n. 3, p. 86-109, dez. 2005.

FULLER, A. M. Part-time farming and the farm family: a note for future research. **Sociologia**

Ruralis, [s.l], v. 23, n. 1, p. 5-9, 1999.

GALLO, A. S. *et al.* Avaliação da sustentabilidade de uma unidade de produção familiar pelo método MESMIS. **Cadernos de Agroecologia**, [s.l], v. 9, n.4, nov. 2014.

GAVIOLI, F. R.; COSTA, M. B. B. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara(SP), **Revista Economia e Sociologia Rural**, [s.l], v. 49, n. 2, p. 59-73, jun. 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GTDN. GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2. ed. Recife: SUDENE, 1967.

HUSSERL, E. **A idéia da fenomenologia**. São Paulo: Edições 70, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade **Turismo de Base Comunitária em Unidade de Cnservação Federais**. 2018. Disponível

em:[https://www.icmbio.gov.br/portal/imagens/stories/comunicacao/publicacoes/turismo de base comunitaria em uc.2017.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/imagens/stories/comunicacao/publicacoes/turismo%20de%20base%20comunitaria%20em%20uc.2017.pdf). Acesso em: 29 ago.2023

_____. **Umbaúba – Sergipe**. IBGE Cidades. Brasília: IBGE, s/d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/umbauba/panorama>. Acesso em: 15 out. 2020.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010(a). Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 15 out. 2020.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**. Brasília: IBGE, 2010(b). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acesso em: 10 jan.2023.

_____. PNAD Contínua. IBGE Educa. Brasília: IBGE, 2018. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

_____. **Sergipe**. IBGE Estados. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/panorama>. Acesso em: 10 jan. 2023.

KNAFOU, R. **Turismo e Território: para um enfoque científico do turismo: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

LIMA, A. J. P. **Administração da UPA familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: UNIJUI, 1995.

LIMA FILHO, D. O. *et al.* O turismo rural como alternativa econômica para a pequena propriedade rural no Brasil Turismo. **Visão e Ação**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 63-82, jan./abr. 2007.

LINHA 1. In: **Google Earth**. 2015. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2016.

LONG, L. M. Política cultural no turismo gastronômico com alimentos étnicos: pensatas. **Revista de Administração de empresas**, [s.l], v. 58, n. 3, p. 13-32, may.-jun. 2018.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América latina: genesis, características e políticas. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. (orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (orgs.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p. 301-328.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 1998.

MENASCHE, R. **Saberes e Sabores da Colônia: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural**. Pelotas: Ed. UFRGS, 2015.

MÉNDEZ, E., BACON, M., COHEN, R. Agroecology as a transdisciplinary, participatory, and action-oriented approach. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, [s.l], v. 37, n. 3, 234-252, 2012.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MESQUITA, L. M. A. Turismo Rural como uma Estratégia de Desenvolvimento Regional. **Instituto Brasil Rural**, [s.l], v. 1, n. 2, p. 1-12, 2012. Disponível em: <https://www.institutobrasilrural.org.br/download/20110319052309.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2022.

MIELKE, E. J. C. **Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária**. Campinas: Átomo & Alínea, 2009.

NORDER, L. A. A Agroecologia e a diversidade na educação. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 29-33, 2009.

OLIVEIRA, A. C.; DALMORA, E. Desenho de agroecossistemas biodiversos implementados pelos guardiões das sementes em Assentamentos Rurais de Estância, SE. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA, 4., 2014, Lima. **Anais [...]** Lima: SOCLA, 2014, p. 10-25.

OLIVEIRA FILHO, D. L. F. *et al.* O turismo rural como alternativa econômica para a pequena propriedade rural no Brasil. **Turismo Visão e Ação**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 69-81, jan./abr. 2007.

OMT aponta ano recorde para o turismo em 2017. Notícias. **Brasilturis**. 27 ago. 2018. São Paulo: Grupo Via, 2018.

PANOSSO NETTO, A.; NECHAR, M. C. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 56-73, jan./mar. 2014.

PATTUSSI, M. P. *et al.* Capital Social e a Agenda da Pesquisa em Epidemiologia. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, p.1525-1546, ago. 2006.

PECCINI, R. A. Gastronomia e turismo. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 5, n. 2, p. 206-217, abr.-jun. 2013.

PÉON, M. L. **Sistemas de Identidade Visual**. Rio de Janeiro: Editora 2AB, 2009.

PERDOMO, Y. Forward. In: PERDOMO, Y. (org.). **Second Global Report on Gastronomy**. Madri: UNWTO, 2017. p. 11-14.

PETERSEN, P. *et al.* **Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.

PINHEIRO, L.C.M.; PINHEIRO, L.C.FILHO.M. A dialética da agroecologia .**Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**.Expressão Popular, São Paulo,v.1,n.1,2014.

PLOG, J. D. V. D. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M.; CASTRO, I. R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 99-106, 2011.

RAMOS FILHO, R. *et al.* Aplicação do Sistema “Apoia-Novo Rural” Para Avaliação do Desempenho Ambiental do Agroturismo. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 407 – 425, 2004.

SABOURIN, E. Multifuncionalidade e relações não-mercantis: manejo de recursos comuns no Nordeste. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 151-169, 2010.

_____. Economia. **Revista do Banco do Nordeste**, Fortaleza, v. 2, n. 45, p. 18-30, mai. 2014.

SALGADO, C. L., GUIDO, L. F. E. O conhecimento popular sobre plantas: um estudo etnobotânico em quintais do distrito de Martinésia, Uberlândia – MG. In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008, Brasília. **Anais [...]** Brasília, ANPPAS, 2008. p. 26-35.

SANT'ANA, R. O. **Patrimônio gastronômico do Rio Grande do Norte**: construindo a identidade de marca no turismo. 2021. 73f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

SANTIAGO, M. P. MEDINA, J. C.; BRASILEIRO, M. D. S. Saberes e sabores do turismo na Paraíba: uma análise de um guia de viagem. **Caderno Virtual de Turismo**: CVT em espaço, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 36-52, 2019.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 2006.

SANTOS, C. R. A. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. **Revista História**: questões & debates, Curitiba: n. 42, p. 11-31, 2011.

SARADÓN, S. J. El desarrollo y uso de indicadores para evaluar la sustentabilidad de los agroecosistemas. In: SARADÓN, S. J. (ed.). **Agroecología el camino hacia una agricultura sustentable**. La Plata: Ediciones Científicas, 2002. p. 393-414.

_____. La agricultura como actividad transformadora del ambiente. In: SARADÓN, S. J. (ed.). **El impacto de la agricultura intensiva de la revolución verde**. La Plata: Ediciones Científicas, 2002. p. 293-314.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética**. v. 5. São Paulo: Aleph, 2000.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução da agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 175-225. (Estudos Rurais).

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. In: RBCS Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003.

SCHNEIDER, F. V.; MOREIRA E SILVA, M. B.; SILVA, R. P. O briefing como ferramenta auxiliar na gestão de projetos em microempresa de publicidade. **Competência**, Porto Alegre, v.7, n.1, p. 97-114, jan./jun. 2014.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia. **Regionalização do turismo: roteiros do Brasil no estado de Sergipe**. Aracaju: SEDETEC, 2009.

SERGIPE. Secretaria de Planejamento. **Plano Estratégico do Governo de Sergipe 2019-2022**. Aracaju: SEPLAN, 2019.

SHINOHARA, N. K. S. *et al.* Macaxeira na Cultura Alimentar Pernambucana. **Diálogos Acadêmicos**, [s.l], v. 07, n. 2, p. 86-102, jul-dez, 2014.

SILVA, K. M.; FONSECA, M. A. P. O papel do residente na produção do espaço turístico em Natal/RN. CORIOLANO, L. N. **Política de Turismo e Desenvolvimento: reflexões gerais e experiências locais**. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2010. p. 181-187.

SILVA, J. G. *et al.* O emprego rural e a “comoditização” do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 16-31, 1997.

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E. O Novo Rural Brasileiro: uma atualização para 1992-1998. **Eco**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-15, 1999.

SILVA, J. P.; ARAUJO, C. P. I Políticas públicas de turismo e produção do espaço: uma discussão sobre a estruturação do turismo de base comunitária no Brasil. In: COLÓQUIO NACIONAL SOBRE CIDADES LITORÂNEAS E TURISMO, 1., 2017, Recife. **Anais [...]** Recife: UFPE, 2017.

SILVEIRA, M. A. T. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001, p.133-150.

SOUZA, L. B. Percepção ambiental e fenomenologia: possibilidades de adaptação do método e alguns exemplos de pesquisas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, v. 40, p. 297-314, abr. 2017.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

TULIK, O. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local: do discurso à eficácia**. 3. ed. São Paulo: 2002.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

VALE, A. R. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. 2005. 2015f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

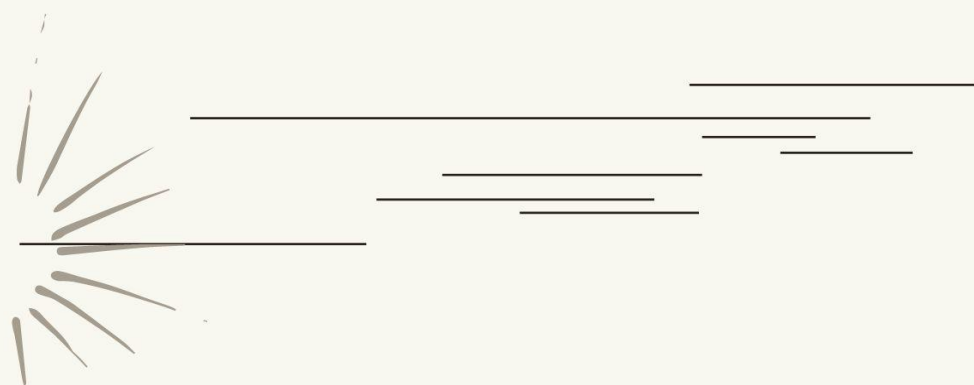
VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático de DRP**. Brasília: Secretaria de Agricultura Familiar, 2006.

VIEIRA, L. F.; VERDUM, R. A Proteção da Natureza e do Patrimônio da Humanidade pela Beleza Cênica da Paisagem. **Confins**, [s.l], n. 40, p. 1-15, 2019.

ZANIN, G. **Sistema de identidade visual e marca gráfica para uma designer de interiores**. 2018. 77f. TCC (Bacharelado em Design) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura e meio rural: que ‘ruralidade’ para o Brasil moderno**. Campinas: Mineorg, 1998.

WEISSBACH, P. R. M. **Turismo no espaço rural: ensaio de uma tipologia e outros conceitos**. Curitiba: Editora CRV, 2011.



CAPÍTULO 8

APÊNDICES





INSTITUTO FEDERAL
Sergipe



**Conselho Nacional
de Saúde**

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO IFS
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

APÊNDICE I

TERMO/REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa Diagnóstico dos Saberes e Sabores do Grupo de Mulheres Camponesas de Umbaúba /SE Para a Implementação do Turismo de Base Comunitária , que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Kauane Santos Batista, residente na Rua Oito nº100 loteamento Nova Liberdade II Conjunto Jardim Centenário, Cep: 49090-259, Telefone (79)99892-8782 e e-mail: cauane.aju@gmail.com.

Também participam desta pesquisa os pesquisadores: (Luiz Fernando Santos de Jesus) Telefones para contato: (79.988255014), Sandra Helena Gonçalves Costa. (79.96717114); João Vitor Cardoso Santos Almeida (79.91630458); e está sob a orientação de: Eliane Dalmora, Telefone: (79 9999891036), e-mail eliane.dalmora@ifs.edu.br

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa será direcionada ao grupo de mulheres, integrantes da Associação das Camponesas e Camponeses do Estado de Sergipe (ACCESE), envolvidas na produção de milho de cuscuz livre de transgenia, mandioca e macaxeira para produção familiar e o excedente para comercialização em feiras livres. Possuem peculiaridades no preparo artesanal dos alimentos típicos da culinária local, sem perder sua originalidade familiar, especialmente nas receitas baseadas no uso milho e mandioca, próprias de uma tradição regional: a forma camponesa de preparo dos alimentos para os festejos. Grupos desta natureza tem êxito se primarem pelo protagonismo em conduzir um empreendimento, sem gerar endividamentos, contando com a disposição para o trabalho organizado em coletivo.

O mérito de cada família associada estará em estabelecer cronogramas de tarefas ao qual cada membro a realiza com base na sua disposição e compromisso com o resultado. Estas características indicam são fundamentais para o sucesso do empreendimento associativo, ao qual adere aos princípios de ajuda mútua, transparência, participação democrática, que garante a sua coesão e continuidade. Conduto há que se identificar se há fragilidades, frequentes nos empreendimentos desta natureza, dadas pela precariedade da estrutura, a cultura da rusticidade do processamento, não mais se adequando às regras básicas de sanitização e controle de qualidade. Dessa forma o diagnóstico das limitações e potenciais do processamento e o engajamento do grupo trará visibilidade ao coletivo e clareza nos investimentos. A visibilidade dos potenciais fundamentais tornará o coletivo fortalecido na constituição do Atrativo Turístico e seu engajamento na inserção do Turismo de Base Comunitária.

O objetivo geral do projeto é estabelecer as bases para a implementação do Turismo de Base Comunitária a partir dos sabores e saberes expressos nas práticas de processamento de alimentos constituindo um Book em conjunto com o Grupo de Mulheres de Umbaúba, SE. Mais especificamente objetiva-se: a) Diagnosticar os elementos constituintes do Turismo de Base Comunitária e as adequações na gestão do empreendimento coletivo; b) caracterizar os alimentos processados provenientes dos quintais e roçados; c) promover oficinas participativas de capacitação, registrando as memórias das mulheres camponesas, como meio de divulgação turística.

Como **metodologia** a pesquisa será direcionada ao grupo de 13 (treze) famílias camponesas de Umbaúba, com idade acima de 18 anos. O trabalho será desenvolvido com a utilização das técnicas de extensão participativa com o uso de ferramentas participativas. A pesquisa engajada visa gerar um produto fiel à identidade coletiva, ou seja, as características dos produtos processados serão registradas pelo pesquisador, mas o autor será o grupo de mulheres. Este processo será dividido nas seguintes etapas onde na sua construção serão utilizadas as ferramentas participativas: a) levantamento da agro biodiversidade da unidade de produção agrícola; b) a composição dos alimentos processados; c) implementação do turismo de base comunitária e d) o produto gerado durante a pesquisa. Estas ferramentas serão aplicadas conforme as especificidades visando o diálogo e a participação coletiva do grupo de mulheres e seus familiares envolvidos. O resultado destas oficinas retratará e mostrará os elementos necessários para elaboração do regimento da associação e a inserção do grupo de mulheres no TBC.

Durante a entrevista e oficinas pedagógicas, há riscos previsíveis de ordem psicológica, intelectual e/ou emocional, tais como possibilidade de constrangimento, desconforto, fadiga e quebra de anonimato, no entanto, assegura-se que eles serão evitados. Você poderá ter acesso, a qualquer tempo, aos dados coletados na entrevista e as imagens, eliminando possíveis dúvidas. Além de que o(a) senhor(a) tem a liberdade de desistir a qualquer momento, deixando de participar sem qualquer prejuízo.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc.), ficarão armazenados em (pastas de arquivo, computador pessoal), sob a responsabilidade do (pesquisador, orientador), no endereço (acima informado ou colocar o endereço do local), pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IFS no endereço: (Av. Jorge Amado, 1551 - Jardins, Aracaju - SE, 49025-330: (79) 3711 – 1422. E-mail: cep@ifs.edu.br.

(assinatura do pesquisador)

Impressão
Digital
(opcional)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado pela pessoa por mim designada, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo Grupo de Mulheres Camponesas (GMC) no Território Sul Sergipano/Brasil e a Implementação do Turismo de Base Comunitária, como voluntário (a). Fui devidamente informado(a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

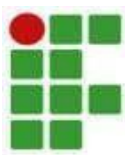
A rogo de _____, que é (deficiente visual ou está impossibilitado de assinar), eu _____ assino o presente documento que autoriza a sua participação neste estudo. Local e data _____.

Assinatura

Impressão
Digital
(opcional)

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:



INSTITUTO FEDERAL
Sergipe



**Conselho Nacional
de Saúde**

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO IFS
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

APÊNDICE II

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO

Eu _____, CPF _____
_____, RG _____, depois de conhecer e entenderos objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Kauane Santos Batista, João Vitor Cardoso Santos Almeida, Luiz Fernando Santos de Jesus, Sandra Helena Gonçalves Costa e está sob a orientação de : Eliane Dalmora, do projeto de pesquisa intitulado “Diagnóstico dos Saberes e Sabores do Grupo de Mulheres Camponesas de Umbaúba /SE Para a Implementação do Turismo de Base Comunitária ” a realizar as fotos/filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos/imagens (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo DecretoN° 5.296/2004).

Umbaúba/SE, em ____/____/____.

_____ Entrevistado		Digital (opcional)
_____ Pesquisador responsável pela entrevista		



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE Mestrado Profissional EM TURISMO

APÊNDICE III
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 1:
dados gerais dos participantes

Data da entrevista	
Projeto Estruturante	

1. Dados de Identificação do grupo:
2. Qual o seu nome completo:
3. Qual é seu estado civil:
4. Como você é conhecida no grupo:
5. Sua idade:
6. Você estudou até que série:
7. Quantas pessoas moram com você e grau de parentesco:
8. Quantos filhos você tem:
() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 .
9. Quanto tempo está no grupo e função exercida no grupo:
10. Onde mora:
11. Qual a distância da sua casa para o centro da cozinha:



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE Mestrado Profissional EM TURISMO

APÊNDICE IV

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 2: sobre o TBC

1. Nome: _____ Idade: _____

2. Vínculo institucionais ou movimento: _____

3. Profissão: _____

4. Lote: _____

5. Nome da proprietária: _____

6. O que você achou dos atrativos visitados em termos de:

a) Meios de acesso e distância:

b) Característica da estética e paisagem:

c) Recepção do anfitrião:

d) O que achou do atrativo turístico local?

e) Quais as melhorias que sugere quanto ao potencial dos atrativos?

f) Você indicaria este atrativo para visitantes de outros lugares ou turistas por quê?

g) Daria outras sugestões para a organização do grupo?

h) Como poderia ser realizada a cobrança do serviço turístico e que valor pode ser definido para cada experiência?



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

APÊNDICE V

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 3: das especificidades produtivas e socioambientais

Nome do/da entrevistador(a):

Data:

Abordagem: andar pelo lote em cada ponto

1) Qual o tamanho da área?

2) Quais as áreas protegidas e tamanho?

3) Quais atividades produtivas na propriedade:

<p>Prod. Vegetal</p> <p>Hortaliças</p> <p>Plantas medicinais</p> <p>Frutas e outras culturas anuais</p>	<p>Venda</p>	<p>Consumo</p>	<p>Coletivo mulheres</p>
<p>Prod. Animal</p>			
<p>Prod. Processado</p>			
<p>Extratativismo Sustentável</p>			

Outras atividades			
-------------------	--	--	--

4) Quais membros da família estão envolvidos na produção?

5) Os animais dependem de quais alimentos?

Pastos	Prod. Própria	Fora da propriedade
Concentrado		
Silagens		
Capineiras		
Grãos		
Restos de culturas		
Outros: Quais?		

6) Quais cuidados animais que você realizar e comopromove o bem-estar?

7) Quais são os produtos que você processa?

8) Como vocês controlam a qualidade do produto?

9) Vocês executam alguma etapa do processamento fora da unidade de produção?

10) Como vocês realizam o controle de entrada de matéria prima e saída do produto?



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO IFS

APÊNDICE VI CARTA DE ANUÊNCIA

Associação de Camponesas e Camponeses do Estado de Sergipe – ACCESE

CNPJ: 24.321.998/0001-94

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos as pesquisadoras Eliane Dalmora, Irinéia Rosa do Nascimento e Kauane Santos Batista, para desenvolver o projeto de pesquisa **Diagnóstico dos Saberes e Sabores no Turismo de Base Comunitária para a Identidade Visual do Grupo de Mulheres de Umbaúba/SE**, que está sob a coordenação/orientação da Prof. Eliane Dalmora, cujo objetivo é Identificar e analisar os saberes e sabores expressos nas práticas agrícolas e gastronômica dos camponeses, subsidiando a elaboração da identidade visual para o desenvolvimento do TBC no Grupo de Mulheres Camponesas de Umbaúba/SE. Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Umbaúba, 18/10/2021

Ana Maria dos Santos Guimarães

Nome/assinatura e **carimbo** do responsável onde a pesquisa será realizada

Ana Maria dos Santos Guimarães
Presidente da ACCESE
CPF: 038.405.215-05